

Maria Alice Rezende de Carvalho

CIDADE & FÁBRICA

A Construção do Mundo do Trabalho na Sociedade Brasileira

Dissertação apresentada
ao Programa de Pós-Gra-
duação em História da
UNICAMP, em julho de 83,
como exigência parcial à
obtenção do título de mes
tre.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

CAMPINAS



COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

UNICAMP

AUTORIZAÇÃO PARA QUE A UNICAMP POSSA FORNECER, A PRE-
ÇO DE CUSTO, CÓPIAS DA TESE A INTERESSADOS

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO

Nome do Aluno: 775297

Nº de Identificação:

RUA PEREIRA NUNES, Nº 334 APTº 101.

Endereço para Correspondência: VILA ISABEL - CEP: 20 511, RJ.

Curso:

MARIA STELLA MARTINS BRESCIANNI

Nome do Orientador:

CIDADE & FÁBRICA

Título da Dissertação ou Tese: A Construção do Mundo do Trabalho na
Sociedade Brasileira.

29 de JULHO de 1983.

Data proposta para a Defesa:

(O Aluno deverá assinar um dos 3 itens abaixo)

1) Autorizo a Universidade Estadual de Campinas a partir des-
ta data, a fornecer, a preço de custo, cópias de minha Dissertação ou
Tese a interessados.

1/1
Data

assinatura do aluno

2) Autorizo a Universidade Estadual de Campinas, a fornecer, a
partir de dois anos após esta data, a preço de custo, cópias de minha
Dissertação ou Tese a interessados.

1/1
Data

assinatura do aluno

3) Solicito que a Universidade Estadual de Campinas me consul-
te, dois anos após esta data, quanto à minha autorização para o forne-
cimento de cópias de minha Dissertação ou Tese, a preço de custo, a in-
teressados.

1/1
Data

Maria Alice Rezende de Carvalho
assinatura do aluno

De acordo com a assinatura

Para Ilmar Rohloff de Mattos,
para Luiz Werneck Vianna.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	I a XV
Cap. I: "Para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação ho- mogênea".....	1
Cap. II: "Mas também se muda de roupa sem se trocar de pele"....	29
Cap. III: "Engraçado! É como se a civilização tivesse sido boa e nos tivesse dado a felicidade...".....	66
Cap. IV: "Quer ver como é simples tocar o coração do operário?"..	91

INTRODUÇÃO

"... O Rio de Janeiro continua sendo..."

Gilberto Gil

Entre os especialistas fixou-se a idéia de que a escassez de pesquisas empíricas e trabalhos "científicos" sobre o Rio de Janeiro empobrece, quando não inibe, as iniciativas de corte acadêmico, político ou artístico que tenham como cenário esta cidade.

Ao contrário de São Paulo, cuja precoce identificação com o universo do trabalho acabou por reforçar uma tendência intelectual em traduzi-la - mesmo que a partir de enfoques diversos - segundo um conjunto de signos reveladores da subordinação da totalidade da vida social às práticas do mercado, o Rio de Janeiro faz-se continuamente avesso a qualquer generalização sociológica, "dramatiza-se". E, neste sentido, apresenta seu espaço recortado pela diversidade de concepções de mundo e versões sobre a organização da sociedade que subsistem às investidas uniformizadoras da modernidade capitalista.¹

No primeiro caso, a atividade intelectual, no sentido largo da expressão, orienta-se pela e para a produção de uma "transparência" das contradições sociais - resultado da maturação da consciência sindical e política - que supõe renovadas exigências teóricas e culturais na integração dos diferentes grupos so-

1. Cf. GRAMSCI, Antonio - "Americanismo e Fordismo" in Maquiavel: A Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1976, pp. 375/415.

ciais à vida estatal ². Ou seja, a atividade cultural e mesmo as instituições, ali, tendem a diminuir a sua separação do mundo da produção e da sociedade na sua dinâmica mais profunda.

No caso do Rio de Janeiro, a relação dos intelectuais modernos, das forças novas da cultura ³, com as grandes massas populares não se dá de forma orgânica, orientando-se, às apalpadelas, num quadro de opacidade que reproduz o senso comum sobre o passado sem imprimir direção, portanto, à cidade futura.

Desta forma, a cidade não se vê como unidade e os grupos sociais que a constituem oferecem respostas fragmentárias, "particularizadas", que se revestem de uma expressão localista. São os bairros a forma original, consagrada em verso e prosa, de representação do diverso e da impossibilidade contemporânea - a permanecer o discurso dominante - de um projeto universal para os seus habitantes.

Já no final do século passado, Machado de Assis popularizou um Botafogo, um Catete, um Largo do Machado com os desbotados carmesins dos veludos aristocráticos. E a tradição impôs que a Lapa e o "centro" coubessem a Lima Barreto; Vila Isabel a Noel Rosa e, mais recentemente, a Aldir Blanc; a obviedade suburbana a Nelson Rodrigues; Copacabana a Antonio Maria e as estilhadas e "caetanas" impressões sobre Ipanema a quem de direito.

Diante dessa expressão material, predominante, que

2. Sobre a noção de vida estatal enquanto uma "generalização do projeto de dominação de uma classe sobre as outras", ver De DECCA, Edgar - 1930. O Silêncio dos Vencidos, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981, pp. 138/140.

3. Sobre o conceito de intelectuais modernos, ou de tipo urbano, cf. GRAMSCI, Antonio - "Los Intelectuales y la Organización de la Cultura" in Cultura y Literatura, Barcelona, Ediciones Península, 1977.

assumiu a ideologia no Rio de Janeiro, é importante que se redimensione a ausência de monografias "científicas" que subsidiem o conhecimento sobre a cidade, nos seus múltiplos aspectos. Pois é dessa forma - sob o drama e a fragmentação - que ali se exprime a trama complexa do social.

Portanto, a produção discursiva sobre esta cidade é, em si, um objeto da ciência e um desafio, pois repõe a questão da filosofia - convertida em cultura - em sua relação com os temas do senso comum, com as formas residuais de pensar que persistem.

E o sucesso, cada um a seu modo, dos autores mencionados traduz sua aguda integração com o espírito popular-criador de sua época ao apresentar, de maneira a um só tempo elevada e compreensível, os sentimentos e as vivências que ali transcorreram. São, nesse sentido, intelectuais da cidade, "consciência" daquele mundo à sua hora. ⁴

Foram eles, afinal, os que perceberam a cidade como um espaço organizador e educativo dos homens, na medida em que seus personagens ali apreendiam uma noção da sua história e das forças que a condicionavam ⁵. Na medida em que sua disciplina foi a que se constituiu pelas "leis da rua", mediante as quais lograram conhecer - nas palavras de Gramsci - "sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres" ⁶. Na medi-

4. Sobre a problemática da consciência historicamente definida, cf. GRAMSCI, Antonio - Passato e Presente, Torino, Ed. Einaudi, 1950, p. 183/184.

5. Cf. GARIN, Eugenio - "Politica y Cultura en Gramsci (El Problema de los Intelectuales)" in BUEY, F. Fernandez (ed.) - Actualidad del Pensamiento Politico de Gramsci, Barcelona, Ediciónes Grijalbo, 1977, p. 124.

6. GRAMSCI, A. - Scritti Giovanili, Torino, Ed. Einaudi, 1958. Apud. BUEY, F.F. - op.cit. p. 126

da em que ali, enfim, puderam construir sua identidade social e a "dos outros", e seus desejos obscuros e vagos puderam se transformar em consciência crítica expressa pelos autores em questão.

Tudo isso é sugerido pelo seu sucesso.

Mas o seu sucesso, ou melhor, o sucesso, ainda hoje, das suas visões críticas, embora parciais, sobre a sociedade revela também que a expressão cultural moderna dos setores subalternos não encontrou passagem; que as contradições sociais não vêm sendo clarificadas e, desta forma, tendem a continuar domesticadas pela vivência ativa da tradição.

De uma determinada tradição que fez, por exemplo, da racionalidade do espaço urbano introduzida por Pereira Passos - com os deslocamentos populacionais e a cristalização físico-territorial das diferenças sociais que lhe são atribuíveis - a forma mais visível e operatória da afirmação do Estado oligárquico.⁷

De uma determinada tradição que separou a cidade do trabalho e assim pôde naturalizar o lazer e a preguiça sob o adjetivo "maravilhosa".

De uma determinada tradição que apresentou a modernidade da cidade tendo como referência o passado agrário, os setores dominantes da velha ordem, e jamais o terreno vivo de construção de uma história diferente.

É nesse sentido que o Rio de Janeiro continua sendo. Porque o conhecimento sobre si mesmo repõe a tradição de um lado, e a Sociologia e a História de outro, sem transformar os temas da tradição em fragmentos de uma concepção de mundo que resulta de um determinado estágio de produção material e, conseqüentemente, de

7. Cf. SEVCENKO, Nicolau - Literatura como Missão, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.

vivência do social.

Os autores que contaram e contam a cidade - "brico - leurs" do social, na expressão de Roberto da Matta ⁸ - deram às mas sas a vivência da criação de valores, ⁹ num quadro em que o antigo Mundo do Trabalho - expresso nas casas-grandes, nas fazendas, na grande propriedade -, apresentando-se em crise, não encontrou socorro possível no universo fabril, na disciplina de fábrica. E a permanência da tradição literária aponta para o fato de que este quadro, se mais visível no passado, quando da crise do mundo rural e escravocrata, permanece ainda hoje pela reprodução do mercado informal e pelo inchaço urbano, característicos do dilema carioca.

Por um momento, na virada do século, os setores populares emergiram num terreno sem história, com a força e violência de fundadores de Estado, sendo contidos pela polícia e por uma legislação discricionária que, estabelecendo lugares precisos para cada um dos agentes sociais, pôde prescindir de um novo discurso para persuasão dos "amotináveis".

A polícia inibia o movimento social e a conquista da cidade. O pensamento conservador, a partir daí, isentou-se da criação de uma justificativa contundente para a prevalência da ordem. Esperou apenas que o tempo - o seu tempo de afirmação e domínio - relesse a cidade como o avesso da ordem, do trabalho, da disciplina, da moral e da razão.

Esta dissertação é uma tentativa de historicizar as relações complexas entre os intelectuais e a sociedade brasileira em momentos determinados de crise dos padrões de prevalência da or dem, como a entendiam as classes dominantes. É uma tentativa de

8. Da MATTA, Roberto - "Edgar Alan Poe, o Bricoleur" in Arte e Lin guagem, Petrópolis, Ed. Vozes, 1973.

9. GRAMSCI, A. - Passato e Presente, ed. cit, p .57.

eleger outra tradição, de percorrer o caminho de construção dessa versão sobre o movimento da sociedade, valorizando aspectos muitas vezes moleculares e apenas aparentemente dispersos, porque são eles os vestígios, as "pistas", para o aprofundamento das fissuras do discurso dominante sobre o passado.

Mas rever o discurso sobre o passado tendo como referência a discussão sobre a cidade - e, mais precisamente, sobre o Rio de Janeiro - é uma tarefa complexa.

Pois não é da cidade concreta que se fala e, da mesma forma, não é do Rio de Janeiro que se pretende tratar.

É, antes, uma reflexão sobre o tema da cidade e o impacto que ele causou no momento de superação da velha ordem escravista, quando as respostas para a crise da sociedade brasileira tiveram que compreender o universo urbano. "De que maneira contê-lo", tal era a preocupação sobre a qual se debruçaram os intelectuais da quele momento.

As contradições sociais estalavam de forma aparente neste terreno, lançando luzes sobre as forças de estrutura e formulando opções para a condução da República. E o Rio de Janeiro, por sua situação enquanto sede dos acontecimentos políticos - microcosmo da sociedade brasileira - acabou atraindo para si as atenções dos diferentes interlocutores.

Pertence a Asa Briggs uma das mais sugestivas refle-

xões sobre as cidades inglesas no século XIX ¹⁰. No seu trabalho, a despeito de enfatizar as diferenças entre Manchester e Birmingham, apenas para ficarmos no exemplo clássico, expõe o que há de comum no debate que se travou, em cada uma delas, sobre a chamada "revolução urbana". E mais: apresenta este debate como parte de uma discussão internacional que envolvia, na mesma época, a França, a Alemanha, a Austrália e os Estados Unidos. ¹¹

Ora, parece claro que a superação da prevalência dos padrões agrários nestas sociedades, em que pesem suas evidentes diferenças político-culturais e as diferentes formas de acomodação das antigas classes à nova ordem industrial, impôs o tema da cidade.

Cidade como sinônimo de iniciativa, vitalidade política e inovação, mas também como termo aproximável a turbulência, selvageria, desordem. E a cristalização de um ou outro sentido é um indicador relevante da correlação das forças sociais.

Afinal, não é gratuita a afirmação do autor de que em todos os países da Europa a vitória das cidades só foi definitivamente anunciada quando os dados demográficos e as estatísticas industriais operaram uma incontestada identificação entre urbanização e atividade fabril. Antes disso, as resistências à nova sociedade - construída com base nos centros urbanos - reafirmaram repetidamente a primazia da natureza, do campo ("... Adam and Eve were created and placed in a garden. Cities are the result of the fall..."¹²) e o temor da ruptura dos padrões hierárquicos, sob a alegação de que as

10. BRIGGS, Asa - Victorian Cities, Penguin Books, 1968

11. Id., Ibid., pp., 76 a 85.

12. O argumento pertence a J.H. Ingraham, um popular autor religioso. Apud BRIGGS, Asa - op.cit., p. 78

idades - sobretudo as americanas e as australianas -, por si sós, emprestavam materialidade à idéia de democracia.

Portanto, é no bojo da discussão sobre a cidade que também se explicitam os diferentes entendimentos sobre a afirmação do capitalismo nessas sociedades, desenhando com contornos mais ou menos precisos a força ou fraqueza das novas formas de vida.

A tematização sobre a cidade do Rio de Janeiro em fins do século passado tem como objetivo, neste trabalho, reacender o debate entre os que defendiam a velha sociedade escravocrata e os que a condenavam ao degredo de uma história acabada. Assim como, posteriormente, entre os que, diante das forças incontrolláveis que conquistavam as ruas, clamaram pelo Estado e os que acreditaram na superação da desordem pelo avanço natural da "civilização urbana", referida, naquele contexto, às possibilidades de incorporação das massas pelo trabalho.

Em ambos os momentos, no entanto, os termos "revolução urbana", "democracia", "tirania do Estado" ou "civilização pelo trabalho" eram parte de um léxico privativo dos setores dominantes, identificando-os com seus pares europeus, ao mesmo tempo que promovendo uma depuração dos seus projetos nem tão díspares - se assumimos o ponto de vista dos setores subalternos - quanto faziam crer.

Pois a ordem e a segurança pública, garantidas pela ação ostensiva da polícia, propiciaram, aqui, uma transição ao capitalismo marcada pelos traços de permanência e bem pouco apoiada na alternativa disciplinar que a fábrica propunha. A fábrica ainda levava algum tempo para se afirmar enquanto espaço organizador dos homens. E, enquanto isso, a cidade experimentaria a violência necessária à domesticação de parcelas significativas da população que para lá convergiam.

Cidade policiada e fábrica são, pois, os termos dessa afirmação política do capitalismo em nossa sociedade, cuja história aponta para uma determinada correlação de forças sociais que viabilizou a superexploração do trabalho, com base na vigência de uma série de mecanismos de repressão à constituição dos trabalhadores enquanto atores políticos. ¹³

Luiz Werneck Vianna é autor de um ensaio definitivo sobre as relações fábrica/estruturação do poder em sociedade capitalista, no qual enfatiza a idéia de que a fábrica e suas exigências intramuros para a vigência da produção são indicativas de uma determinada ordem, assegurada, quer predominantemente pelo domínio, quer pelo consenso, mas, em qualquer dos casos, pressuposta à afirmação da lógica do mercado. ¹⁴

Foi com a disciplinarização dos corpos e dos sentimentos no interior do espaço fabril que os "intelectuais da indústria" partilharam - ainda que com concepções diversas - da expectativa modernizadora das primeiras décadas do século XX, esbarrando nas variáveis indicativas do pequeno grau de penetração do capitalismo na sociedade brasileira, mas dirigindo sua prática para a consecução de um controle eficaz sobre os homens e mulheres desde o interior dos aparelhos de produção. Estes homens e mulheres que invadiam a órbita política, quer pela precipitação indomável sobre o espaço urbano, quer pelos atos de insubordinação no interior das fábricas - tais como a quebra do ritmo de trabalho pela embriaguês

-
13. CARVALHO, Maria Alice Rezende de Carvalho - Os Limites da 'Mentalidade Liberal do Patronato Brasileiro' na República Velha, texto apresentado no IV Encontro Regional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), Araraquara, 1978.
14. VIANNA, Luiz Werneck - "Fábrica e Sistema Político: Anotações Teóricas para uma Investigação Empírica" in Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 24 nº 2, 1981, pp. 191/211.

ou pela fome -, experimentaram, a partir daí, a vigência de mecanismos, ora mais, ora menos sutis, para a sua "dócil" incorporação ao mundo do trabalho.

A prática dos industriais repõe, portanto, a idéia da ordem. Ordem social e ordem fabril como termos indissociáveis na configuração da política, durante a República Velha.

E a história dos empresários reunidos num órgão de classe como o Centro Industrial do Brasil indica sua autonomia ideológica frente às concepções predominantes do Estado-polícia e a vigência de uma série de recursos, não especificamente capitalistas, na condução do controle sobre os trabalhadores fabris.

Sua recorrência às práticas mais explicitamente repressivas - nos momentos de greve, por exemplo - e sua incapacidade de organização política em torno de um partido abriram espaço para que a vida estatal avançasse sobre as fábricas, legislando sobre os conflitos que o empresariado tentara preservar como monopólio seu. ¹⁵

Este trabalho é uma tentativa de análise das atividades práticas e das formulações teóricas dos setores dominantes no processo de afirmação da ordem capitalista no Brasil, destacando, particularmente, o papel desempenhado pelo empresariado industrial na construção do mundo do trabalho, isto é, na construção de um "território" mediante o qual se procederia à incorporação das grandes massas à nova ordenação social.

15. VIANNA, Luiz Werneck - Liberalismo e Sindicato no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1976, especialmente o capítulo II.

Tal objeto de estudo, situado nos marcos cronológicos da "República Velha" supõe o esforço de clarificação da dinâmica da vida estatal, entendendo-a a partir da existência de projetos políticos diferenciados que lutam por sua atualização no conjunto da sociedade e, neste movimento, tendem a apagar os "rastros" deste embate, reafirmando a naturalidade da feição oligárquica, com tudo que ela implicou. Supõe, portanto, a investigação de uma certa "face oculta" do chamado Estado oligárquico, pela identificação da luta política encoberta, quase sempre, pelo diagnóstico da hegemonia da burguesia cafeeira, fixado pela historiografia.

Acredito que a explicitação do projeto de dominação que se foi configurando durante a República Velha não se fez sem que a ênfase cambiante ora no Estado - entendido aí como simples guardião da ordem pública - ora na Sociedade - representada sob signos variados, dentre os quais ganha relevo a própria fábrica - forjasse um ocultamento da lógica mais profunda de tentativa de interdição sistemática dos trabalhadores da arena política, de que participaram, igualmente, fábrica e polícia.

Neste sentido a fábrica se investe de uma caracterização também política, constituindo-se numa "agência privada" do Estado, isto é, num dos espaços sociais de explicitação e resolução das tensões sociais que o constituem. Na fábrica, a questão da viabilização da dominação burguesa esteve articulada à questão da administração do comportamento das classes subalternas segundo padrões que extrapolaram o imediato da produção e penetraram nos veios mais íntimos da vida dos trabalhadores: no seu lazer, na organização da sua vida familiar, num tipo específico de socialização "para o trabalho".

O primeiro capítulo trata da ação desenvolvida pelos chamados "intelectuais do Império", orientada para a observação da ORDEM, num contexto de desintegração dos mecanismos violentos de subordinação vigentes, até ali, no mundo rural. Procurei desvendar o nexo existente entre a consolidação do Estado Imperial e o aprofundamento da identidade social dos setores dominantes mediante a construção de um código ético que buscaram estender a grupos restritos: os funcionários civis e militares do Estado.

No capítulo seguinte preocupe-me em destacar a especificidade assumida pela transição ao capitalismo no Brasil, destacando, basicamente, dois aspectos: a base material desta transição, com todos os aspectos de permanência que a historiografia já arrolou; e a forma pela qual os agentes sociais implicados no processo vivenciaram tais transformações, sobretudo o aprofundamento da deterioração dos padrões de ORDEM fixados sob o Império.

O terceiro capítulo começa a situar o quadro de acomodação dos diferentes projetos sobre a organização da sociedade, os quais têm como referência dramática o diagnóstico do "caos" urbano. O destaque aos jacobinos, naquele contexto, explica-se como, a um só tempo, contraponto ao ordenamento institucional proposto pelos "paulistas" e indicador da amplitude social de alguns temas - tais como a idéia de "desordem": urbana, social, arquitetônica - que foram incorporados, de formas muitas vezes aproximáveis, por agentes políticos tão distintos.

Finalmente, o último capítulo refere-se à análise das práticas repressivas desenvolvidas no interior das fábricas, tendo como perspectiva o fato de que a vigência de mecanismos de obstrução à constituição dos trabalhadores enquanto agentes políticos passa também por este "locus". Dessa forma, a repressão que aí se manifes-

ta não visa apenas a produtividade do trabalho, mas, sobretudo, o controle dos trabalhadores.

Para os objetivos que me propus, este recorte em torno do mundo fabril visa ampliar a análise da estruturação do poder para além dos limites da legislação que regula a relação capital/trabalho e para além do aparelhamento especificamente repressivo que a faz cumprir, destacando a fábrica enquanto uma instância de integração das massas à ordem capitalista.

Meus primeiros agradecimentos são para Maria Stella Martins Brescianni, de quem obtive, como orientadora, toda a atenção e paciência necessárias à elaboração deste trabalho e, como amiga, o estímulo em momentos nem sempre fáceis, nem sempre ricos.

A estes agradecimentos somo o que se destina ao conjunto dos professores do Departamento de História da UNICAMP, e particularmente a Edgar De Decca e Michael Hall, pelos comentários e indicações preciosas em fase ainda inaugural do trabalho, cujo efeito resultou muito maior do que eles próprios poderiam supor.

Agradeço ainda a todos os professores do Departamento de História da PUC/RJ e, sobretudo, a Edmilson Martins Rodrigues e Heloísa Serzedello Correa que foram de inestimável ajuda num momento particularmente difícil da elaboração do texto final. Aos que ali constituíram, a partir de 1978, o núcleo de pesquisas em História Social, gostaria de dizer que nossa convivência mais próxima, além de representar um ponto de inflexão na minha trajetória intelectual, foi responsável pelo aprofundamento das minhas mais vivas esperanças numa prática educativa apaixonada e criadora. Pelo que lhes sou grata.

Com Marco Antonio Pamplona e Ricardo Augusto Benza - quem de Araújo discuti alguns impasses do texto e tive a certeza que - concordando ou divergindo - fui seguramente cativada pelo espírito

elegante e bem-humorado que preside as observações destes grandes amigos.

Para Silvia Regina de Almeida Fiuza reservo um particular agradecimento pelo duplo esforço que desenvolveu na execução desta pesquisa: levantando parte da documentação relativa aos industriais, o que fez com indiscutível competência, e tentando impor alguma disciplina à minha prática de trabalho, precariamente equilibrada entre a compulsividade e a indolência. Da mesma forma, a Anair Oliveira dos Santos e a Cleusa Ventura de Souza Silva reafirmo os laços de amizade a agradeço, mais uma vez, por sua ingerência oportuna no meu cotidiano, desobrigando-me das inúmeras tarefas "administrativas" que também participam do elenco de atividades de um professor. À Cleusa agradeço, ainda, a datilografia das várias versões deste texto.

A Berenice Cavalcante Brandão e a Ilmar Rohloff de Mattos não agradeço. É impossível agradecer, na intensidade devida, àqueles que são, comigo, autores das partes mais sugestivas deste trabalho. Divido com eles os resultados - não tão significativos e valorosos quanto eles obteriam - de uma convivência enriquecida por sua lucidez intelectual, competência profissional e, mais que tudo, por sua "artesanal" amizade. Dessas que se constroem com a precisa medida da indulgência, da solidariedade e do amor ao ofício. Ao Ilmar, por isso e por mais, dedico este trabalho.

O mesmo me sugere o nome de Luiz Werneck Vianna, a quem esta dissertação também é dedicada. Dele obtive uma ilimitada atenção, o rigor teórico e a coragem e largueza diante do pensamento que o tornam um interlocutor insubstituível. E, em tudo isso, a força e a febre que são as suas marcas. A ele agradeço, sobre

tudo, pela força e pela febre que, diferente do que se escreve, são para sempre.

Outras pessoas tornaram também mais fácil este longo percurso. Aos professores Francisco Calazans Falcon e Maria Célia Azeredo Souza Falcon, pelo estímulo e convivência na Universidade Federal Fluminense, manifesto meu reconhecimento.

Agradeço a Gilberto Lago e aos meus alunos. Em ambos os casos, pela disposição amistosa em construir junto.

A CAPES, em convênio com a PUC/RJ, agradeço a Bolsa de Aperfeiçoamento de Docentes que me foi concedida durante os anos de 1977 e 1978.

Finalmente, aos que mais perto estiveram de mim, apenas um registro. É que a eles devo mais do que saberia expressar. Ao Flavio, à Erly, ao Eudaldo e à Alice, aos meus irmãos e aos meus amigos devo a emoção de concluir um trabalho, o que é sinal de alguma certeza e muita esperança.

Rio de Janeiro, julho de 1983.

CAPÍTULO I:

"...PARA QUE VENHAMOS A FORMAR EM POUCAS GERAÇÕES UMA NAÇÃO HOMOGÊNEA..."

José Bonifácio de Andrada e Silva

"...(é preciso) conciliar eficazmente os interesses das regras e conveniências higiênicas com as da economia do material e mão-de-obra necessária para por tais habitações ao alcance dos recursos exíguos e parcos dos operários e de todos os que representam o proletariado..."

Dr. Agostinho José de Souza Lima, 30.06.1886.

"...Em todos os tempos tem merecido a atenção dos governos a classe pobre e operária. A França, a Inglaterra e os EUA, em regulamentos confeccionados pelos seus governos dispõem de medidas tendentes a melhorar a sorte destas classes, procurando dar-lhes um conforto do qual possam gozar no correr da vida."

Dr. Carlos F.dos S.Xavier Azevedo, 31.05.1886.

"...(quanto ao governo construir habitações próprias para as classes pobres)... além do dispêndio enorme, incompatível com as posses do Estado, seria essa medida talvez uma intervenção se não indêbita ao menos exagerada do governo em assuntos que não devem ser exclusivamente por ele resolvidos (aconselhando-se, pois, o facilitar de)...certas regalias aos construtores de casas para os pobres."

Dr. José Maria Teixeira, 31.05.1886.¹

A preocupação com a urbanidade, com a incorporação de novas condições de vida por parte dos "operários e de todos os que representam o proletariado", expressa nas afirmações acima, dos três membros do Conselho Superior de Saúde Pública, sublinha

1. Pareceres Sobre os Meios de Melhorar as Condições das Habitações Destinadas às Classes Pobres, RJ, Imprensa Nacional, 1886.

nha a tentativa de reordenar, em fins do século XIX, os termos de convivência e de inscrição daqueles setores no universo social.

Ainda que destacados mais ou menos arbitrariamente, seus pronunciamentos não parecem divorciar-se das preocupações que animavam seu tempo. Sobre as novas regras que deveriam pautar a socialização dos trabalhadores que convergiam aos centros urbanos também se pronunciaram os educadores, alguns romancistas, os juristas, a instituição policial, intelectuais, enfim, de todos os matizes que passaram a contemplar em suas reflexões, mesmo que em âmbitos diferenciados e com perspectivas diversas o tema sugerido pelos higienistas citados.²

-
2. Sobre a evolução da educação formal no Brasil ver MOACYR, Primitivo - A Instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil), SP, Cia Editora Nacional, 1936. Para o período mencionado ver, especificamente, o vol. II, relativo aos anos 1850/1887, contendo vasto material sobre as reformas do ensino promovidas então.

É Jorge Nagle, num artigo sobre a questão educacional na República Velha, quem afirma a presença de uma "profunda e vigorosa" discussão sobre o sistema escolar e a formulação de uma política nacional de Educação nos últimos anos do Império, avançando mesmo a idéia de que, tal como os temas da democracia e do federalismo, ela viria a constituir-se num aspecto inseparável da idéia de construção de um país redimido pela República Cf. NAGLE, Jorge - "A Educação na Primeira República" in FAUSTO, Boris (Org.) - História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, vol. 2 (Sociedade e Instituições), SP, DIFEL, 1978, pp. 261/262. Não sendo propósito deste texto discutir exclusivamente a questão educacional em fins do século passado, a preocupação dos intelectuais com o reordenamento dos segmentos subalternos na vida social moderna, promovido pela educação formal, poderia ser buscada a partir de dois eixos propostos pelos contemporâneos: o ensino obrigatório da instrução popular, aspecto presente na Reforma de 1871 introduzida pelo Ministro do Império João Alfredo - "a primeira a que a todos é útil, aquela que não há destino que não aproveite, é princípio cristão e filosófico, é a principal vitória de nossos tempos sobre os séculos passados, é, enfim, a verdadeira emancipação do homem"; e a obra de SOUZA Filho, Tarquínio de - O Ensino Técnico no Brasil, RJ, Imprensa Nacional, 1887, na qual o autor defende a organização do ensino industrial como instrumento para a obtenção da nossa autonomia econômica e como forma de conceder ao ... "homem do trabalho a integridade de suas funções" (p. 210).

Machado de Assis, por exemplo, em suas crônicas intituladas "Balas de Estalo" relativas ao período 1883/1886, observa as transformações por que passavam os costumes dos habitantes do Rio de Janeiro, premidos pela tendência geral à "moralização", à normatização de suas vidas segundo regras desconhecidas ou depreciadas³. Sua inspirada inclinação à crítica o levou a "compor umas certas regras para uso dos que frequentam os bonds"⁴,

Sobre os desafios a que a ordem jurídica vigente teve que responder no movimento de incorporação dos novos cidadãos "inaugurados" pela República, destaque-se a elaboração do Código Penal, de 1890 que, ao redefinir o valor do trabalho, buscava realizar o adiestramento moral dos indivíduos para a vivência da "harmonia" social. Ver a este respeito, BRANDÃO, Berenice; MATTOS, Ilmar R. de e CARVALHO, Maria Alice R. de - A Polícia e a Força Policial no Rio de Janeiro, RJ, Divisão de Intercâmbio e Edições da PUC/RJ, 1981.

Finalmente, quanto à evolução da instituição policial em fins do século XIX, bastaria lembrar a discussão que polarizou as noções de "polícia científica" e "polícia empírica", inspirada na escola de criminologia italiana e herdeira das concepções de profilaxia social representadas, principalmente, pela obra de LOMBROSO, Cesare - L'Uomo Delinquente, Torino, Fratelli Bocca Editori, 1889. Cf. NEDER, Gizlene; NARO, Nancy e SILVA, J. Luiz Werneck da - A Polícia na Corte e no Distrito Federal (1831/1930), RJ, Divisão de Intercâmbio e Edições da PUC/RJ, 1981.

3. MACHADO DE ASSIS - Obra Completa, Vol. III (Poesia, Crônica, Crítica, Miscelânea e Epistolário), RJ, Editora José Aguilar Ltda, 1962.

Na crônica publicada em 16.04.1893, no periódico A Semana, pode-se ler: "Há hoje um eclipse do sol. Está anunciado. Os astrônomos chegaram à perfeição de descrever antecipadamente esta casta de fenômenos com o minuto exato do princípio e do fim, o primeiro e o último contacto. Não há mais que aguardá-lo e mirá-lo, mais ou menos, segundo ele for total ou parcial. E assim se vai o melhor da vida que é o inopinado". Citado por CORÇÃO, Gustavo - "Machado de Assis Cronista" in MACHADO DE ASSIS - Op.Cit., p. 326.

4. MACHADO DE ASSIS - Op.Cit., pp. 414/416.

texto no qual anuncia a tentativa de controle absoluto sobre os mais triviais e cotidianos gestos do carioca. Encatarrados, murri nhentos, leitores inconvenientes de jornais, emissores de perdigotos, passageiros que sentam com pernas abertas e confessos destituídos de qualquer senso de oportunidade passariam a ser identificados, deixariam a obscuridade do seu dia-a-dia e, com isso, ingressariam, segundo a previsão satírica do autor, no mundo dos regulamentos e das novas exigências da ordem.

Tal como o Sr. Pickwick ⁵, que perseguia com perplexidade e com seu inseparável caderninho de anotações os vagabundos e as demais "excentricidades" da sociedade inglesa transformada pelos ventos da dominação burguesa, Machado de Assis perscruta os movimentos sutis e capilares de uma disciplina comprometida com as mudanças que seus contemporâneos vivenciavam. Assim, a "Sociedade Correspondente do Clube Pickwick" descrita por Dickens ou a "Sociedade Lunar" de Birmingham, apontada por Eric Hobsbawm ⁶ como o reduto dos homens daquela província identificados com as "luzes" na passagem do século XVIII ao XIX, exemplificam com contornos paradigmáticos a persuasiva presença do novo, do "moderno". Moderno que, como luz, clareia o desconhecido para melhor controlá-lo. Machado de Assis, portanto, acertava no alvo ao concentrar algumas de suas "Balas de Estalo" na direção dos novos regulamentos que definiriam a convivência dos homens na nossa sociedade.

5. DICKENS, Charles - As Aventuras do Sr. Pickwick, SP, Abril Cultural, 1979.

Sobre a arguta observação do movimento nas ruas de Londres, realizada pelos personagens de Dickens, ver também BRESCIANI, Maria Stella M. - Londres e Paris no Século XIX: O Espetáculo da Pobreza, SP, Brasiliense, Coleção Tudo É História, 1982.

6. HOBSBAWM, Eric - A Era das Revoluções, RJ, Editora Paz e Terra, 1977, p. 37.

Impunha-se, naquele momento, a criação de padrões disciplinares modernos, capazes de construir a ordem na sociedade brasileira, sistematicamente ameaçada pelo que se considerava o caos oriundo da falência dos mecanismos violentos de controle sobre os escravos e pela ausência de mecanismos de contenção dos trabalhadores livres que convergiam às cidades. Assim, mais do que a preocupação com a urbanização apressada pela diversificação de atividades econômicas e pela conseqüente diferenciação social típicas de uma sociedade de mercado, os relatórios dos higienistas apontam para a necessária criação de padrões de civilidade e de harmoniosa convivência social que, por definição, previam um duplo movimento: o conhecimento acurado da sociedade em sua diversidade constitutiva e a utilização de meios eficazes de controle e de estabelecimento da ORDEM.

Por certo não era a primeira vez que entravam em cena os "defensores da ordem" e, da mesma forma, não foram os agentes do início do nosso século os que atentaram primeiro para a necessidade de um conhecimento sistemático que viabilizasse o diagnóstico e a superação dos males sociais no Brasil.

Enquanto prática discursiva assumida por um contingente expressivo de homens, a relação CONHECIMENTO/ORDEM inscreve-se no quadro de transformações institucionais deflagradas no período compreendido entre a ruptura dos laços coloniais e a

estabilização do Estado Imperial centralizado.⁷ Poder-se-ia localizar aí a gênese de um pensamento prático que combinava o conhecimento à contenção daquilo que era identificado ao "caos" e alertava para a necessidade de disseminá-los por todas as regiões do Império. A referência subjacente a este discurso, no entanto, dizia respeito à construção de uma identidade por parte da classe senhorial, que se via - face à crise do Antigo Sistema Colonial⁸ - divorciada das concepções que a caracterizavam enquanto mera extensão dos agentes, vale dizer interesses, lusitanos.

7. BRANDÃO, Berenice; MATTOS, Ilmar R. de; CARVALHO, Maria Alice R. de - Op.cit.

8. Sobre a crise do Antigo Sistema Colonial e as implicações daquele processo no movimento de emancipação política do Brasil e de construção da identidade da classe senhorial brasileira ver MOTA, Carlos Guilherme (Org.) - 1822: Dimensões, SP, Ed. Perspectiva, 1972. Ver ainda COSTA, Emília Viotti da - "Introdução ao Estudo da Emancipação Política" in MOTA, C. Guilherme (Org.) - Brasil em Perspectiva, SP, DIFEL, 1973.

A questão da construção da identidade da classe senhorial destaca, segundo a perspectiva deste trabalho, a questão da ORDEM e da necessidade de manutenção da "tranquilidade pública" como os temas que soldam o movimento da sociedade com as instituições públicas, elas próprias manifestações da constituição do Estado brasileiro. Este movimento coincidente - de construção da classe senhorial e do Estado Imperial - buscou re-produzir as características mais significativas da sociedade: seu caráter mercantil e escravista. "Assim, esta classe senhorial não se constituía unicamente dos grandes proprietários de terras e de escravos, mas também dos comerciantes que lhes viabilizaram e, por vezes, com eles se confundiam de maneira indiscernível, além dos setores burocráticos que tornavam possíveis as necessárias articulações entre política e negócios. (...) Apresentando como interesses de toda a sociedade os seus interesses particulares (...) foi do seu interior que saíram os "construtores do Império", cuja obra parece completada já em meados do século através da constituição de uma Monarquia constitucional, parlamentarista, bi-partidária e dotada de um Executivo forte com a finalidade de preservar a ordem". BRANDÃO, Berenice; MATTOS Ilmar; e CARVALHO, Maria Alice R. de - Op.cit. pp. 7/8.

Assim, o CONHECIMENTO da sociedade e o estabelecimento da ORDEM distinguir-se-iam enquanto temas de grande importância no movimento de constituição do Estado Imperial. Tais temas não só imprimiram um universo de valores comuns aos setores dominantes, como também buscaram racionalizar o controle da mão-de-obra e sua fixação nos limites do "Mundo do Trabalho", numa etapa de crise manifesta do sistema escravista⁹.

Ilustram a construção dessa identidade buscada pelos grandes proprietários, a criação da Guarda Nacional e a organização da família enquanto um campo privado da ação do Estado. Neste último caso porque o Estado Imperial se afirmava na mesma medida em que a "casa grande" - unidade impenetrável e solitária - abria as suas portas e operava uma "...modificação na conduta física, intelectual, moral, sexual e social dos seus membros", permeabilizada pelo discurso técnico, por exemplo, da Medicina, e pelos apelos da "rua".¹⁰

9. A noção de "Mundo do Trabalho" que aparece aqui e que voltará em outras partes do texto, assim como as de "Mundo do Governo" e "Mundo da Desordem", constitui um esforço de interpretação da sociedade brasileira segundo a visão que os agentes contemporâneos do processo de afirmação do Estado Imperial tinham sobre aquele momento. Tais noções foram sugeridas, em grande parte, pela leitura de CANDIDO, Antônio - "A Dialética da Malandragem" in Revista do Instituto de Estudos Brasileiros nº 8, SP, Universidade de São Paulo, 1970, pp. 67/89. Recusando a qualificação da sociedade brasileira enquanto uma sociedade de classes - dada uma combinação singular de fatores tais como a predominância de relações pessoais de poder, a incompletude do processo de expropriação dos homens livres e pobres atenuando as marcas da mercantilização inerentes a uma estrutura de classe, e a débil, porquanto recente, expressão política e cultural dos grandes proprietários - mas evidenciando também a dessemelhança dessa sociedade em relação às formações estamentais, a proposta interpretativa visa "traduzir" a tarefa de organização do novo Estado, assumida pelos grandes proprietários. Cf. BRANDÃO, Berenice; MATTOS, Ilmar R. e CARVALHO, Maria Alice R. - Op.cit.

10. COSTA, Jurandir Freire - Ordem Médica e Norma Familiar, RJ, Edições Graal, 1979.

Por um lado, com a organização da Guarda Nacional, buscava-se imprimir a identidade dos setores dominantes através do aprendizado da hierarquia, da formatura, da obediência e da exemplaridade. O adestramento dos guarda-nacionais previa, de fato, uma estratégia de representação, de dramatização da forma como a sociedade se organizava.¹¹ Por outro lado, a diluição das especificidades de cada uma das "casas grandes" e a disseminação de valores comuns às famílias senhoriais no curso do chamado II Reinado permitiram a construção de uma base social para o Estado, pelo reordenamento dos interesses particularistas dos grandes senhores. Elevou, enfim, estes interesses à condição de demandas políticas unificadas, ou pelo menos harmonizadas em sua essência. Em 1853, na Câmara dos Deputados, Nabuco de Araújo afirmava:

"... a missão do governo, e principalmente do governo que representa o princípio conservador não é guerrear e exterminar famílias, antipatizar com nomes, destruir influências que se fundam na grande propriedade, na riqueza, nas importâncias sociais; a missão do governo deve ser aproveitar essas influências no interesse público, identificá-las com a monarquia e com as instituições, dando-lhes provas de confianças para que possa dominá-las, dirigi-las e neutralizar suas exagerações..."¹²

CONHECER e ORDENAR, portanto, erigiram-se nos pilares constitutivos de uma sociedade que começava a preocupar-se em reconhecer e "dirigir" as "diferenças", promovendo, segundo o texto, o aparecimento de agentes políticos - os grandes proprietários -

11. RODRIGUES, A. Edmilson Martins; FALCON, Francisco J. Calazans e NEVES, Margarida de Souza - A Guarda Nacional no Rio de Janeiro 1831/1918, RJ, Divisão de Intercâmbio e Edições PUC/RJ, 1981.

12. NABUCO, Joaquim - Um Estadista do Império, RJ, Ed. Nova Aguilar, 1975 p. 145.

ios de terras e de escravos - com demandas por realizar. Dentre elas, o suprimento de mão-de-obra e a reprodução das condições lucrativas de inserção no mercado internacional distinguiam-se como principais.

O discurso de Nabuco de Araújo, na verdade, conclamava aqueles grandes proprietários a constituírem-se como sujeitos da ação política, uma vez que a resolução positiva dos seus impasses econômicos não poderia mais se dar sem a instrumentalização da política ¹³. E, para isso, deveriam unir-se em torno da monarquia e realizar a incorporação de seus ideais, suas aspirações, ao interesse público. Seus exageros de mando seriam contidos em troca da ORDEM. E sua influência política estaria garantida pelo controle do governo. Imprimir a ORDEM nesta sociedade significava, portanto, exprimir de forma organizada os temas que assolavam as consciências senhoriais, elevando-os à condição de "bem comum" aos cuidados do poder público. Em nome do Rei e da monarquia reproduziriam, enfim, suas riquezas e seus privilégios.

Mesmo o corpo de funcionários que viria a se consolidar tanto na Corte quanto nos mais longínquos municípios do Império não se constituiu - a exemplo do que descreviam os opositores das "monarquias ilustradas" européias - num poder racionalizado e imparcial, estabelecido por sobre os sonhos imediatistas e, na maior parte das vezes, predatórios dos grandes senhores. Ao contrário, o óbvio compromisso entre a administração pública e a

13. C.f. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata, SP, Editora Ática, 1974.

defesa dos interesses privados tornava canhestra a atuação de "funcionários" do Estado, conduzindo-os à condição de quase agregados das famílias senhoriais, quando não os transformava em caricatos reprodutores da predação efetuada por elas. Dizendo de outra forma: a tentativa de estabelecimento de um governo capaz de unificar as demandas senhoriais por sobre o universo limitado de onde emanavam os interesses e o poder daqueles senhores - a "fazenda" - acabou por constituir uma espécie de escritório central da acumulação privada: o Estado Imperial.

Tendo como expressão política a unificação da classe senhorial em nome da resolução positiva dos seus interesses e demandas, o Estado Imperial não se ocupou em incorporar outros segmentos da sociedade, reprimindo, fortemente, sua inquietante presença no "Mundo da Desordem", isto é, no universo que se organizava alheio à agro-exportação.

Caminhando de uma proposta de organização localista e, no dizer dos liberais moderados, "democrática" para uma outra de conteúdo centralizador, associada, na época, à "reação" , ao regresso ¹⁴, o Estado teve que se prover de funcionários sem, no entanto, constitui-los independentemente do poder privado dos grandes proprietários. Assim, a idéia de centralização afirma-se mais como um rearranjo no interior da classe senhorial - privilegiando, por exemplo, os interesses de segmentos mais próximos à vida da Corte - do que como uma nova ordem, publicizada e acorde com a imparcialidade que o pensamento liberal vislumbrara na formação dos Estados Modernos europeus.

14. Cf. ROCHA, Justiniano José da - "Ação, Reação, Transação - Duas Palavras Acerca da Atualidade Política do Brasil" in MAGALHÃES Jr. R. - Três Panfletários do II Reinado , SP, 1966.

A predação efetuada pelos grandes senhores viu-se, desta forma, reproduzida pela atuação dos funcionários do Estado , braços do governo com os pés na roça.

Martins Pena, a propósito, em uma de suas mais conhecidas comédias de costumes - O Juiz de Paz na Roça (1842) - retrata, com indiscutível senso de humor, a corrupção e os desmandos da representação do poder do Estado a nível local: um Juiz de Paz ¹⁵. Aí, é o mando ilimitado ("Eu, o Juiz de Paz, hei por bem derrogar a Constituição...") e a justiça a serviço da acumulação privada ("Meus senhores, só vejo um modo de conciliar essa contenda que é darem os senhores este leitão de presente a alguma pessoa. Não digo com isso que mo dêem...") que transparecem. Mais do que isso, a narrativa toda imprime um colorido tão ridiculizante e um apequenamento tão impiedoso à autoridade local que nos vemos compadecidos das ingênuas manifestações de esperteza do Juiz transformado em truão.

15. MARTINS PENA, L.Carlos - "O Juiz de Paz na Roça" (Comédia em um ato) in Comédias, RJ, Editora Tecnoprint Ltda, pp .39/55. Muito recentemente Ilmar Rohloff de Mattos e Selma Rinaldi de Mattos publicaram um importante artigo sobre a comédia de Martins Pena a que nos referimos no texto. Dentre os muitos aspectos que recomendam a leitura, dois referem-se mais explicitamente à análise que vem sendo desenvolvida: o primeiro, relativo à diferenciação no interior de cada um dos segmentos que compõem a sociedade, ressaltando a "negociação" a que se teve que proceder no processo de construção da classe senhorial e do Estado Imperial. E o segundo, referente à idéia de escassez em sociedades onde o mercado ainda não se constituiu no mediador privilegiado da relação entre os homens. Na interpretação efetuada pelos autores, aquela noção enfatiza a necessária interpenetração das esferas do poder público e do poder privado, traduzindo-se, também, num regulador da liberdade. Escassez, portanto, seria uma característica social que se imporia sobre os valores e atributos pessoais. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de e MATTOS, Selma Rinaldi - "O Juiz de Paz na Roça ou Uma Aula sobre a Vida Social e Vida Política sob as Regências" in Contacto-Humanidades nº 41, RJ, CESGRANRIO 1982.

A operação que traveste de ingenuidade e de mera "pirataria" as ações de furto, e as demonstrações de abuso do poder efetuadas pelo Juiz de Paz, possibilitam duas ordens de reflexões.

A primeira delas refere-se a uma sutil legitimação da forma como se estruturavam as relações entre os funcionários do Estado Imperial e os homens "comuns", isto é, os homens que, ao se colocarem à margem da produção voltada para o mercado externo, tinham sua inserção social mediada pelos ainda débeis instrumentos da administração pública ¹⁶. Tal legitimação não se confunde, é claro, com uma "justificativa" consciente do autor quanto às práticas conduzidas pelo personagem principal da farsa. Mas, enquanto produção discursiva, a operação que conduz os leitores a uma involuntária cumplicidade com o Juiz de Paz acaba por atenuar a crítica e, portanto, tende a neutralizar as diferenças de valores e comportamentos, produzindo o sentimento de que a ele - personagem - não eram dadas alternativas de sobrevivência e reprodução da sua inserção social. Seria aquilo ou o contrário daquilo. Isto é, a sujeição à violência do grande proprietário, a sujeição aos abusos da autoridade local que ele apenas circuns - tancialmente encarnava e - em qualquer dos casos - a vivência do desprestígio e da pobreza. Como autor sensível às vicissitudes do seu tempo, Martins Pena apresenta as determinações que a sociedade impunha ao exercício da Justiça e, por extensão, desvenda a forma como institucionalizou-se a ORDEM: enquanto instrumento político da administração dos interesses de uma só classe.

16. Cf. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - op.cit., especialmente o capítulo "O Homem Comum, a Administração e o Estado", pp. 107/155.

Já o segundo aspecto a ser destacado diz respeito à caricaturização do Juiz. Ela tanto pode ser entendida como crítica direta ao corpo de funcionários que se constituiu sob o chamado II Reinado, quanto pode servir - e este o filão fértil - à caracterização mais precisa de um setor da sociedade à época. Isto porque, se o personagem principal internaliza caricaturalmente o poder, ele se produz enquanto uma grotesca representação de algo que "vive" - ainda que em outras esferas sociais não mencionadas pelo autor - de forma mais eficiente e modelar. Neste sentido, as ações dos funcionários estariam obedecendo à lógica de um universo de valores do qual as famílias senhoriais extraíam suas possibilidades de reprodução social e, no momento referido, de implantação política. Tais valores remontavam ao exercício secular de práticas coercitivas e extra-econômicas de dominação, características da ordem escravista. Só que, agora, com a crise do sistema escravista - de que a centralização imperial é, em grande parte, resultado - e com a diversificação social produzida pelo avanço da mercantilização da sociedade brasileira, buscava-se estender o alcance do "Mundo do Governo". Isto é, sem abrir mão das práticas de coerção assentadas sobre o poder pessoal, buscava-se impô-las aos "homens livres e pobres", através de instituições públicas superpostas às fazendas.

Portanto, a afirmação política das famílias senhoriais implicava também a criação de uma engenharia de contenção e controle dos que fugiam à lógica de dominação vigente no "Mundo do Trabalho", cristalizada na grande unidade exportadora. A administração pública, apenas para citarmos um exemplo, foi peça vigorosa dessa engenharia.

Em síntese, o movimento de estabilização do Esta-

do Imperial foi o mesmo que instituiu a identidade da classe senhorial enquanto agente político, procurando, gradativamente, diluir as diferenças regionais e construir um sentimento do mundo unificado e ativo. E deste sentimento do mundo também partilharam os funcionários do Estado. Em primeiro lugar porque grande parte deste contingente constituiu-se a partir das concessões, realizadas pela monarquia, aos grandes proprietários economicamente enfraquecidos pela reorientação das demandas do mercado internacional. Isto significava entrever no exercício do Bacharelado de seus filhos, na Corte principalmente, a garantia da reprodução de seu prestígio social. E, em segundo lugar, porque tais funcionários, ainda quando de origens sociais diversas, eram parte da iniciativa política deste Estado de criar uma instância mediadora da inserção dos "homens livres e pobres" no universo social e, neste sentido, estavam condicionados à organização deste universo, assimilando, mesmo que desconhecendo, como denunciou Martins Pena, práticas e demandas oriundas dele¹⁷. Assim, a ação, em si, destes funcionários constituía-se numa forma de promover a incorporação de novos segmentos à ordem política que se buscava implantar. Afinal, a expansão dessa ordem deveria prever

17. Sobre a organização do Estado Imperial e o papel que jogaram as elites políticas nesse processo ver CARVALHO, José Murilo de - A Construção da Ordem, RJ, Editora Campus Ltda., 1980. O autor destaca a "herança burocrática portuguesa" como elemento de unidade e estabilidade de ex-colônia" (p.31), observando também que tal burocratização afirmou-se entre nós a partir do adestramento e profissionalização de setores marginais ao sistema agro-escravista, fosse essa marginalização "descendente" - no caso dos grandes proprietários empobrecidos - ou "ascendente". Desta forma, embora distinga entre burocracia e elite política, o autor admite que "a última se confundia com os escalões mais altos da primeira" (p. 38).

a incorporação de um número sempre maior de agentes sociais segundo a lógica da hierarquização e do controle pessoal produzida pela prática dos grandes proprietários de terras e de escravos.

No entanto, a harmonia social - sinônimo da ORDEM - construída pelo reconhecimento de condições e aspirações similares por parte dos cidadãos ativos ¹⁸, atingia - quer pela incorporação das elites regionais aos quadros do funcionalismo estatal, quer pela subordinação pessoal dos homens "comuns" às regras ditas por este funcionalismo - um contingente expressivo porém progressivamente menor de agentes. A sociedade complexificava-se e, embora lentamente, dava margem ao aparecimento de novos figurantes na cena conduzida pela relação senhor-escravo.

Agentes sociais de caracterização tida como difusa, como, por exemplo, escravos em trânsito e, portanto, temporariamente alheios ao controle exercido no "Mundo do Trabalho", vadios, turbulentos, mendigos e outros indivíduos estigmatizados por manterem suas existências à margem da agro-exportação ¹⁹, não sofreriam ,

18. A Constituição Imperial de 25/03/1824 estabeleceu a categoria de cidadãos ativos para discernir, a partir de critérios sócio-econômicos, os cidadãos aptos a participarem dos pleitos eleitorais, em seus vários graus.

19. Não se afirma, com isso, a inexistência de "vadios, loucos e mendigos" na sociedade brasileira de então. Atenta-se, apenas, para o fato de que, naquele contexto, operava-se uma transição "desconcertante" para os setores dominantes: o Mundo do Trabalho já não era capaz de socializar grandes contingentes de homens. Neste sentido tornava-se imprescindível a tematização sobre a marginalidade daqueles que não podiam mais ser contidos pelo universo agrário. Tal tematização introduziu uma polaridade entre os termos agrário e urbano, concedendo ao último uma feição de doença e decadência. Isto pode ser atestado pela discussão médica daquele momento, a qual acabou por formular "... uma verdadeira teoria da cidade, desenvolvendo (...) uma reflexão sobre a morbilidade urbana e explicitando a exigência de realização de condições de vida ideais que a tornem um poderoso instrumento de normalização da sociedade " (p.260). O esquadramento da cidade pela polícia e demais instituições - a médica, por exemplo - revela a gestação de um projeto higienizador e disciplinar para os centros urbanos, prevendo, sobretudo, a docilização dos corpos para o trabalho. Vadios e loucos

num primeiro momento, a ação "persuasiva" das elites. A eles foram dedicadas outras instituições mais explicitamente empenhadas na contenção da sua desestabilizadora presença social, dentre as quais a Polícia parecia assumir enorme importância.

É neste contexto que a Polícia passou a exercer uma dupla tarefa. Além de também contribuir na ampliação do contingente de homens organizados mediante sua incorporação funcional, a ela coube ainda, embora não exclusivamente, a caracterização de um grande espectro de marginalizados, vindo a constituir-se num instrumento de enquadramento mais ostensivo e exemplar.

Ciosa de suas atribuições, a instituição policial buscará operar nestas duas dimensões: incorporando funcionários e impondo a ordem dos grandes proprietários. A história desta instituição, portanto, reescreve, ela mesma, a história da constituição do Estado Imperial, pois sua ação representou, a um só tempo, condição e consequência do processo de afirmação da classe senhorial.

Os Regulamentos do Corpo da Guarda Policial da Província do Rio de Janeiro, fixados pela Lei Provincial número 16, de 18 de maio de 1835²⁰, bem como, num momento posterior, o Relatório do Comandante João José de Brito à Assembléia Legislativa

eram, em sua maioria, os inadequados ao projeto de ordenamento que a diversificação das atividades econômicas impunha. Cf. MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério e MURICY, Kátia Danação da Norma, RJ, Edições Graal Ltda, 1978.

20. "Lei Provincial nº 16" - 18.05.1835 in Coleção de Leis, Decretos e Regulamentações da Província do Rio de Janeiro, especialmente Regulamentos do Corpo da Guarda Policial.

va Provincial em 25 de maio de 1863 ²¹, ilustram, em seu sentido geral, a idéia que apresentamos anteriormente. Ambos os documentos tratam da formação de "técnicos", isto é, da criação de intelectuais responsáveis pela ampliação de um projeto de sociedade que a classe senhorial começava a esboçar.

Em ambos transparece a preocupação em didatizar duas atividades imprescindíveis à organização do Estado Imperial: a jurídica e a administrativa. O regulamento de 1835, por exemplo, detalha de maneira exaustiva a "engenhosidade" dos procedimentos jurídicos, indicando a forma como se elaboram os processos e se atribuem as penalidades aos faltosos. Ele descreve ainda a constituição do Conselho Criminal, sua composição e os casos em que deve ser convocado, a forma de averiguação, a maneira como se constrói o interrogatório e se elaboram os registros, além de esclarecer sobre as providências a serem acionadas para a defesa do réu.

É neste sentido que afirmamos sua preocupação em didatizar determinados procedimentos legais, isto é, em traduzir para o conjunto dos componentes do Corpo da Guarda Policial o "proceder" jurídico ²². O mesmo se aplica à administração dos

21. Relatório à Assembléia Legislativa Provincial - 25.05.1863.

22. A idéia de que as relações jurídicas que se estabelecem numa sociedade expressam um estágio determinado de consciência social aparece em MARX, K - Prefácio in Contribuição para a Crítica da Economia Política, Lisboa, Ed. Estampa, 1973 e na Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, in Temas nº 2, SP, Editorial Grijalbo, 1977. Mais interessante, no entanto, aos propósitos deste texto seria remeter a idéia da gestação de um "proceder" jurídico à análise que Gramsci realiza sobre a morosidade das transformações culturais no sul da Itália, atentando para a noção de intelectuais enquanto "soldadores" e, portanto, enquanto construtores dos nexos entre os setores subalternos e o Estado em formação. No caso da instituição policial anotamos sua presença ostensivamente repressiva e sua função formadora de quadros capazes de substituir o "Mundo do Trabalho" na socialização dos homens livres e pobres. Cf. GLUCKSMANN, Christine - "De la Question de los Intelectuales a la del Estado" in Gramsci y el Estado, México, Siglo XXI Editores SA, 1978.

bens da Corporação, para o quê os regulamentos prevêm a difusão de rudimentos de contabilidade e práticas de intendência.

Se recorremos à literatura como um dos campos construídos pelas representações que os próprios agentes de uma época oferecem sobre seus costumes e suas indagações, algumas dessas questões talvez possam ser iluminadas. Memórias de um Sargento de Milícias, romance escrito durante os anos de 1852 e 1853 por Manuel Antônio de Almeida ²³, mereceu uma análise precisa e inteligente de Antônio Cândido no artigo intitulado "Dialética da Malandragem" ²⁴.

Dialogando com as interpretações que precederam a sua, Antônio Cândido avança algumas propostas na caracterização do romance, negando sua filiação à picaresca espanhola. Mas é ao fixar as diferenças entre um Leonardo Filho e um Lazarillo de Tormes - personagens consagrados no romancelheiro nacional e na picaresca espanhola, respectivamente - que sua análise nos fornece elementos para construirmos a visão que os contemporâneos detinham das forças policiais e o papel que elas cumpriam na sociedade retratada por Manuel Antônio.

Duas afirmações de Antônio Cândido são importantes para a discussão aqui proposta: primeiro, a de que Leonardo Filho, ao contrário da caracterização clássica de um pícaro, não teria adquirido experiência pela troca contínua de patrão e, desta forma, teria prejudicada a sua visão de conjunto da sociedade ²⁵; segundo, a de que o personagem "... vive um pouco ao sa-

23. ALMEIDA, Manuel Antonio de - Memórias de um Sargento de Milícias, Biblioteca de Literatura Brasileira, I, SP, Livraria Martins, 1941.

24. CÂNDIDO, Antônio - op cit.

25. Id., Ibid - p. 69 (Grifo meu)

bor da sorte, sem plano nem reflexão (...) Mais coerente com a vocação de fantoche, Leonardo nada conclui; e o fato do livro ser narrado na terceira pessoa facilita essa inconsciência pois cabe ao narrador fazer as poucas reflexões morais, no geral levemente cínicas e em todo o caso otimistas" ²⁶.

Ocorre que a narrativa na terceira pessoa reafirma, no texto, a importância do Major Vidigal, ao que parece um personagem extraído da vivência real de Manuel Antônio, este último responsável apenas pela reunião das histórias de caserna concedendo-lhes uma feição romanceada. Portanto, é o representante da ORDEM, o agente autorizado a explicar a sociedade. Suas intervenções se dão "de dentro" de um universo ordenado para um outro - antagônico, segundo a proposta interpretativa de Antônio Cândido -, caótico e desordenado, sobre o qual teceria considerações e extrairia ensinamentos. Sua posição no mundo da ORDEM lhe concederia "uma visão de conjunto da sociedade", ao contrário do personagem principal, que, oscilando entre os dois pólos - ORDEM E DESORDEM -, reafirmar-se-ia cego ao trânsito histórico de formas de sociabilidade espontâneas, ditadas pelas atividades agrário-exportadoras, para formas reguladas de sociabilidade, características de um momento de constituição da classe senhorial enquanto agente político. Isto é, um momento em que se explicitaria a empresa intelectual e política dos setores dominantes sob o Império.

O Major Vidigal acenaria, nesse sentido, com a possibilidade de compreensão da trama viva das tensões sociais. Possibilidade esta, no entanto, associada não mais à prática de

26. Id. , ibid. - pp. 69/70.

subordinação direta aos patrões e à sua visão particularista, mas sim a uma das instituições comprometidas com a imposição de valores e padrões culturais úteis à afirmação do Estado Imperial: a força policial.

Assim, Leonardo teria sua inserção social e seu condicionamento existencial promovido por uma instância destacada do "Mundo do Trabalho" e do "Mundo da Desordem" ²⁷. Nas palavras de Antônio Cândido:

"Se assim for, é claro que a repressão moral só pode existir, como ficou dito, fora da consciência. É uma "questão de polícia" e se concentra inteiramente no Major Vidigal..." (Grifo meu) ²⁸.

Interessa, pois destacar o lugar de onde parte a "repressão moral" a que se refere o ensaísta. Esta repressão moral, ou o código de comportamento dos agentes sociais do período, passava a ser ditado por uma institucionalidade distinta da

27. As possibilidades de incorporação dos setores subalternos são descritas, aqui, no seu distanciamento gradativo em relação ao Mundo do Trabalho, instância associada, como vimos, basicamente às atividades referidas à agro-exportação. O crescimento das cidades acelerou a necessidade de mecanismos de ordenamento dos agentes sociais que, tendencialmente, buscavam sua reprodução nas franjas da ORDEM. Os capoeiras, vagabundos e malandros, sobre os quais a Polícia afirmou sua presença no espaço urbano, resultaram dessa reprodução do Mundo da Desordem - mundo organizado, diga-se de passagem, pela negação dos mecanismos vitoriosos de controle e subordinação dos setores subalternos. Ao final do século XIX, a título de ilustração, parecia, a qualquer observador preocupado com o "progresso", que a desordem e o caos eram os pilares da lógica urbana, impeditivos do crescimento, ou melhor, do amadurecimento social, e guardiões do atraso das instituições civis.

28. CÂNDIDO, Antônio - op.cit. p . 85

que vigorara na sociedade das "casas-grandes". De fato, o momento indicado pela narrativa é o da centralização política, processo este que transcende a idéia de uma centralização físico-territorial da administração pública e aponta para uma institucionalização da hierarquia e das relações de poder sob a liderança política dos grandes proprietários, sobretudo da região sudeste, transformados, progressivamente em cafeicultores.

O que Manuel Antônio de Almeida intui, na verdade, é a passagem de formas consuetudinárias e secularmente consagradas de existência - presentes, portanto, nas "consciências" - para uma ordem senhorial que tenta generalizar-se mediante o avanço de determinadas instituições - e a Polícia é uma delas - sobre a sociedade. O "Mundo do Trabalho" não conseguia mais manter-se enquanto instância educativa, por excelência, para a vivência do social, e assistia à sua superação, não sem resistência. Resistência que pode ser ilustrada pela dificuldade de acomodação dos interesses no interior da classe senhorial, expressa nos momentos da Ação, Reação e Transação recortados por Justiniano José da Rocha²⁹. E este esforço de generalização da ordem senhorial mediante a instrumentalização das instituições evidencia-se tanto mais no Município Neutro da Côrte, onde as condições sociais de exis -

29. Instisto em que a transformação da sociedade supôs um ordenamento também no Mundo do Governo, isto é, a classe senhorial precisou equipar-se institucionalmente e acomodar suas divergências - sobretudo suas contendas de caráter localista - em prol do enfrentamento com a "desordem" emergente. A referência a Justiniano José da Rocha visa apresentar a trajetória - nem sempre destituída de tensões - desta classe em sua afirmação política. Os momentos recortados pelo autor do panfleto constituem-se numa periodização que tem como eixo a oscilação entre o predomínio das concepções centralizadoras e o das concepções regionalistas, marca da construção do Estado Imperial. Ver também, LENHARO, Alcir - As Tropas da Moderação, SP, Edições Símbolo, 1979.

tência tendem a uma maior diversificação e, portanto, onde o "Mundo do Trabalho" - mais fluido e sem base necessária na propriedade da terra - sempre teve dificuldades em afirmar-se como paradigma da ORDEM.

Essa complicada relação entre a reprodução do poder local e a afirmação de um Estado Imperial centralizado transpõe, também, nos diferentes momentos vivenciados pela instituição da Guarda Nacional. Vimos como sua organização esteve voltada para o adestramento dos agentes sociais envolvidos com - ou potencialmente responsáveis por - o controle dos segmentos subalternos a nível local.

Se acompanharmos as discussões, por exemplo, sobre a existência e organização da Guarda Nacional na Corte, poderemos observar que elas tematizaram, basicamente, o adestramento e a "qualificação para o cívico" como pontos indissociáveis da formação dos cidadãos ativos. Fato que só será estendido às províncias a partir de 1850, com a reforma da Guarda Nacional. Tal reforma era indício da preocupação do governo central com o "desgoverno" daquele corpo cívico, permeado, nas províncias, pelos interesses privados e pela lógica particularista na qual bebia o poder local. Assim, para a Aurora Fluminense, periódico editado na Corte, a idéia de Guarda Nacional estava associada a um corpo cívico, base da constituição de cidadãos brasileiros imbuídos do "espírito nacional" e organizados segundo a Constituição imperial. Já os relatórios provinciais referiam-se com frequência à interferência inconveniente do dinheiro e do prestígio dos senhores, que apenas contribuíam para a desorganização da "milícia cidadã" - desorganização esta entendida como sinônimo de fraude, acobertamento de

faltosos, ausência de qualquer preparo "específico" e utilização eleitoral dos postos e posições ocupadas na Guarda Nacional.

A situação nas províncias é alterada após 1850, quando o treinamento cívico é também estendido a elas, promovendo a capacitação de intelectuais locais e estendendo o controle exercido pelo Mundo do Governo, agora já mais organizado. O Mundo do Trabalho cumpria sua função histórica de continente dos agentes sociais, num contexto de reprodução da ordem escravista. Mas em 1850 a sociedade se capacitava para novas mudanças: a Lei de Terras instituía a propriedade e liberava potencialmente o trabalho; novas agências de controle social iam sendo forjadas pela prática da classe senhorial, ela mesmo dirimindo suas divergências e redefinindo, a cada momento, sua relação com o poder central.

Manuel Antônio, na verdade, traduz o sentimento de mudança que a sociedade do Rio de Janeiro - "o mais importante núcleo urbano do Império e, portanto, síntese da vida social do país" ³⁰ - vivenciava. Vivenciava, no entanto, de forma ainda indomável e marcada pelas oscilações, "ambigüidades" e contradições a que a classe senhorial fez juz em seu movimento de afirmação política.

É certo que o Estado Imperial avançava sobre a "desordem", fosse ela representativa das divergências dos setores dominantes ou - e sobretudo - expressão da turbulência dos que contestavam com suas atitudes e seu cotidiano, as caracterís

30. MATTOS, Ilmar R e MATTOS, Selma R - op.cit. p . 112

Sobre a importância do Rio de Janeiro como microcosmo da vida social e política no Império, ver também NEDER, Gizlene; NARO, Nancy e SILVA, J.L.W.- op.cit.

ticas da hierarquia e da desigualdade que distinguiam a sociedade brasileira. Sociedade onde todos têm o seu lugar ³¹ e onde a ORDEM é sinônimo da interiorização dessas posições tidas como "naturais" e imutáveis.

O questionamento desses "lugares" sempre provocou uma enorme instabilidade social, agravada, naquela conjuntura, pelas dificuldades de implantação de uma certa institucionalidade. Institucionalidade que viria a corroborar a prática tradicional de dominação e, neste sentido, conservar. Institucionalidade capaz de promover e reproduzir formas reguladas de sociabilidade e, principalmente, capaz de formular uma proposta de organização da sociedade. Sua ação e eficácia deixavam de estar referidas apenas à prática imediata da dominação, "elevando" os costumes a um novo patamar e explicando de forma inteligente o lugar dos homens.

Incapaz de apagar as diferenças naquela sociedade, perseguia-se intelectualmente um passado harmonioso onde tais "lugares" não se confundiam, embora se mantivessem necessariamente complementares e, em alguns momentos, guardassem uma importância equivalente.

Interessante é observar, por exemplo, a exagerada ênfase conferida, nas discussões travadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao episódio da Insurreição Pernambucana - traduzindo-o como a história da união de Henrique Dias, Vidal de Negreiros e Felipe Camarão. Não sendo propósito deste texto discutir a filiação teórica da concepção que afirma a fusão

31. Cf. DA MATTA, Roberto - "Você sabe com quem está falando? Um Ensaio sobre a distinção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil" in Carnavais, Malandros e Heróis, RJ, Zahar Editores, 1980.

das raças, cumpre ressaltar, apenas, que tais personagens inauguraram - na organização intelectual de que foram objeto - o espaço da nação brasileira. Não só pelo embate travado com "o outro", o "invasor estrangeiro", mas também pela representação dos sentimentos e anseios comuns, acima de quaisquer diferenças.

Entre nós, portanto, as "observações e a tentativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em (...) ramificar-se nas províncias do Império para melhor coligir os documentos necessários à história e geografia do Brasil"³², referem-se ao processo que tendencialmente apontava para a reprodução institucionalizada da ORDEM e ao papel que desempenhou, nesse movimento, uma determinada concepção de história nacional.

Tal concepção construiu uma periodização que obedecia a critérios interessados em ressaltar a modernidade do "Brasil-pós-independência" e a ruptura com a sua condição histórica "antiga"³³. Assim, a Insurreição Pernambucana acabava naquele contexto por constituir-se numa espécie de alegoria da identidade nacional, concedendo ao Brasil um espaço no conjunto das Nações e revestindo-se de uma atualidade visivelmente comprometida com a lógica senhorial.

"Fora das consciências", nas palavras de Antônio Cândido, e destacada da virulência social, produzia-se uma instituição - posto de observação da sociedade - para a elaboração de

32. Cf. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1º Trimestre de 1839, nº 1 pp. 5/6

33. Cf. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XXVI, relativo à terceira sessão, em 19/01/1839.

uma História do Brasil, preocupada em observar e "apenas mostrar como realmente aconteceu..." ³⁴. Desta forma, as elites passavam a contar a sua história, ou melhor, a história da Nação Brasileira, promovendo a dissimulação das diferenças e reforçando o apego às tradições da terra e à rotina do mundo rural enquanto elementos constitutivos da nossa singularidade. ³⁵.

Portanto, a gradual desestruturação do "Mundo do Trabalho" enquanto instância privilegiada na ordenação dos segmentos subalternos não se fez acompanhar de um imaginário "moderno", urbano, no rastro do iluminismo europeu. Ao contrário: o COLOCAMENTO da sociedade que a prática da classe senhorial conformou - consagrado, inclusive na produção historiográfica do período - supôs uma ORDEM que buscava sua coerência nos valores tradicionais. Isto acabou produzindo uma singular relação entre o "Mundo do Trabalho" e as instituições que se iam constituindo e dando corpo ao "Mundo do Governo". Referir-me, neste passo, à interpenetração do público e do privado é desnecessário, senão redundante. Cabe, porém, enfatizar a idéia de que tal interpenetração reforçou o predomínio dos padrões agrários, atestando, pelo me

34. A afirmação é de Leopold von Ranke, historiador alemão do século XIX.

35. Faz-se necessário chamar atenção para o fato de que a Nação construída naquele momento é, ainda, a sugerida pela oposição às demais nações. Daí a importância atribuída à nossa singularidade "racial" em contraste com a européia. A idéia de Nação, assim, pôde conviver, até o final do século XIX, com uma representação fragmentária e hierarquizante da sociedade - o Mundo do Governo, do Trabalho e da Desordem -, sem pensar-se como o universo integrador dos homens livres proprietários, dos homens livres não - proprietários e dos escravos.

nos, que a noção de governo não se deslocara do terreno onde historicamente sempre fora exercido.

O urbano enfim, era visto como subversivo e simples menções às cidades se faziam acompanhar dos mais terríveis adjetivos. A comédia de Martins Pena a que já nos referimos - O Juiz de Paz na Roça - apresenta a capital como um centro mundano, de diversão e prazeres mas, ao mesmo tempo de tensão, perigo, fonte de revolta e sede da aventura, além de potencialmente anárquica ³⁶. Afinal, "por meio da imprensa e do teatro - onde João Caetano interpretava as peças de Martins Pena - difundiam-se (...) os ideais de nacionalidade que se pretendia construir. ³⁷

O urbano subvertia, pois, a implacável manifestação da diversidade ali exposta, confundia-se com o "desgoverno" e reafirmava a impossibilidade de fixação e interiorização da ORDEM e hierarquia perseguidas pela classe senhorial.

Espaço sem passado e sem história - lembremos que era o rural a referência predominante na construção da identidade nacional -, a cidade exibia o seu descompromisso com as "casas-grandes" e, neste contexto, com a institucionalidade que reafirmou a ORDEM excludente e elitista dos setores dominantes.

Mas o final do século não ofereceria as condições ideais à reprodução da empresa intelectual e política da classe senhorial durante o Império. O "fin du siècle" assolava as consciências e ganhava terreno como solo privilegiado no qual se debatiam percepções diversas do "moderno". Em torno da noção de modernidade se manifestavam e se organizavam diversas formas de expres

36. Um bom exemplo dessa maneira de ler a cidade talvez esteja contido na peça de Artur Azevedo intitulada A Capital Federal, de 1897.

37. MATTOS, Ilmar Rohloff de e MATTOS, Selma Rinaldi - op.cit., p. 112.

são da consciência social - do que é exemplo a iniciativa mencionada do Conselho de Saúde Pública de ordenar o caos urbano, esquadrinhando cada centímetro da intimidade dos "operários e de todos os que representam o proletariado", atores convidados a emprestar realidade aos sonhos, cada vez mais europeizados, de uma parcela da sociedade que aspirava ao progresso.

O final do século solicitava, enfim, a revisão da marginalidade a que esteve submetida a cidade. Moderno, no entanto, era curá-la.

CAPÍTULO II:

"...MAS TAMBÉM SE MUDA DE ROUPA SEM SE TROCAR DE PELE."

Machado de Assis

"Paulo entrou pé ante pé. Era ainda aquele vasto quarto em que os dois gêmeos brigaram por causa de duas velhas gravuras, Robespierre e Luiz XVI. Agora havia mais que os retratos, uma revolução de poucas horas e um governo fresco. (...) Nenhum dormia. Enquanto o sono não chegava, iam pensando nos acontecimentos do dia, ambos espantados de como foram fáceis e rápidos." ³⁸

De forma um pouco apressada é possível afirmar-se que os conteúdos emprestados à idéia de modernização passaram a center, nos primeiros anos da "revolução" republicana, uma crítica, ora mais, ora menos velada aos "traços agrários" da nossa sociedade identificados, em qualquer dos casos, com as noções de colonial e lusitano. Nossa propalada singularidade agrária começava a passar por um crivo severo, embora difuso, capaz de ampliar, cada vez mais, sua expressão social.

Tal o sentido da europeização que começava a atravessar o pensamento social brasileiro e sobre o qual voltarei adiante.

Mas o que significava, de fato, a incorporação da cidade ao temário intelectual e político dos setores dominantes, ainda que sob a ótica do controle e da domesticação?

As transformações profundas vividas então pela sociedade brasileira não podiam mais ignorar o urbano. Não apenas

38. MACHADO DE ASSIS - Esaú e Jacó, Rio de Janeiro, Livraria Garnier, s.d., pp. 211/212.

porque a especialização do capital exigia uma especialização espacial para algumas de suas funções ³⁹, como também porque o ordenamento dos setores subalternos imposto pelo capital teria que se dar sob uma nova forma.

Domesticar a cidade com o sentido de atualização das formas repressivas e de controle sobre os segmentos dominados da sociedade era uma empresa imprescindível, num contexto de vigorosas modificações nas relações de trabalho e de formação de um mercado interno capitalista.

Portanto, no processo mais geral de transformações vivenciadas em fins do século XIX e início do século XX, o nexo histórico entre Sociedade e Estado aparece referido à problemática da constituição do mercado de trabalho porque foi aí que proprietários e não-proprietários impuseram a sua marca no processo de acumulação, a partir da capacidade que tinham de intervir nas deliberações conduzidas em nome da Nação.

E na construção desse nexo a noção de "trabalhador livre" e a positivação da noção de trabalho emergem como temas privilegiados ⁴⁰. Não são mais o trabalhador e o trabalho conti-

39. Cf. LEFEBVRE, Henry - O Pensamento Marxista e a Cidade, Póvoa de Varzim, Editora Ulisseia, 1972.

Também Hobsbawm, analisando a ação transformadora do Capitalismo na redefinição do espaço urbano na Londres do século XIX, recorre à obra de DICKENS, na descrição que faz de "Coketown". Cf. HOBSBAWM, E - Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo, RJ, Forense Universitária, 1978.

40. Importante é ressaltar que o estudo da sociedade brasileira impõe a definição do "regional", dadas as disparidades de ritmos e de formas de que se travestiu, aqui, a transição para o Capitalismo. Neste caso, cabe assinalar a especificidade da região Sudeste, onde estas transformações se processaram mais rápida e radicalmente. E dentro dela, o Rio de Janeiro e a cidade de São Paulo figuram enquanto centros de maior

dos pela dominação persuasiva e personalizada do grande-proprietário. Mas também não deverão ser o capoeira e o vadio reprimidos pela polícia. São - trabalhadores e trabalho - os termos de uma relação nova, fundada com o mercado e florescendo nas cidades. A luta de classes não prescindiria do discurso sobre a cidade e recuperá-la, na sua historicidade, passa por um entendimento do sentido para onde apontavam as conturbadas vivências dos habitantes dos centros urbanos. ⁴¹

Em primeiro lugar, perceber a formação de um mercado de trabalho enquanto expressão do desenvolvimento capitalista significa recuperar o processo, particular a cada sociedade, de diferenciação dos elementos que a compõem, envolvidos em atividades e funções diversificadas, constituindo uma relação social que se atualiza no capital e se reproduz segundo complexos e variados me-

. importância econômica e de mais intensa movimentação social. Deve-se enfatizar, portanto, a idéia de que o recorte da região Sudeste reveste-se de critérios sociais, dentre os quais se destacam: a) o intenso processo de diferenciação no interior da sociedade, fruto, por sua vez, das atividades econômicas que proliferaram nas franjas da agro-exportação do café; b) a presença de um expressivo número de funcionários, empregados do comércio e no ramo de serviços, marca da capital da República; c) uma visível disparidade observada entre a forma como o poder local se exercia em regiões como a serra do estado fluminense - onde os coronéis faziam valer suas formas tradicionais de controle - e em regiões como o Oeste Novo paulista, nas quais o mando personalizado esbarrava nos traços da individualização conquistados pelos trabalhadores imigrantes, parcela maior do proletariado rural que se vinha constituindo sobretudo em São Paulo.

41. A discussão a seguir reproduz, em larga medida, um texto escrito em co-autoria com Ilmar Rohloff de Mattos e Berenice C.Brandão - "A Crise do Escravismo e a Constituição do Mercado de Trabalho Livre" in op.cit., pp. 180/216.

canismos econômicos, sociais e políticos. Neste sentido, a reprodução do capital - enquanto uma relação social - significa a concretização capitalista da exploração e tentativa de subjugação dos trabalhadores, através de iniciativas sistemáticas de interdição da sua intervenção na arena política. A formação do mercado de trabalho, portanto, sugere um estágio de desenvolvimento das relações entre os homens em que alguns destes se vejam obrigados a vender sua força de trabalho. Mas isto não é tudo.

Seguindo, ainda, no rastro do texto mencionado, "lembramos ... que não basta apenas que o trabalhador seja economicamente "livre", isto é, totalmente expropriado, para que sua subsunção se dê. Outras variáveis acompanham este processo de progressiva liberação do trabalho tais como o aparelhamento do Estado - que passa a ordenar a vida do trabalhador para o capital - e a ideologia que fetichiza a produção, transformando o trabalho numa simples potencialidade do capital"⁴². A formação do mercado de trabalho se dá, na verdade, pela conjugação de todas essas variáveis.

A forma, por sua vez, pela qual se combinam esses elementos, bem como o peso de cada um deles na reprodução das relações capitalistas em uma dada sociedade, decorre do curso concreto que aí assume a luta de classes, podendo resolver-se ora pela viabilização de um capitalismo assentado, predominantemente, sobre a permanência de uma série de mecanismos extra-econômicos de controle da força de trabalho, ora pela vigência de um tipo de dominação

42. Cf. MARONI, Amneris - "A Proposta não é uma Vida Melhor mas uma Vida Radicalmente Diferente" in Plural, nº 3, SP, Ed. Japi Ltda, 1979.

Ver também, a propósito da mistificação ideológica como parte objetiva da dominação exercida sob o capitalismo, o artigo de GERAS, Norman - "Marx e a Crítica da Economia Política" in BLACKBURN, Robin (org.) - Ideologia na Ciência Social, RJ, Paz e Terra, 1982.

do capital sobre o trabalho baseada em novas condições técnicas de produção. Neste último caso, a coerção sobre o trabalhador aparece diluída no interior do processo produtivo, disfarçando, desta forma, a violência inerente a este movimento de dominação.

Importa, neste sentido, considerar a forma de institucionalização da ordem burguesa, isto é, de que maneira o Estado atualizou as práticas de dominação sobre as camadas subalternas, no contexto da transição ao capitalismo.

Isto porque a construção do Estado Nacional traduz o estágio de desenvolvimento das contradições internas a uma sociedade e faz parte de uma estratégia de controle do acesso das diferentes classes e setores sociais ao cenário político. Enquanto "resultado" e, ao mesmo tempo, "fonte" de reprodução das formas de dominação aí presentes, os Estados expõem, sob a forma de razões políticas, os interesses que predominam em formações sociais diversas.

Neste passo torna-se necessário qualificar algumas das questões teóricas subjacentes à discussão proposta acima.

Em primeiro lugar cumpre recolocar a questão da Revolução Burguesa no âmbito deste trabalho.

A proposição frequente - e aqui retomada - de que o "curso concreto da luta de classes" em diferentes sociedades "imprimiria feições distintas ao capitalismo" acabou por cristalizar dois modelos interpretativos aos quais se recorre sempre que se tem em mente analisar a superação de formas pré-capitalistas de produção e circulação de mercadorias.

Tais "modelos" têm sua construção comprometida com conjunturas específicas e com proposições políticas do movimento

socialista internacional ⁴³, tendo sido explicitadas como vias alternativas na análise que Lenin realiza sobre a sociedade russa, em fins do século XIX ⁴⁴.

No entanto, conferir ao impulso transformador presente nas sociedades que lograram romper os limites impostos pela "velha ordem" o estatuto de paradigmas tem significado guiar-se por uma ênfase exagerada nos chamados "aspectos econômicos" da transição, onde mais facilmente torna-se possível identificar a correspondência, ainda que tendencial, com uma ou outra das "vias" mencionadas. O limite, digamos, desta postura pode ser ilustrado a partir da distorção sofrida pelas proposições de Lenin contidas no Programa Agrário da SD em 1905-07 ⁴⁵. Distorção esta que de tal forma enfatiza os "traços econômicos" da transição que acabou por generalizar a idéia de que a chamada "via prussiana" resume-se na forma como se resolveu a questão agrária na Alemanha.

Ora, o que fica encoberto, nesses casos, é o tipo de controle exercido sobre as camadas subalternas, ou, o que é o mesmo, a forma como se deu a institucionalização da política. Assim, a superação das formas pré-capitalistas de produção e circulação de mercadorias não se esgota na fixação de um novo padrão econômico para tais sociedades, porquanto a acumulação envolve uma conexão in

43. Sobre a recuperação da historicidade do conceito de Revolução Burguesa ver DE DECCA, Edgar - 1930: O Silêncio dos Vencidos, SP, Brasiliense, 1981.

44. A referência às duas vias de constituição das relações capitalistas na sociedade russa pode ser encontrada em LENIN, V.I. - "Prefácio à II Edição" in El Desarrollo del Capitalismo en Rusia, Barcelona, Editorial Ariel, 1974.

45. LENIN, V.I - "El Programa Agrario de la Socialdemocracia en la Primera Revolucion Rusa de 1905-1907" in Obras Completas,

tima com o exercício do poder, isto é, com o sistema político que veio a se afirmar pela ação dos agentes, no momento de imposição da ordem burguesa.

Recuperar a historicidade de tais possibilidades de transformação significa recompor o quadro em que se moveram os agentes sociais na França ou na Alemanha, apenas para ficarmos nos casos "típicos" de ambos os esquemas interpretativos. E o movimento dos agentes sociais supõe sua constituição enquanto interlocutores mais ou menos "eficazes" na arena política. Portanto, recuperar a historicidade da "revolução liberal-burguesa" ou da "revolução pelo alto" exige que se destaque o sentido político da revolução em curso. Isto significa afirmar que a idéia de Revolução Burguesa supõe a noção de um embate em que atores constituídos pela política se defrontam, atualizando seus projetos de forma mais ou menos violenta e mais ou menos abrupta.

Se tomarmos como exemplo a "clássica" "Revolução Francesa, teremos que admitir que o argumento geralmente apresentado para a sua deflagração é o de que a guerra civil e posteriormente a constituição de um exército nacional para o desempenho das campanhas napoleônicas teriam desentrevado o desenvolvimento das forças produtivas e favorecido a emergência do capitalismo ⁴⁶. Ora, como lembra Hannah Arendt ⁴⁷, a Revolução Francesa

46. O esquema interpretativo que privilegia a idéia da Revolução Francesa como "desentrev" à afirmação do Capitalismo em França pode ser ilustrado por SOBOUL, Albert - História da Revolução Francesa, RJ, Zahar Editores, 1974.

47. Cf. ARENDT, Hannah - Sobre a Revolução, Lisboa, Moraes Editores, 1971.

é portadora de um caráter político que não pode ser encoberto e, ao mesmo tempo, origem da tematização sobre a questão social no Ocidente. Os conteúdos fixados pela burguesia em seu processo de afirmação enquanto classe dirigente - o que inclui um certo padrão para a acumulação - foram fruto das sucessivas derrotas impostas, primeiro, aos aristocratas, e finalmente, em 1871, aos trabalhadores franceses.

Havia, portanto, uma "velha ordem" que conformava os interesses e, desta forma, tecida a identidade dos diferentes agentes empenhados na atualização de seus projetos.

Sob este ponto de vista poder-se-ia afirmar também o caráter revolucionário das transformações vivenciadas pela Inglaterra nos dois séculos que precederam a explosão industrial.

A história da acumulação primitiva é a história da repressão jurídica e mesmo da eliminação física daqueles que se opuseram à "marcha do progresso". Mas essa marcha forjou um inigualável movimento de expropriação de camponeses e artesãos que, liberados individualmente dos seus instrumentos de produção e assumindo a condição de "homens livres", puderam - nas palavras de Marx ⁴⁸ - "capacitar-se para uma ação histórica distinta". Isto porque a noção de exploração em Marx transforma a questão social numa força política, na medida em que as relações de propriedade sob o Capitalismo são apresentadas enquanto relações de intensa violência e de violação do modo de vida e de trabalho de um enorme contingente de homens, mulheres e crianças.

48. MARX, Karl - El Capital, Capítulo VI (Inédito), Buenos Aires, Siglo XXI, 1970, p. 33.

Ora, este processo de perda gradativa de suas condições de existência e o empobrecimento crescente experimentado por sucessivas gerações de trabalhadores, impuseram uma percepção aguda da trajetória dos seus destinos e, mais que isso, do movimento que separava em campos opostos os diferentes segmentos da sociedade. Percepção esta que se manifestou sob a forma de transgressões à ordem que começava a ser imposta e de violentas comoções sociais, envolvendo um grande número de homens pobres e excluídos das benesses que o capitalismo prometia a todos aqueles verdadeiramente empenhados em obtê-las ⁴⁹.

Pertence a Charles Morazé ⁵⁰ a afirmação de que a vida dura nas concentrações urbanas, nos sórdidos slums; o trabalho pesado nas manufaturas de algodão, nas minas, nas fundições; a ameaça de desemprego; as crises inevitáveis naquela jovem economia faziam com que todos os ingleses bem instalados vivessem, pelo menos até as duas primeiras décadas do século XIX, o terror das revoltas populares de tipo jacobino.

"Esmagado Napoleão, rebentam motins em Londres, em Manchester, e os exércitos de Wellington espingardearão o povo. Sabe-se o que eram estas revoltas da miséria: em 1811-1816 os ludditas, os destruidores de máquinas, juntam-se em bandos chefiados pelos Captains Ludd, ameaçam as empresas, queimam as

49. Sobre a questão da mobilidade social na Inglaterra nos anos que sucederam a chamada Revolução Industrial ver HOBBSAWM, E. - "A Carreira Aberta ao Talento" in op.cit., pp. 203/221.

50. MORAZÉ, Charles - Os Burgueses à Conquista do Mundo - 1780 / 1856, Lisboa, Edições Cosmos, 1965.

oficinas (...) Pelo menos são, em geral, de curta duração. Mas o receio do Governo é que se generalizem" ⁵¹.

Crise social, sem dúvida, o que teria reduzido a sua "dimensão" política? Por que na Inglaterra, ao contrário da França, as crises econômicas - suscitando igualmente agitações populares - acabaram por reforçar a dominação burguesa? Ou, indagando de outra forma, por que elas foram fatais apenas ao regime político de Versailles?

A diversidade entre França e Inglaterra - a despeito da atroz miséria que atingia parcelas significativa da população em ambas as sociedades - assenta sobre a forma específica pela qual, em cada uma delas, o "velho" cederia lugar ao "moderno", conformando uma singular relação entre Sociedade e Estado.

A Inglaterra, afinal, consumira mais de um século liberando-se das suas rotinas, fossem elas relativas às práticas econômicas ou à vida moral. E a conquista individual de uma certa pujança econômica era um argumento poderoso para o acesso à fervilhante sociedade e, em igual medida, à vida pública. Como lembra o autor:

"Avô camponês, neto educado na "public school" e acabando por ser barão e membro dos grandes conselhos de administração, com origens e vicissitudes diversas - tal é a carreira dos Peel, dos Radcliff, dos Cobden, de toda essa alta e fervilhante sociedade inglesa..." ⁵²

51. Id., ibid.- p. 139.

52. Id., ibid.- p. 171.

Esta característica também assumiu uma feição parlamentar, combinando interesses diversos, representando segmentos diferentes das classes dominantes ⁵³, além de se instituir enquanto uma "caixa de ressonância" do social. Dickens, pelo menos, acreditava nisso e passou a ter seu lugar reservado entre os ideólogos do caritativismo pois, com suas novelas, ridiculizando alguns traços "materialistas" da burguesia, estimulando a filantropia de "pickwicks" ou alertando para as condições subumanas de existência das vítimas da indústria, levantou um movimento de simpatia em favor dos pobres das grandes cidades, tornando o Parlamento permeável às discussões sobre a questão social. ⁵⁴

Além disso, a correlação de forças sociais impunha uma aristocracia agrária mais "elástica" nas suas convicções e, certamente, mais ambígua na política. Na intenção de limitar os lucros do empresariado e afirmar-se como parecia preponderante no Estado atendeu às proposições contidas nas leis de proteção aos pobres, apoiando reformas sociais e as leis que Lord Ashley avançou sobre o trabalho. Tudo isso conduziu ao reconhecimento das Trade-Unions, à regulamentação do trabalho das mulheres e crianças e à fixação da jornada em dez horas. E mais: a idéia, assumida pelo operariado inglês, de que o aparelho legislativo era permeável aos seus interesses.

53. Sobre as discussões parlamentares na Inglaterra do século XIX envolvendo diferentes segmentos das classes dominantes, Cf. WILLIAMS, Eric - Capitalismo e Escravidão, RJ, Editora Americana, 1975.

54. A afirmação é de Charles Morazé e tem uma proximidade evidente com as formulações dos filantropos ingleses do período tratado pelo autor.

Recentemente, Maria Stella Brescianni, comparando a vida em Londres e Paris no século XIX, avançou algumas considerações importantes relativas ao papel dos intelectuais na construção das representações sobre o social e à função que cumprem tais representações na cristalização de determinados padrões de dominação ⁵⁵.

Assim, a Inglaterra, ponto maior das "desgraças" londrinas, ilustraria, na visão dos contemporâneos, a atomização do mundo inaugurada com o capitalismo. A expressão - que é de Engels - insinua a individualização acelerada e um sentido de privatização das vidas, privatização esta que se fez acompanhar de um forte sentimento de indiferença ou quase negação do social.

Tal forma de representar a sociedade operou um es-
treitamento simbólico entre o processo vivenciado pelo trabalhador - individualmente submetido ao ritmo e à disciplina que imperavam nas fábricas - e aquele vivenciado pela Inglaterra, pela nação inglesa. O trabalho, a labuta cotidiana, o corre-corre descrito por Dickens, o tempo que preocupa Poe, a individualidade perseguida ⁵⁶ por Walter Benjamin nas análises que realiza das obras de Poe, estão nas ruas. E, no entanto, são também os temas que deverão comprometer a subjetividade do trabalhador - individualmente considerado - com a forma capitalista de produzir.

Não é descartável, nesse movimento, a constatação da autora de que a partir da década de 1840, "... a cidade industrial, Manchester, torna-se o símbolo das esperanças e das apreensões

55. BRESCIANNI, Maria Stella Martins - op.cit.

56. As referências a Dickens, Poe e Walter Benjamin encontram-se em BRESCIANNI, Maria Stella M. - op.cit., pp. 16/17, 18/20 e 21, respectivamente.

da 'era da industrialização' ..." ⁵⁷ Sua incorporação , qualificada desta forma, ao imaginário inglês deveu-se à rápida modernização fabril, favorecendo a construção de uma identidade social para o trabalho. Apartados dos mendigos e dos criminosos, os trabalhadores não seriam encarados como uma ameaça "política", sobretudo no final da década, com o declínio do Cartismo. A ascensão de Manchester e a afirmação de Hobsbawm de que "... após a década de 1840 os ingleses deixaram de ser revolucionários" ⁵⁸ têm em comum a gradual afirmação da hegemonia burguesa, traduzida num conjunto sistemático de práticas e valores.

Identificado o trabalhador, a pobreza será associada a uma moralização deficiente, objeto, portanto, do combate travado pelos ideólogos da ordem, preocupados com o contágio da miséria e a propagação dos vícios dela decorrentes.

O que transparece, enfim, na análise efetuada por Maria Stella é que a prática dos intelectuais ingleses construiu uma determinada forma de relação entre Sociedade e Estado em que o primeiro termo foi privilegiado, e conferiu aos agentes sociais uma inserção na ordem burguesa alicerçada no trabalho - o que se desdobra numa superestimação das potencialidades do mercado, incluindo aí as de natureza política.

Dizendo de outra forma: a Inglaterra se pensou es-
corada no mais vigoroso puritanismo - eixo de uma direção política e cultural voltada para a moralização e a reparação institucional da miséria, do que são exemplo os discursos de sanitaris-

57. Id., ibid. - p . 41

58. HOBSBAWM, Eric - op.cit., pg. 87. Sobre a incorporação dos trabalhadores ingleses à nova ordem industrial, ver também BENDIX, R - Trabajo y Autoridad en la Industria, B.Aires, Eudeba Editorial, 1966.

tas e filantropos ingleses do século XIX. A estratégia de dominação, ali, passou pelas instituições mais diversas e, claro, pela fábrica - todas elas organizadas pela ação de intelectuais e interessadas na segmentação do conjunto dos expropriados em "trabalhadores", "trabalhadores em potencial", "vagabundos", "resistentes", "ladrões" e "criminosos".

A oposição TRABALHO/NÃO-TRABALHO tornava-se visível e operatória. A sociedade inglesa produzia um vigoroso discurso sobre a sua transparência.

Na França, as representações sobre os mecanismos legislativos e administrativos opunham-nos à idéia de liberdade. E a 'questão social' - enfrentada com a repressão do Estado Imperial - acentuou, progressivamente, a ilegitimidade de um poder que foi capaz de recompor o arranjo dos "de cima" contra os "de baixo".

Isto fica mais claro a partir de 1848, quando a burguesia passa a operar um Estado Nacional expansionista e colonialista, embora - enquanto tendência - a exclusão da "plebe" sediciosa estivesse inscrita na concepção de Revolução que animou parcela expressiva dos revolucionários de 1789.⁵⁹

Afinal, impondo-se rapidamente no cenário internacional das finanças e do grande comércio, a França construiu, sob o protecionismo imperial, uma apressada institucionalidade burguesa, instrumentalizando a política em benefício exclusivo da burguesia.

59. Segundo Marilena Chauí, a derrota de Babeuf atestaria a vitória da concepção revolucionária inspirada pela idéia de fundação de uma República nos moldes romanos. Cf. CHAUÍ, Marilena - Seminários, RJ, Brasiliense, 1983.

É ainda Maria Stella que, reunindo e analisando a produção intelectual na França do século XIX, repõe algumas questões sobre a relação Sociedade/Estado.

As descrições de Paris, naqueles tempos, recorrem insistentemente ao tema da miséria. Agitação, caos, colméia, inferno, doença e crime: a imagem dos franceses sobre a sua sociedade.

Mas, ali, a miséria reenvia à política e ameaça o poder constituído. Jornais - como A Gazeta dos Tribunais - romances, folhetins, canções e espetáculos teatrais se ocupam do crime⁶⁰ e o associam à miséria. Victor Hugo alertou contra o perigo do movimento indomável de um enorme contingente humano, "cujos componentes se subtraem a qualquer regularidade visível" e em Chevalier encontramos a afirmação:

"Isolados da Nação, postos fora da comunidade social e política, isolados com suas necessidades e suas misérias eles se movimentam para sair dessa solidão pavorosa e, como bárbaros aos quais são comparados, pode ser que cogitem até de uma invasão".⁶¹

A miséria, proposta enquanto ameaça política, acabou por indiferenciar o trabalhador pobre e o criminoso, organizando a esfera pública sem reservar um lugar especial para a pobreza, isto é um lugar fora da política, como no caso inglês. Os pobres - TRABALHADORES ou NÃO-TRABALHADORES - constituiriam uma

60. A referência à Gazeta dos Tribunais é feita por Chevalier. Ele afirma: "Esse jornal contribuiu largamente para desenvolver a psicose do crime". Cf. GUIMARÃES.A.Passos - As Classes Perigosas - Banditismo Rural e Urbano, RJ,Edições Graal, 1981,p. 59.

61. BRESCIANNI, Maria Stella M. - op.cit.,p . 59.

outra Nação, alternativa àquela construída pela burguesia: a "nação noturna", nas palavras de Janin.⁶²

Como origem desta dissociação, a vitória - sobre outras - de uma determinada formulação relativa ao processo de constituição da ordem burguesa na França. Inspirados pelo Contrato Social de Rosseau, os revolucionários franceses articularam suas aspirações transformadoras em torno da noção de POVO e pretendiam ver no Estado a expressão da soberania popular.

Desta forma, o POVO veio a constituir-se politicamente, impondo, com a Revolução Francesa, a fundação da sociedade política em substituição à sociedade natural. A valorização positiva do Estado, neste caso, supõe a idéia de fundação da sociedade francesa⁶³, fruto da ruptura radical com a ordem anterior. E filia-se à vertente do pensamento racionalista no qual a noção de progresso se orienta pela afirmação do Estado. Tal é a noção de modernidade posta pelos franceses: um Estado do Povo, fundador da sociedade.

Derrotada a proposta democrática, isto é, excluída a "plebe" - a ralé, segundo Hannah Arendt - do universo contido pela noção de POVO, a alternativa-limite vislumbrada pelos trabalhadores pobres e os humilhados de todas as extrações consistiu na

62. Id. - ibid., p. 13/14

63. "... a metáfora do "corpo político" enquanto corporificação do poder no corpo do rei implica numa apreensão do social como comunidade orgânica e, por isso, os revolucionários dirão que o Antigo Regime não é uma sociedade. Para passar da comunidade orgânica à sociedade é preciso uma nova desincorporação, isto é, a separação entre sociedade civil e Estado, e, portanto, a teoria e a prática do contrato social". (CHAUÍ, Marilena - op.cit., p. 29. Grifo da autora)

supressão do Estado, "cuja fachada só apresenta aos operários as baionetas dos seus soldados e os autos dos seus polícias " ⁶⁴.

São profundas, portanto, as diferenças entre a França e a Inglaterra. Nesta última, as condições sociais, em se transformando, foram capazes de conviver com algumas das "velhas" tradições, muitas vezes suficientemente fortes para barrar soluções esstritamente burguesas. Aliás, a concepção de modernidade na Inglaterra passou, prioritariamente, pela idéia de uma regulamentação da ordem precedente, isto é, de uma regulação dos interesses e anseios já existentes. Modernidade, portanto, não era sinônimo de fundação de uma ordem inteiramente nova (como na França), e as tarefas da "modernização" passaram a ser assumidas pelo conjunto de instituições interessadas na reparação do ônus social que o progresso imputava às sociedades industriais. É natural que, diante deste enquadramento, a política se desenrolasse sem referência exclusiva ao poder do Estado e acentuasse a idéia de um mercado político onde jogariam, livremente, os distintos interesses sociais.

Na França, a força revolucionária eliminou abruptamente os traços do "velho", do Antigo Regime, com base, inclusive, numa problemática filosófica distinta. E os regulamentos, ou melhor, a legislação pós-revolucionária - diga-se de passagem, cada vez mais excludente - recompôs a anuência dos "de cima" contra os "de baixo", com base no medo e em procedimentos emergenciais de contenção dos setores subalternos. Contra a burguesia privatizadora do Estado somente o socialismo radicalmente antiburguês. Ele aparece no cenário francês como uma forma de afirmação da primazia da vontade geral, assumindo o sentido de uma doutrina operária.

64. Cf. MORAZÉ, Charles - op.cit., p . 177

Ora, estas considerações, ainda que superficiais, têm o sentido de destacar a importância do processo de institucionalização da ordem burguesa, reafirmando seus compromissos com o estágio específico em que se encontra a luta de classes nas diferentes formações sociais. Porque a ordem burguesa não é estritamente da burguesia e sua concretização depende da natureza contraditória das forças que atuaram - e de como atuaram - no momento de transição ao Capitalismo.

Portanto, a comparação entre França e Inglaterra tem o sentido de apresentar, por um lado, contextos sociais de forte semelhança no que concerne à potencialidade explosiva dos setores subalternos, mas, por outro, de destacar que o curso concreto destas sociedades impôs tipos determinados de Estado, em que os setores subalternos encontraram maior ou menor espaço de intervenção, preparando-se, portanto, para ações distintas.

O Estado, na Inglaterra, foi expressão de uma luta gradual pela universalização dos interesses da burguesia e suas agências privadas de poder atuaram no sentido de comprometer a subjetividade dos homens pobres e expropriados. Neste caso a base técnica, abrandando as formas de subordinação pessoal, aparecia, progressivamente, como um abrandamento das relações de exploração. Marx, a propósito, apontou a modernidade do capitalismo em oposição à permanência dos entraves legais e extra-econômicos precedentes à produção capitalista, enfatizando o fato de que "a própria relação de produção (capitalista) gera nova relação de superioridade e subordinação (que por sua vez produz também suas próprias expressões políticas etc...)" ⁶⁵. Com essa idéia ele resumiu, fora do campo da

65. MARX, Karl - El Capital, Cap. VI (Inédito), Buenos Aires, Siglo XXI, 1970, p. 59

"mistificação burguesa", algumas das transformações operadas na vida do operariado em constituição, como, por exemplo, a liberdade de movimentos - ainda que dentro de estreitos limites -, as compensações monetárias por sua diligência (sobretudo no caso dos trabalhadores por empreitada), a passagem de um setor a outro da produção e a troca de patrões. Segundo Marx:

"Embora, como vimos, isso em nada altere a relação geral entre o capital e o trabalho, entre o trabalho excedente e o trabalho necessário, a relação, entretanto, se manifesta de maneira diferentes para o operário individual e, mais precisamente, segundo o grau de rendimento pessoal. (...) Isso dá lugar a um campo de ação para a diversidade individual, por um lado; e, por outro, um incentivo ao desenvolvimento da capacidade própria de trabalho".⁶⁶

66. Id. ibid - p . 65 (Grifos meus)

A discussão esboçada aqui já foi fartamente contemplada pela literatura acadêmica. No entanto, insisto em enfatizar a leitura segundo a qual Marx - a despeito da descontinuidade que marca sua obra - apresenta, em algumas passagens (dentre elas as que foram reproduzidas no texto), uma noção claramente identificada com o efeito liberalizador das relações sociais capitalistas, porquanto tenham sido elas as potencializadoras da individualização dos trabalhadores e do destroçamento das práticas corporativas e regimentais das associações de produtores e comerciantes, nas sociedades pré-capitalistas.

Neste sentido, o liberalismo inglês - revestido de um conteúdo social - seria passível de ser um agente de universalização da dominação burguesa pois ele conteria, em sua trajetória histórica de afirmação, elementos discursivos oriundos das reivindicações dos trabalhadores descontentes com a hierarquização e gradual expropriação conduzida pelas corporações e guildas, em processo de desintegração.

Marglin, por exemplo - embora organize suas conclusões em sentido diametralmente oposto ao que se põe aqui - refere-se ao fato de que pequenos mestres e companheiros mais enriquecidos utilizaram-se da divisão entre as classes mais poderosas, aliando-se com elas numa luta corporativa contra o capitalismo (Cf. MARGLIN, Stephen - "Origem e Funções do Parcelamento das Tarefas (Para que Servem os Patrões?)" in GORZ, André (org.) - Crítica da Divisão do Trabalho, SP, Martins Fontes, 1980, pp , 75/76). Ora, sabendo-se que os trabalhadores expropriados eram uma força social muito mais numerosa e que sua iniciativa contestadora já se vinha afirmando de longa data em regiões onde as práticas as

Assim, a penetração do ideário liberal entre os setores subalternos fazia com que a ameaça de virulência social cedesse lugar à idéia do "comfort" inglês - frugal e módico. Privatizar a liberdade, tomá-la como um atributo individual - com a qual, aliás, convive a expressão "meu lar é meu castelo" - sugere uma história de afirmação do Capitalismo em que o mercado amplificou a sua vigência, configurando-se também enquanto realidade política.

Diferentemente, na França, o Estado burguês teve que prescindir - enquanto prioridade, ou melhor, enquanto estratégia de contenção dos setores subalternos - da conquista da subjetividade daqueles agentes sociais, lidando de forma repressiva com um sentimento de liberdade orientado para a consecução da vontade geral, democrática, socialista. O liberalismo enunciou as intenções e repetidas, ao longo dos anos, reivindicações por parte das classes dominantes de proteção imperial aos negócios e às finanças "nacionais", adquirindo conteúdos irremediavelmente identificados com tais classes. Mas a ralê francesa já havia ensaiado sua aparição na política. E manifestou-se, sucessivas vezes, contrária ao ideário liberal.

No Brasil, onde a afirmação do capitalismo não se deu de forma revolucionária, consistindo as transformações estruturais que são próprias deste processo em atribuições dos setores dominantes da "velha" ordem, os trabalhadores não tiveram sua ação política ensaiada, padecendo a repressão e controle diretos

. sociativas tendiam a excluí-los da condição de "iguais" - não é outro o sentido das lutas gremiais européias - é possível considerar que a liberação dos entraves associativos não foi assimilado como "vitória" apenas pela burguesia.

que constituem, aqui, a marca de sua reprodução ⁶⁷.

A burguesia gerada no interior do conjunto das atividades econômicas surgidas nas últimas décadas do século XIX com a lavoura cafeeira - o "complexo econômico cafeeiro" - não promoveu contra a velha sociedade grandes investidas, tanto mais que se situava como sua beneficiária. Assim, o capital cafeeiro - síntese da diversificação econômica em atividades comerciais, bancárias, agrícolas e industriais ⁶⁸ - bem como o agente deste capital - a burguesia cafeeira - construíram um movimento de transformação da sociedade em que a interpenetração destas atividades não produziu uma "burguesia urbana e industrial" orientada pela oposição ao "rural", ao agrário.

E os trabalhadores emancipados e os imigrantes que começavam a penetrar na região Sudeste esbarraram em condições históricas de modificação gradual para uma sociedade que não chegava a ser inteiramente nova, mantida sua natureza predominantemente agrária e subordinada ao mercado internacional. Pois na verdade eram eles, os trabalhadores "livres", os representantes do novo, da nova ordem que se ia constituindo e em relação aos quais se faziam necessárias formas distintas de controle a serem exercidas pelos setores dominantes.

É importante lembrar, no entanto, que no Brasil a noção de trabalhador "livre" é construída - tanto pelos agentes

67. As considerações sobre a especificidade da penetração do Capitalismo no Brasil, da forma como aparecem aqui formuladas, encontram-se mais desenvolvidas em VELHO, O. Guilherme - Capitalismo Autoritário e Camponato, SP, DIFEL, 1976.

68. Cf. SILVA, Sérgio - Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, SP, Editora Afla-Omega, 1976.

envolvidos neste processo, quanto pela historiografia - em oposição à de trabalhador escravo, extraíndo-se a conclusão simplista e equivocada de que com eles estariam implantadas as relações de produção especificamente capitalistas. Não obstante, se estes trabalhadores são livres - isto é, expropriados dos meios que permitem produzir a principal mercadoria, o café, e sobretudo da terra, a partir de 1850 - eles não se encontram inteiramente expropriados dos meios que lhes possibilitam a subsistência. Na condição de colonos - e foi esta a relação que predominou no Oeste Novo paulista - eles guardam acesso a faixas de terras onde realizam uma pequena agricultura de alimentação.

Assim, ainda que sob a forma do trabalho livre, não se observou, em fins do século XIX, na região mais dinâmica do ponto de vista das transformações das relações de trabalho, a subsunção real do trabalhador a seu patrão - encarnação do capital - visto que a remuneração que do mesmo recebe não se constitui na forma exclusiva de sua reprodução, tal como sob o regime de assalariamento ⁶⁹. E mais: os trabalhadores livres nacionais não vivenciaram sua "liberação" como uma ação violenta dos proprietários. Numa sociedade escravista, com a desvalorização do trabalho explicada, em larga medida, pelo absenteísmo senhorial, a idéia de liberdade cristalizou o sentimento genuíno do não-trabalho, valorizado positivamente. Trabalhadores livres e "libertos" nacionais - perdedores, do ponto de vista da trajetória histórica do capital - reconheciam-se como beneficiados e aptos a viverem a ociosidade em detrimento das alardeadas promessas

69. CARVALHO, Maria Alice R. de; BRANDÃO, Berenice C. - "Capitalismo, Região e Oligarquias (Parte II)" in Contacto-Humanidades nº 33, RJ, Ed. Fundação CESGRANRIO, 1980.

Ver também, a propósito da transição do trabalho escravo ao trabalho livre na agricultura cafeeira do Oeste Novo paulista, MARTINS, José de Souza - O Cativo da Terra, SP; Ed. Ciências Humanas, 1979.

do mercado. 70

Ora, diante deste quadro, a identidade política da queles homens não seria forjada, de imediato, pela oposição à nova ordem que se constituía, assim como, sob a velha ordem, sua existência social estivera condicionada à reprodução econômico-social dos grandes proprietários.

As estatísticas dos anos finais do Império indicam que aproximadamente 50% da população entre 13 e 45 anos das seis maiores províncias - Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Ceará - era constituída de homens "sem profissão definida", como decorrência da marginalidade a que ficaram submetidos todos aqueles que não se subordinaram diretamente à lógica mercantil da sociedade. Marginalidade econômica pois não possuíam, sob este ponto de vista, maior importância para os proprietários das terras onde viviam. Politicamente, porém, eles eram significativos, pois reforçavam o poder dos "coronéis", a quem tudo ofereciam em troca do favor de "viverem socialmente". Ou, nas palavras de Maria Sylvia:

"Durante a existência da escravidão, e como decorrência da sua existência, o processo de expropriação desses "homens livres e pobres" não se completara: a ideologia do favor e a rede de compromissos pessoais entre os proprietários de terras e a massa de agregados não só não "individualizara" estes, como também não privara aquele do exercício

70. Cf. FERNANDES, Florestan - A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1976.

Ver ainda, do mesmo autor, A Integração do Negro na Sociedade de Classes, São Paulo, Editora Dominus, 1965.

personalizado do controle e do benefício." 71

Portanto, a constituição dos trabalhadores nacionais - livres e libertos - deverá trazer as marcas de sua trajetória enquanto agentes submetidos aos desmandos de uma coerção extra-econômica, nos limites espaciais e sociais que a grande propriedade lhes impunha. Afinal, a dependência pessoal ao proprietário era o elemento indispensável à sua reprodução.

E mesmo considerando a especificidade da incorporação dos imigrantes, também neste caso sua ação política - enquanto força potencialmente contestadora da ordem que se implantava - foi contornada mediante duas medidas implementadas pelos setores dominantes. Por um lado, a adoção do regime de colonato pelo qual se garantia, contratualmente, um rendimento variável, oriundo dos gêneros de subsistência cultivados nas terras intercafeeiras, o que tornava viável - ainda que na aparência - uma acumulação familiar a ser transformada no "passaporte" para a condição de proprietário.

Por outro lado, a percepção de que as tentativas de transferência, para os imigrantes que aportavam na região Sudeste, do sistema de dominação a que estavam submetidos os trabalhadores nacionais, chocar-se-iam com o grau de individuação e conqui-

71. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - "Trabalho Escravo, Trabalho Livre" in História do Século XX, São Paulo, Abril S.A., 1974.

Sobre a forma de subordinação dos agregados e sua importância na preservação da estrutura de poder a nível regional - do que é devedor o pacto republicano - deve-se atentar para o trabalho de REIS, Maria Elisa Pereira - The Agrarian Roots of Authoritarian Modernization in Brazil, 1880-1930, Cambridge MIT, Tese de Doutorado, 1979. Nele a autora destaca a importância da intervenção do Estado na organização do mercado de trabalho, subvencionando a vinda de imigrantes para as la-

ta de autonomia pessoal que o capitalismo afirmara como valores , em suas terras de origem. Percepção da qual resultou a legislação que passará a regular a vida do trabalhador imigrante.

A Constituição republicana tornava explícito o nexo entre o exercício da cidadania e a capacidade eleitoral e de acordo com este princípio incluía " enquanto cidadãos " o conjunto dos estrangeiros tornados brasileiros pelo próprio ato de fundação do novo regime, salvo se os mesmos "manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade" ⁷². Na prática, no entanto, a cidadania era regulada por meio do Código Penal de 1890 e de medidas complementares, como a Lei Adolfo Gordo, de 1906, sempre que ameaçada a "liberdade de trabalho" ⁷³.

Portanto, a atualização das práticas de dominação sobre as camadas subalternas deslocou o exercício destas práticas para a esfera do Estado em regiões onde o mercado interno capitalista consolidava-se num ritmo mais arrojado, pretendendo que este deslocamento "ordenasse" as forças presentes no mercado de trabalho e esvaziasse as contradições localizadas, de forma imediata, na produção. Este deslocamento, no entanto, deverá conviver com a sobrevivência de práticas diversas de dominação - reflexo do ritmo diferenciado em que o mercado capitalista alcançava as várias regiões - e proceder a uma acomodação política dos poderes regio-

...vouras do Oeste Novo paulista e, desta forma, construindo - pela manutenção das bases do predomínio coronelista a nível regional - as possibilidades de um arranjo federal dos setores dominantes, traduzido, numa pragmática aliança garantidora do controle do Executivo pelos Estados líderes: São Paulo e Minas Gerais.

72 . Cf. Constituição de 1891 - Título IV - Dos Cidadãos Brasileiros.

73 . Cf. além do Código Penal; CARONE, Edgar - Movimento Operário no Brasil, São Paulo, DIFEL, 1979 e BRANDÃO, B.; MATTOS, Ilmar; CARVALHO, M^o Alice R de - op. cit., pp .202/216.

nais.

Ora, o que se afirma é que a ordem burguesa, ao pretender garantir a subordinação dos setores subalternos, teve que contar com a reprodução das formas de coerção extra-econômicas vigentes. Tal é o sentido que assume o Estado federativo e a política de subvenção à imigração. Aliás, a complementaridade entre o Código Penal e a Constituição de 1891 confirma a dupla tarefa da ordem republicana, na verdade faces da mesma moeda: atualizar as formas repressivas necessárias à incorporação dos segmentos subalternos ao ordenamento burguês; e proceder à legitimação do predomínio da burguesia cafeeira no interior das disputas políticas regionais, mantidas as especificidades experimentadas pelo poder nestas regiões.

A decretação do Código Penal revela como, ainda na aurora do novo regime, as classes dominantes lançaram as bases de sua dominação regulando as novas relações entre as classes, antes mesmo que novos agentes políticos - os trabalhadores livres - fossem reconhecidos pelo regime republicano. Da mesma forma, o federalismo instituído pela Carta de 1891 exemplifica o fim da centralização imperial e a possibilidade de impor ao país uma institucionalidade que favorecesse a acumulação interna, através da expansão das atividades agro-exportadoras vinculadas ao café. Com Campos Salles atinge-se o momento de maturidade do novo bloco no poder, observando-se:

"...a conformação de um certo equilíbrio "possível" entre as diferentes regiões, isto é, entre os distintos grupos dominantes regionais, que não altera a dependência dos setores subalternos ou dominados da sociedade mas, ao contrário, vai renovar essa dependência, prolongando-a por todo o

primeiro período republicano." 74

Mantinha-se, com isso, a regionalização da classe dominante - suporte da reprodução do seu poder -, golpeando-se a constituição da classe trabalhadora a nível nacional, pela diversidade de mecanismos impeditivos de sua intervenção na nova ordem, dos quais a própria falta de coesão entre os anseios e interesses traduzidos regionalmente - melhor seria dizer "localmente" - era expressão.

Em síntese: sob o Império, a constituição da classe senhorial se deu pela necessidade de responder criativamente à crise de redefinição do papel dos setores dominantes no mercado internacional. O movimento de constituição do Estado Imperial foi o mesmo que reafirmou o padrão de acumulação imposto pela classe dominante tendo que, para isso, construir uma engenharia de contenção dos setores subalternos, em vista da crise do sistema escravista. Exemplificam tal engenharia a ampliação da administração pública, a ação da polícia, a representação fragmentária do social. Neste quadro, a Nação brasileira forjava-se pela oposição às demais nações, isto é, pelo contraste de natureza racial e econômica, enquanto fornecedora "natural" de gêneros primários, e muito particularmente em oposição à nação portuguesa.

Mas no final do século XIX desenhou-se uma outra crise, associada, dessa vez, à vigência de novas formas de trabalho e ao rearranjo institucional capaz de viabilizar a reprodução dos interesses da burguesia cafeeira. Neste caso, o controle e a representação dos setores subalternos se deu pelo apelo à ação direta do Estado, que passou a regulamentar o mercado de trabalho e a legislar

74. PAMPLONA, M. Antonio - "Capitalismo, Região e Oligarquias (Parte III)" in Contacto-Humanidades n°34, RJ, Fund.Cesgranrio, 1980

sobre o exercício da cidadania, inibindo a intervenção política dos trabalhadores. Este Estado aparecia como um agente - ele mesmo - ocupado em reconhecer o "trabalhador" e punir o "desordeiro", separando, com isso, a idéia de produção da de participação social. De fato, sua ação passava a ser vista como aquela capaz de qualificar a diversidade presente na "nação noturna" e trazê-la à luz, à superfície .

Não é outra, aliás, a expectativa dos intelectuais do final do século que, empenhados em deslindar os problemas da vida urbana - mais intensa nas regiões economicamente dinâmicas -, promoverão um deslocamento da noção de ORDEM, dominante sob o Império, subordinando-a à noção de TRABALHO.

A ORDEM, desde então, não será mais a expressão da estabilidade, e mesmo cristalização, dos "três mundos", expressando-se, diferentemente, na constituição de um só mundo: a Nação ordenada, entretanto, pela vitória do TRABALHO sobre os desordeiros. Para isso era preciso vasculhar a cidade, encontrá-los onde quer que estivessem a fim de que, vencidos em sua resistência à do cilização de seus corpos, pudessem dar forma àquela prefiguração realizada pela campanha republicana: uma Nação harmoniosa e orientada para o PROGRESSO. Caberia aos homens daquela época, no embate vigoroso de suas concepções, definir o sentido mais geral daquele PROGRESSO - se orientado predominantemente para a consecução da "felicidade" social ou se mais atento às discussões sobre o papel das instituições políticas ⁷⁵ - e traduzi-lo aos hábitos e vivênci-

75. Cf. BURY, J. - La Ideia del Progresso, Madri, Alianza, 1971 .

Na interessante discussão proposta por Bury quanto à ideologia do Progresso, sistematizada ao longo do século XVIII nos principais países da Europa Ocidental, é possível depreender-se que uma das mais fortes características do pensamento inglês sobre o progresso - que teve em William Goldwin o seu marco - se assen-

as do seu cotidiano.

A noção de TRABALHO - inscrita no quadro mais geral definido pela idéia de PROGRESSO - subsume, em fins do século XIX, a noção de ORDEM, constituindo-se no novo nexu mediante o qual se exprime a relação Estado/Sociedade. Houve, neste movimento, uma tentativa de incorporação dos setores subalternos à ordem burguesa, viabilizando a constituição de uma nova idéia de Nação: concebida não mais pela oposição "aos de fora", "aos outros", mas sim através de uma estratégia de incorporação dos diferentes agentes sociais.

Afinal, a prática social e política da classe dominante fundira o "Mundo do Governo" com a parcela que detinha o predomínio sobre o "Mundo do Trabalho". Cabia, agora, impedir que os dominados sob o "Mundo do Trabalho" e do "Mundo da Desordem" se fundissem numa Nação alternativa.

-
- ta sobre o princípio da realização plena do reinado da razão, contendo, nestes termos, uma crítica radical a qualquer intervenção do Governo. Não é preciso lembrar a simultaneidade destas concepções com a publicação d'A Riqueza das Nações, de Adam Smith, onde são expostos os efeitos da divisão do trabalho no caminho do desenvolvimento humano e associa-se o livre comércio - aquele que não era obstaculizado pelas políticas governamentais - à... "obtenção de maiores vantagens para cada indivíduo (o que) representava um ideal de solidariedade econômica do gênero humano, que é um dos elementos do ideal de Progresso" (p. 201)

Diferentemente dos pensadores ingleses, os franceses criam, fundamentalmente, na possibilidade de remodelar a sociedade pela ação política e, tal como menciona o autor citado, "... punham suas esperanças no futuro, não só nas conquistas da técnica senão na atividade ilustrada do governo." (p. 199)

Sem desconhecer a complexidade dos temas imbricados nas discussões sobre a Idéia de Progresso, poder-se-ia afirmar que as questões postas para os intelectuais daquele tempo, segundo Bury, giravam em torno da conquista da "felicidade" - o que ressaltava a problemática de como conquistá-la: se pelo "livre jogo da razão" (p. 192), se pela educação e contenção dos vícios e misérias existentes, mediante a autoridade do Estado.

A tentativa, por isso, de construção da identidade social do trabalho - tal como na Inglaterra da Revolução Industrial - também se verificou aqui. Mas no final do século XIX, a institucionalização da ordem burguesa não se daria, predominantemente, pela ação socializadora das chamadas agências privadas do Estado. A disparidade regional quanto às formas e ritmos em que se realizava a expropriação; a debilidade - ligada a estas diferenças regionais - do mercado interno; a vigência de práticas coercitivas e extra-econômicas de subordinação dos setores subalternos; a manutenção da natureza agrário-exportadora da economia brasileira e o lento crescimento das ocupações urbanas - se comparado com o número de homens e mulheres que se concentravam nas principais cidades - foram fatores poderosos na inviabilização de um "modelo inglês" de afirmação da nova ordem.

A crise agônica do Mundo do Trabalho enquanto espaço onde se cristalizaram as normas de socialização durante todo o Império atingiu seu ponto culminante no episódio da Abolição. Nele acendeu-se o debate entre concepções distintas sobre a nossa história nacional. Filiados à idéia de uma singularidade escravista e da necessidade de mantermos práticas sociais e econômicas orientadas para o atendimento desta singularidade, os escravistas atribuíram-se uma visão "realista" e criticaram a

"... potencialidade subversiva de uma ordem institucional em que o poder político parecia dissociar-se do poder sócio-econômico." ⁷⁶

Era uma resistência expressiva às ações intervencionistas do Estado. Assim, a argumentação - e mesmo o tom em que

76. BEIGUELMAN, Paula - Formação Política do Brasil, vol.I, SP, Livraria Pioneira Editora, 1967, p. 154

se desenvolveu o debate - tenderam a aproximar o tema abolicionista e o "episódio" da Abolição ao Estado Imperial, à especificidade agrária do Brasil, à idéia de uma ordem institucional "realista" e não atrelada ao tom jurisdicista que, na Europa, acompanhava a propaganda anti-escravista ⁷⁷. Tenderam a aproximá-los, enfim, do conservadorismo - embebido em Burke - oposto ao racionalismo das nações industriais modernas ⁷⁸. Os contemporâneos não puderam deixar de assinalar seu conteúdo orientado, basicamente, pelo passado: a Abolição lembrava o trabalho escravo, suscitava o espectro colonial, o universo agrário. Sua presença no temário intelectual daqueles tempos reenviava a sociedade brasileira à dimensão da crise do "Mundo do Trabalho" - compreendida aí também a crise de uma forma de representação do social - e tendia a impelir os agentes à superação do "velho".

Por isso, enquanto força política construída no embate com os setores mais conservadores da classe dominante, os abolicionistas descolavam-se, gradualmente, da referência exclusiva à negação do trabalho escravo e, misturados aos republicanos e positivistas dos últimos anos do Império, pretenderam conferir ao tema da Abolição um sentido moderno. Avançaram, inclusive, algumas propostas para a futura incorporação dos libertos ao universo social. Mas não se tornaram vitoriosos com essa chave. Apenas a República viria inaugurar o "novo", com a vitória dos cafeicultores imigrantistas e com as tarefas de socialização delegadas à política, isto é, à ação do governo. Neste caso, a proclamação da República constituir-se-á no tema por excelência de representa-

77. Mesmo quando o tom da campanha anti-escravista inglesa, apenas para citarmos um exemplo, deslocou seus termos para o atendimento a uma lógica filantrópica e humanista, o conservadorismo brasileiro continuou a descartar o projeto abolicionista com base na idéia de que a liberdade lançaria as massas à anomia. Cf. Id, *ibid*, p. 155.

78. Id., *ibid* - pp. 145 a 150.

ção da nova ordem inaugurada com o trabalho livre e, ligada a isso, com a revisão dos termos em que se expressava a hierarquização social sob o Império - do que são exemplos o Código Penal e a Carta de 1891.

A República expunha a sua feição comprometida com a modernidade. E os empreendimentos sugeridos pela modernização a que fazia jus a sociedade deveriam ser conduzidos pelo Estado - assumidamente empenhado, por sua origem "paulista", na institucionalização de uma ordem política "subversiva", nas palavras dos setores mais conservadores.

É ele o Estado que tentará CONHECER e iluminar a "nação noturna"; que implementará a organização do espaço urbano em busca das "excentricidades"; que tornará a questão social uma questão de governo, primeiro, e de polícia, em seguida; que confiará à saúde dos corpos uma conotação política e concederá ao trabalho um sentido positivo de que não gozava no Império. É ele, enfim, que buscará dar forma a uma nova idéia de Nação e emprestar um feitio racional à sociedade, segundo seus defensores.

Porque, diferentemente da idéia de Nação construída sob o Império, a Nação concebida com a República deveria se afirmar enquanto um universo integrador dos diferentes agentes sociais, coerente com o cenário social que dava mostras de maior complexidade e de uma tensão a que a institucionalidade política não era insensível.

Assim, se a Nação imperial se apresentara como obra exclusiva da classe senhorial - os "construtores do Império" - a Nação republicana nascia da incorporação de setores sociais outros que não o dos proprietários. Mas, sem realidade - enquanto produção ideológica - durante o Império, o POVO emerge na República como agente sem história, sem fixação no quadro de representa-

ções da época e sem identidade política, o que foi capturado, tempos mais tarde, vindo a consagrar-se, inclusive, enquanto um dos temas diletos do senso comum, por Monteiro Lobato nas referências que faz ao Jeca Tatu:

"Quando Pedro I lança aos ecos o seu grito histórico e o país desperta..., o caboclo ergue-se espia e acocora-se de novo.

Pelo 13 de maio, mal esvoaçava o florido decreto da Princesa e o negro exausto larga numuf! o cabo da enxada, o caboclo olha, coça a cabeça, e deixa que do velho mundo venha quem nele pegue de novo.

A 15 de novembro troca-se um trono citalici pela cadeira quadrienal...O caboclo não dá pela coisa.

Vem Floriano; estouram as granadas de Custódio...O caboclo continua de côcoras...

Nada o desperta..."

A este POVO sem história, platéia de um espetáculo que não era seu, o Estado deu uma forma, concedendo-lhe a cidadania e regulando os limites estreitos ao seu exercício. Subordinou-o e também subordinou - pelo próprio ato de reconhecimento de sua existência civil - a cultura correspondente à maneira singular de ser da sociedade brasileira, já que para ela o POVO "não existia", aos padrões racionais de convivência organizada e de PROGRESSO, típicos das sociedades européias modernas.

Mas este movimento de afirmação do Estado republicano não se deu sem contramarchas. As tentativas de dissimulação das fissuras no interior do novo bloco no poder podem ser vislumbradas na organização de um forte e persuasivo discurso antiluminista - termo final a que chegaram os "subversivos" do ser nacional, portadores de concepções europeizantes, e os defensores da

nossa peculiaridade agrária.

A partir daí, o deslocamento do foco de preocupações para a cidade e a experimentação da iniciativa modernizadora do Estado naquele espaço permitiriam o rearranjo das forças políticas regionais com a subsequente configuração do chamado Estado oligárquico. Em fins do século XIX,

..."fixou-se na fisionomia da República brasileira um como sorriso de otimismo diante de quanto fosse tendência, em nossa vida, no sentido da industrialização, da urbanização, da não-europeização do ex-Império, cujos traços mais vivamente lusitanos e africanos foram sendo considerados desprezíveis ou vergonhosos. São dessa época um antilusismo e um anti-africanismo que teriam expressões características no esforço do engenheiro Pereira Passos, Prefeito do Distrito Federal durante a presidência de Rodrigues Alves, para substituir com violência a arquitetura de origem lusitana e os costumes e meios de transporte luso-africanos das ruas, mercados, praças e subúrbios do Rio de Janeiro, por arquitetura, costumes e meios de transporte franceses, ingleses e norte-americanos; e na quase obsessão do Barão do Rio Branco (que seria por muitos anos o Ministro do Exterior do Brasil republicano) de dar a impressão ao estrangeiro de que a República entre nós continuava a ser a mesma aristocracia de brancos que o Segundo Império. Não são de brancos, porém de brancos finos, elegantes, afrancesados, sem os maus costumes portugueses de palitarem publicamente os dentes e de cuspirem ruidosamente no chão. Pois o Barão do Rio Branco (tanto quanto o Prefeito Passos) tinha uma antipatia especial aos portugueses. Era, sob esse aspecto, um representante exato do Brasil da sua época, voltado com os Rui Barbosa e os Joaquim Nabuco para

os ingleses e norte-americanos, com os Amaro Cavalcanti e os Salvador de Mendonça para os norte-americanos, com os Santos Dumont e os Graça Aranha para a França, que era também o modelo de boas maneiras do Barão. Ao Barão se atribuiu o desenvolvimento, no Rio de Janeiro, de colégios de freiras francesas para meninas, do tipo nitidamente europeu do Sacre Coeur e do Sion. Aí deviam educar-se as meninas aristocráticas do Brasil para que aos diplomatas, aos homens de Estado, aos grandes da República, não faltassem esposas de maneiras esmeradamente européias(...). Sob a chamada Primeira República acentuara-se nos brasileiros da classe dominante a disposição ou o empenho de se parecerem mais com os seus contemporâneos dos países tecnicamente mais adiantados do que com os pais e avós do tempo do Império" . ⁷⁹

Em fins do século XIX e início do século XX, nas regiões mais dinâmicas do ponto de vista econômico, a construção do mercado de trabalho punha em cena novos agentes - os trabalhadores livres - em relação aos quais os setores dominantes precisavam operar uma também nova estratégia de controle e, intrinsecamente associada a ela, uma concepção de história nacional que contivesse a emergência do POVO, ainda que nos estreitos limites definidos pela legislação em curso.

Assim, a idéia de uma Nação ordenada e orientada para o PROGRESSO destaca, naquele momento, a importância concedida ao trabalho - e em extensão ao trabalhador - na construção de um país moderno, parceiro dos países industrializados, capaz de firmar-se internacionalmente pela vontade disciplinada de to-

79. FREYRE, Gilberto - "República" in MORAES, R.B. (org.) - Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, RJ, 1949

dos.⁸⁰ O POVO, então, incorporado ao temário intelectual em - quanto somatório dos trabalhadores, isto é, enquanto expressão dos agentes econômicos constituídos com o mercado, não participaria da construção política da República, cabendo ao novo bloco no poder empunhar uma versão explicativa para a sua própria constituição - do que o anáclusismo é um exemplo - e para o esvaziamento do sentido político das turbulências vividas nos centros urbanos entre as forças do governo e os desempregados que ali se concentravam - do que a caça aos vadios, mendigos, arruaceiros e turbulentos, isto é, aos ditos não-trabalhadores, é ilustrativo.

A estratégia dos setores dominantes acabou por confirmar - não sem contestações e divergências - a idéia de um Estado modernizador, prioritariamente envolvido com o "urbano", substituto das classes no plano da política e, coerente com nossa singularidade histórica de país colonizado, interessado em cobrir, com rapidez, a distância que nos separava dos países industrializados.

Aos políticos, portanto, caberia atender ao to-do e não a qualquer partido, na forma consagrada pelo Barão do Rio Branco:

"Não venho servir a um partido político: venho servir ao Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado".⁸¹

A política cedia lugar à racionalidade administrativa para a consecução dos interesses "nacionais".

80. "... Já é tempo de recolher ao gavetão onde se guardam chavões inúteis, essa lenda tola da nossa incurável preguiça." Olavo Bilac. Apud SEVCENKO, Nicolau - Literatura como Missão, Sp, Ed. Brasiliense, 1983, p. 32.

81. LINS, A- Rio Branco, SP, Ed. Nacional, 1962, pp. 355 a 368.

Sem a vigência de um sólido mercado que emprestasse realidade ao sonho europeizante e acabasse por conformar socialmente as expectativas dos setores subalternos; sem a sua identidade política construída pelo embate travado contra os setores dominantes da "velha ordem", os segmentos expropriados, no Brasil, assistiram à consolidação da República sem que lhes fosse garantido o "comfort" inglês e sem qualquer alternativa doutrinária à afirmação do Estado, da ordem burguesa, nas suas versões mais excludentes.

A partir daí, a tentativa de mantê-los sob a camisa de força da "nacionalidade" se viu contestada, na prática, pela transformação da rua em verdadeiro espaço de guerra, seguindo-se a isso a institucionalização de mecanismos explicitamente repressivos desencadeados pelo Estado. Neste caso, porquanto coexistissem idéias distintas de incorporação "dos operários e de todos os que representam o proletariado" - o que pode ser atestado pela simples releitura das sugestões dos higienistas citados - foi a vertente que enfatizava a necessidade da presença forte do Estado na condução daquele processo que, progressivamente, se impôs.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

CAPÍTULO III:

"ENGRAÇADO ! É COMO SE A CIVILIZAÇÃO TIVESSE SIDO BOA E NOS TIVESSE DADO A FELICIDADE ! ..."

Lima Barreto

"As arandelas do gás, tombadas, atravessavam-se nas ruas; os combustores da iluminação partidos, com os postes vergados, estavam imprestáveis, os vidros , fragmentados, brilhavam na calçada; paralelepípedos revolvidos, que serviam de projéteis para essas depredações, coalhavam a via pública; em todos os pontos destroços de bondes quebrados e incendiados, portas arrancadas, colchões, latas, montes de pedras, mostravam os vestígios das barricadas feitas pela multidão agitada. (...) Foi grande o tiroteio que se travou, caindo logo ao chão feridas e ensanguentadas, diversas pessoas. (...) Estavam formadas em toda a rua do Regente, estreita e cheia de casas velhas, grandes e fortes barricadas feitas de montões de pedras, sacos de areia, tábuas de portas arrancadas, colchões, bondes virados, latas, fios de arame, postes e pedaços de madeira arrancados às casas e às obras da Avenida Passos, ali perto".⁸²

A notícia explodiu na manhã seguinte às manifestações populares ocorridas nas ruas da capital da República contra a aprovação, pelo Congresso, da lei que tornava obrigatória a vacina contra a varíola. Mas não eram raras, no noticiário carioca, narrativas como esta.

Antes, em 1874, os que se fizeram conhecer pelo nome de "Quebra-Quilos", já se haviam insurgido e virado tema de re-

82. Jornal do Comércio, 15.11.1904, apud Nosso Século, São Paulo , Abril Ed., 1982.

flexão em todo o país, protestando contra o alistamento militar obrigatório, os impostos excessivos e a adoção do sistema métrico decimal⁸³. No Rio de Janeiro, sua ação também estimulava os órgãos noticiosos, consistindo na invasão a lojas e na destruição dos novos pesos e medidas, além de imprimir uma feição mais turbulenta às feiras e aglomerações do centro da cidade - locais potencialmente explosivos - com corre-corres e gritarias.

Tais registros, é verdade, destacam apenas o episódico, o pontual. Mas o dia-a-dia das ruelas estreitas do centro carioca esteve marcado, naquele período, por todo tipo de transgressões à segurança e tranqüilidade públicas.

Eram os "pobres seres tristes que vivem do cisco" - nas palavras de João do Rio - em sua faina cotidiana. Trapeiros, caqueiros, papaleiros, chumbeiros, caçadores de gatos, caçadores de ratos, ciganas ledoras de mão, tatuadores, burros-sem-rabo, vendedores ambulantes, cordelistas, mascates, apanha-rótulos e selistas, en-

83. O romancista nordestino Rodolfo Teófilo, autor de Os Brilhantes, apresenta seu personagem - o "bandido" Jesuíno Brilhante - como um justiceiro em luta contra as iniquidades sociais durante o movimento dos Quebra-quilos. O descontentamento dos grupos urbanos, as insatisfações generalizadas expostas em ocasiões como aquela, sempre mereceram uma versão por parte dos homens de poder - presidentes das Câmaras Municipais e padres, no caso do romance citado - como a que se depreende do diálogo:

- "E que fazer?"
- "Nada mais fácil: oficiar ao governo dizendo que o povo não aceita, não se sujeita ao tal sistema, ao diabo de um nome cuja segunda letra é Y. Maquinações de Satanás, sr. compadre, maquinações de Satanás..."
- "Será bem como diz o sr. compadre; e se o presidente teimar?"
- "Era o que faltava ver! Ele que venha obrigar o roceiro a quebrar a sua terça; o lojista a queimar a sua vara e o seu côvado, e comprar outra medida. Energia, sr. compadre! Respeitemos a memória de nossos pais e com ela as nossas tradições. Hoje mesmo do púlpito eu clamarei contra esse despotismo e direi ao povo que lute, mas não se sujeite a tão grande humilhação. Eu responderei ao ofício em termos de tirar bons resultados..."

Apud. SOUTO MAIOR, Armando - "Quebra-Quilos" - Lutas Sociais no Outono do Império, Brasília, vol. 366.

graxates, entoadores de modinha e os que viviam dos ciscos destes: boêmios vagabundos, mendigos⁸⁴. Daí para o crime, a delinquência, a prostituição ou a loucura era uma distância não muito difícil de ser trilhada. Pelo menos era neste tom que se manifestavam os defensores da ordem, sempre dispostos a "limpar" a cidade.

Mas para os "ciscadores", sem teto e sem amparo das instituições de "temperança", crescendo em progressão geométrica e sem vislumbrar qualquer chance de vida mais digna, a cidade assumia ares de "lar", fornecendo com sua conformação colonial, torta e acanhada, as esquinas repletas de lixo - onde caçavam o seu sustento - os quiosques - onde buscavam vinhos de má qualidade, broa, café e sardinhas - e os sobrados centenários, mal conservados quando não semi-destruídos, transformados em "dédalos de corredores e alcovas".⁸⁵

O direito à cidade, neste caso, tornava-se condição de sobrevivência de parcela considerável dos segmentos subalternos. E as alterações impostas ao espaço urbano seriam dramaticamente vividas como desestabilizadoras das possibilidades de reprodução daquele imenso contingente.

Assim foi em 1904, quando a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola se fez acompanhar de uma proposta de saneamento mais ampla, com o início da remodelação do porto, o alargamento das ruas mais movimentadas e a derrubada dos pardieiros e quiosques. O Estado, afinal, tomava a iniciativa de impedir o controle do espaço urbano pelos setores subalternos. Sua prática foi demoli

84. Cf. SEVCENKO, Nicolau - Literatura como Missão, São Paulo, Brasiliense; 1983.

85. Cf. Luiz Edmundo - O Rio de Janeiro do Meu Tempo, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 19 ed., vol 1, 1983, p. 118

dora: os cortiços eram invadidos e seus habitantes desalojados, os entulhos eram removidos, rasgavam-se janelas nas paredes escuras, os quiosques eram incendiados, inspecionava-se casa por casa em busca de doentes e inválidos, despejava-se petróleo nos alagados, espalhava-se raticida nos becos.

A ação de Pereira Passos inspirava-se, sem dúvida, na idéia de uma cidade construída à semelhança das cidades europeias, buscando distanciar o Rio de Janeiro, portanto, da triste aparência de um "povoado africano" ⁸⁶. Mas tal procedimento tem seu sentido plenamente revelado quando se atenta para o fato de que destruir os "traços coloniais" da nossa sociedade representava, naquele contexto, partir, gradualmente, os laços políticos com as elites mais tradicionais do Império, aquelas que afirmavam ser o particularismo e a centralização dados da nossa singularidade nacional.

Assim, o "saneamento" promovido por Pereira Passos não foi menos orientado para a seleção política procedida no interior da classe dominante. Ao tornar o Rio de Janeiro um cartão de visitas para o capitalismo internacional, buscou-se estimular as atividades financeiras e as especulações de todos os tipos que viessem a consolidar o predomínio do capital cafeeiro.

O urbano era alçado à representação do poder da burguesia cafeeira, desdobrada em suas múltiplas atividades econômicas. Em parte porque esta operação ideológica - o discurso sobre o "urbano" - era um dos termos de tranquilização dos poderes regionais, isto é, uma garantia de que o clientelismo e a subordinação pessoal dos trabalhadores rurais aos grandes proprietários seriam mantidos inalterados com a República; e em parte porque a

86. Id., ibid, pp. 117/118

dinâmica de transformações na região centro-sul impunha o enquadramento e domesticação dos conflitos evidenciados nas cidades.

A transformação da capital da República era indicativa de uma correlação de forças políticas em que - num só movimento - tornava-se possível golpear o predomínio das velhas elites - as conhecidas "fortunas seculares" - e isolar as concepções mais radicais do republicanismo,⁸⁷ que se alastravam, ainda que de forma difusa, naquele tenso cenário.

A engenharia civil e a polícia "limpavam" o Distrito Federal. Em 1904, deportou-se em massa

"a fim de afastar desta cidade desordeiros conhecidos e indivíduos de má reputação que se salientaram nos conflitos com a polícia nos dias 11 a 14 de novembro"⁸⁸

A República, afinal, consolidava-se, e a imprensa saudou com entusiasmo a expressão mais evidente deste fato: a transformação da cidade malsã em cidade 'maravilhosa'.

A vitimação mais contundente do processo de "regeneração republicana" levado a cabo por Rodrigues Alves recaiu, é certo, sobre os segmentos populares das grandes cidades tidos como potencialmente explosivos e amotináveis, lidando, por conta disso, com a ação repressiva do governo que os empurrava para regiões distantes e inibia suas iniciativas culturais de mais fortes vínculos

87. Cf. SEVCENKO, Nicolau - op.cit., especialmente o cap. I

88. Relatório do Chefe de Polícia Antonio Augusto Cardoso de Castro (1904). Apud. NEDER, Gizlene; NARO, Nancy e SILVA, J.L. Werneck da - op.cit., p. 240

com a tradição ⁸⁹. Mas é certo também que este processo não esgota seu sentido apenas no interesse em conformar, mais rapidamente, um mercado de trabalho sintonizado com as expectativas otimistas da agro-exportação do café. ⁹⁰

A ação regeneradora de Rodrigues Alves delimitava o conteúdo da modernização que se imprimiria à sociedade brasileira, configurando-se - enquanto projeto vitorioso - numa fórmula de condicionamento dos interesses particularistas das elites regionais, e "cosmopolistas" da burguesia cafeeira associada às finanças internacionais. A expressão antilusitana que assumiu este acordo, apenas para mencionar um exemplo, já foi lembrada anteriormente. E seu conteúdo antipopular demarcaria o campo comum em que ele se firmaria.

A República extraiu seu equilíbrio, portanto, desse pacto firmado entre os "cavalheiros" de ambos os regimes e da capacidade que demonstrassem em conter, unidos, o recrudescimento dos atentados à ordem pública promovidos pelas condições gerais de miséria e humilhação a que se tornavam expostas parcelas crescentes das populações urbanas, como decorrência do desemprego estrutural de então.

Mas, num contexto de fixação ainda precária do aparelhamento institucional do novo regime, e diante de um universo

89. "Aparece pois, como natural, a proibição das festas de judas e do Bumba-meu-boi; os cerceamentos contra a festa da Glória e o combate policial a todas as formas de religiosidade popular: líderes messiânicos, curandeiros, feiticeiros(...). As experiências contra as barraquinhas de São João no Rio vão de par, nas crônicas diárias, com os elogios aos cerceamentos à festa da Penha em São Paulo". SEVCENKO, Nicolau - op.cit., p. 33

90. CF. BRANDÃO, Berenice; MATTOS, Ilmar Rohloff e CARVALHO, Maria Alice R.de - op.cit., especialmente "A Crise do Escravismo e a Constituição do Mercado de Trabalho Livre".

social particularmente ameaçador, estas duas tendências exporiam, em conjunturas renovadas, a debilidade do pacto, construindo identificações aparentemente impensáveis com os "de baixo" e nutrido-se das contradições mútuas.

Rodrigues Alves abre um período em que predomina o chamado cosmopolitismo da burguesia cafeeira, traduzido numa prática econômica defensora do intervencionismo estatal, orientada para os grandes mercados comerciais e financeiros do mundo "desenvolvido" e organizada sobre a base de um discurso modernizador, regenerador, administrativo e, fundamentalmente, técnico. O Estado passava a ser, neste caso, um agente despolitizado, comprometido em garantir um campo racional onde se travariam as disputas livres entre indivíduos iguais.

Numa ordem que se buscava construir a partir do diagnóstico de "caos social" e de falência das instituições políticas imperiais, o apelo ao Estado como instrumento de afirmação do "moderno" configurou-se numa eficiente estratégia de afirmação dos pressupostos liberais na forma como os enunciava a burguesia do café.

Tal concepção deixava para trás formas distintas de enunciação do pensamento liberal - como a que enfatizava, já naquele momento, o potencial auto-regulador das sociedades - tendendo a aliar-se com os esforços políticos mais conservadores das oligarquias regionais, dada a assustadora frequência com que os representantes da República a diziam ameaçada por oposições organizadas, ou deflagradas espontaneamente, a partir de uma situação social hostil às grandes massas que afluíam aos centros urbanos.

Estado e modernização republicana identificam-se, neste contexto, para fixar o acordo firmado entre as oligarquias

regionais sob a égide dos interesses centro-sulistas. O liberalismo resultante desta contingência supõe uma nítida separação entre vida social e vida política, entre individualidade privada e cidadania pública, mas não inclui a noção lockeana de Estado ausente. Poder-se-ia dizer que, alternativamente, enfatiza a noção de coisa pública administrada pela ação exclusiva do Estado - idéia traduzida num conjunto de reformas que se buscou empreender desde os primeiros anos da República. Sua coerência com os princípios liberais se viu garantida, desde aí, pela afirmação do rigor formal da "lei" e a construção de uma discurso "técnico" sobre o bom governo dos homens e das coisas ⁹¹. Nas palavras, mais uma vez, do Barão do Rio

91. Neste caso o projeto liberal que parece animar o estilo de governo no Brasil se assemelha ao que vigorou sob a vigência do Rechtsstaat alemão, durante o século XIX. A análise da especificidade da conformação burocrática alemã, naquele período, destaca o seu potencial reformista e de adequação aos interesses capitalistas em curso, aos princípios vigentes sob o Estado de Direito. Em outras palavras: mantinha-se a vigência de um Estado de Direito em que o poder era limitado pela submissão ao formalismo da lei, constituindo-se, porém, uma prática em que as disputas políticas tendessem a ser esvaziadas pela concentração do poder nas mãos de funcionários e burocratas do Estado, os quais abriam caminho à afirmação das reformas burguesas.

É importante destacar, ainda, que a semelhança apontada em relação à Alemanha - a despeito das diferentes tradições político-culturais entre os dois países - deverá estar referida também a um contexto histórico e filosófico em que a burguesia já apresenta uma feição internacionalmente contra-revolucionária e em que no interior do pensamento liberal - desde On Liberty, de Stuart Mill - observa-se um questionamento do princípio absoluto de não intervenção estatal.

Uma reflexão interessante sobre a discussão aqui proposta encontra-se em LAFER, Celso - Ensaio sobre a Liberdade, SP, Ed. Perspectiva, 1980, texto no qual o autor repõe a questão do pragmatismo - enquanto atitude em matéria de conhecimento e ação política - associada, fundamentalmente, à questão da tradição empiricista do liberalismo.

Neste caso, para a análise da sociedade liberal seria possível pensar que a exigência de um critério externo ao "sujeito" (Estado) que busca conhecer e atuar positivamente sobre a realidade social é construído não tanto pelo consentimento dos governados ao governante, mas pela LEI, cujo funcionamento passa a legitimar a gestão do sistema político em relação à sociedade (p. 90). Desta forma, embora juridicamente limitado, o poder não encontra limites políticos pois a força que extrai da

Branco:

"Não venho servir a um partido político: venho servir ao Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado."

Afinal, no Brasil, onde o mercado submetera sua constituição e seu funcionamento ao pacto político firmado entre as oligarquias e a burguesia cafeeira, tornava-se mais facilitado o apelo ao Estado. Neste caso, sua ação passava a presidir as formas de incorporação dos diferentes agentes à nova ordem, ainda mais que a noção de individualidade livre como direito natural perde valor operatório frente à tradição hierárquica - e escravocrata - presente na sociedade brasileira.

Indivíduos livres e regidos por uma Constituição, ainda assim, na prática, sua incorporação na ordem que se afirmava via-se condicionada à seleção e "filtragem" procedidas pelos instrumentos de exceção com que se garantiu a vigência do Estado oligárquico. Aos setores subalternos se imporá uma legislação que expressa a resistência das classes dominantes em institucionalizar - apanágio do liberalismo - uma noção racional de conflito, como no caso das sociedades onde os trabalhadores mais cedo puderam combater sua caracterização enquanto meros "fatores de produ

-
- . "lei" é ao mesmo tempo criatura de uma ordem social em que a política - antes que o mercado - é o agente modernizador; e criadora de garantias que inviabilizem mudanças drásticas neste curso, pela pressão organizada dos "de baixo". Ver, a este respeito, VIANNA, Luiz Werneck - O Problema da Cidadania na Hora da Transição Democrática, texto apresentado no IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS); Friburgo, 1982, mimeo.

A máxima liberal de que "nem toda vida social é política" é levada, neste contexto, às últimas consequências. E não é descartável a consideração de que o discurso liberal, no Brasil, tenha sido assimilado, predominantemente, na sua versão utilitarista, em que o critério externo dos governados seja deslocado para o dos objetivos nacionais, na tentativa de qualificação do "bom governo" (Cf. BENTHAM, Jeremy - Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação, Col. Os Pensadores, Abril, 1974.)

ção".

Referindo a organização e luta dos trabalhadores , por exemplo, a um conflito de interesses, localizado e passível de isolamento ⁹², a classe dominante no Brasil tentava ultrapassar a crise institucional de fins do século mediante a construção de um projeto de dominação que não apenas dissociava os espaços público e privado, isto é, não apenas produzia a separação entre sociedade política e sociedade civil como, nesse processo, reafirmava a primazia do controle estatal sobre aqueles que, despossuídos da racionalidade natural, poderiam encaminhar a consecução dos seus interesses contra a propriedade (Código Penal) ou contra os proprietários (Lei Adolfo Gordo).

O liberalismo - enquanto estratégia de regulamentação das relações de poder na sociedade - teria que ser, aqui, destituído de sua roupagem "clássica", fundada sobre a idéia de livre trânsito de "agentes econômicos" livres numa ordem mercantil ⁹³.

A modernidade republicana instituiu, desde logo, a onipresença do Estado, reclamando suas iniciativas mesmo no âmbito das relações privadas, o que fazia com que as reivindicações dos trabalhadores - mesmo as de natureza mais explicitamente liga

92. Cf. De Decca, Edgar - op. cit., pp . 136 a 140.

93. É interessante observar que a noção de um mercado auto-regulável como base da organização de uma nova ordem - a burguesa - sugere que toda a sociedade humana, nesse estágio, torna-se a cessória do sistema econômico. A população, desta forma, vê-se ameaçada de aniquilamento pela ação predatória desencadeada pelo capital, caso não se observem medidas de regulamentação do mercado em relação ao trabalho, à terra e ao dinheiro.

Tal é - simplificada - a discussão travada por Polany , para explicar que mesmo o liberalismo inglês, "clássico", não pôde prescindir da ação reguladora do Estado. (Cf. POLANY, Karl - A Grande Transformação, RJ, Ed. Campus, 1980).

O que se põe, portanto, aqui, não é a atipicidade do capitalismo no Brasil por precisar contar com a presença reguladora, no sentido forte, do Estado. Mas sim o estágio de desenvolvimento da luta de classes que fez com que estas medidas tivessem efeitos mais protetores, num caso, e predatórios, no outro.

das a suas ocupações - assumissem forte conotação política.

Mas ao se configurarem mais claramente os limites e a dimensão da modernidade republicana, não foram apenas os setores subalternos e aqueles portadores de concepções mais radicais do republicanismo que manifestaram seu descontentamento.

Também os submetidos entre os "de cima" - as dissidências oligárquicas, por exemplo - puseram em marcha sua crítica de conteúdo indisfarçavelmente político, explicitando entendimentos diversos acerca da liberdade enquanto fundamento da ordem republicana.

No âmbito do pensamento liberal distinguiam-se, portanto, os intervencionistas - facção representativa do pacto oligárquico - dos antiintervencionistas, críticos do papel preponderante do Estado e acolhedores das propostas de organização da sociedade com base nas possibilidades abertas à iniciativa privada, ainda que mantida a exclusão dos "amotináveis e desordeiros".

Ambas as concepções preconizavam a vigência de um sistema político organizado com base no "contrato" exequível entre indivíduos dotados de razão e, nesse sentido, estavam claramente empenhadas na construção de uma estratégia de acomodação dos "de cima". Sua divergência aparecia, no entanto, referida ao papel a ser desempenhado, prioritariamente, quer pelo Estado quer por 'agências privadas' - para usar o termo cunhado por Gramsci -, na regulação e controle de um conjunto de indivíduos, nem todos eles isentados de tutela e capazes de agir segundo arbítrio próprio.

Na verdade, não se punha em questão a fonte do poder - o Estado - e sim os seus limites, pois evidentemente tais discussões tinham um caráter de "seleção" entre diferentes entendimentos da crise do final do século, esboçados no interior das

classes dominantes,

A vitória da concepção que chamamos aqui "intervencionista", ao enfatizar a ação dos organismos considerados públicos na construção da nova ordem, apenas visava garantir a consecução de um pacto mais estreito e menos permeável a qualquer restrição ou atenuante à predação capitalista. A concepção não-intervencionista, embora também excludente, qualificava as chamadas instituições "privadas" como espaços autônomos de ressocialização e moralização dos setores subalternos e desta forma buscava fugir à tirania do capital cafeeiro na ordenação do novo modo de vida. Ambas, não é preciso dizer, acolheriam sem ressalvas a forma do Estado-polícia para os "de baixo".

Assim, o debate sobre a estratégia a ser priorizada para a inscrição dos novos agentes - "os operários e todos os que representam o proletariado" - no universo social era a forma como se revelavam os impasses da vida estatal.⁹⁴

94. A propósito, na distinção que faz entre as noções de Estado policial, por um lado, e Estados ético e intervencionista, por outro, Gramsci não deixa de ressaltar que embora o primeiro apareça constrangido à tutela da ordem pública e do respeito à lei e os dois outros pareçam dividir-se entre, no 1º caso, educar e moralizar para o capital e, no segundo caso, regular os "excessos" do capital mediante a ação de uma burocracia estatal "de origem latifundiária e feudal (política de Bismarck e Disraeli)", ambos os três combinam-se de diferentes formas, indicando a correlação de forças presente na sociedade.

Em outras palavras: Gramsci afirma a combinação de elementos persuasivos e coercitivos presente também no âmbito privado das relações entre os homens, e não apenas no público. Assim: "As expressões "Estado ético" ou "sociedade civil" significariam que a imagem de Estado sem Estado estava presente nos maiores cientistas da política e do direito quando se colocavam no terreno da ciência pura (pura utopia, desde que baseada no pressuposto de que todos os homens são realmente iguais e, portanto, igualmente razoáveis e morais, isto é, passíveis de aceitar a lei espontaneamente, livremente, e não por coerção, imposta por outra classe, como coisa externa à consciência)".

No bojo, portanto da discussão com Malaparte - criticando as proposições contidas no livro Tecnica del Copo di Stato - o que Gramsci ressalta ao identificar a corrente "libertária" à liberal (de Lassalle), é que ambas cristalizam a separação em -

Em 1904, Ruy Barbosa, discordando enfaticamente do procedimento do governo no episódio da vacinação obrigatória, afirmava:

"A lei da vacina obrigatória é uma lei morta. (...) Assim como o direito veda ao poder humano invadir-nos a consciência, assim lhe veda transpor-nos a epiderme. (...) Logo não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania, a que ele se aventura, expondo-se, voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar, com a introdução, no meu sangue, de um vírus, em cuja influência existem os mais fundados receios de que seja condutor da moléstia, ou da morte".⁹⁵

Mas a oposição também apresentou uma feição mais radical. O mal-viver da população carioca acabou por deslocar as críticas - de conteúdo social - para a forma pela qual a República se consolidava.

tre sociedade civil e sociedade política, enfatizando, no primeiro termo, sua caracterização enquanto "locus" da liberdade. Cf. GRAMSCI, Antonio - Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1976, pp. 148 a 150.

Durante a República Velha, a construção intelectual de uma ênfase ora no Estado, ora na Sociedade esteve condicionada ao movimento no interior do bloco dominante, já que os segmentos subalternos comparecem como interlocutores emudecidos, pela legislação discricionária e pela violência, ao debate proposto em torno da organização da ordem mercantil.

95. BARBOSA, Ruy - Discurso ao Senado, 1904. Apud FRANCO, Afonso Arino de Melo - Rodrigues Alves. Apogeu e Declínio do Presidencialismo, vol. I, RJ, Livraria José Olympio Editora, 1973, p. 418.

Para os propósitos deste trabalho conviria lembrar a apoteótica campanha de Ruy Barbosa em 1910, com visível e persuasivo apelo às populações dos grandes centros urbanos (principalmente Rio de Janeiro e Salvador), sugerindo que a concepção de modernidade e de institucionalidade republicana de que era portadora contava com a simpatia dos setores menos identificados com o liberalismo "de Estado".

Populares, trabalhadores pobres, soldados e intelectuais da imprensa constituíram a força mais radical - jacobina, segundo a sua própria designação ⁹⁶ - que veio a se organizar na última década do século, expondo suas decepções quanto à institucionalidade política fixada, gradualmente, pelos "paulistas" ⁹⁷.

Opositores contundentes da "República Aristocrática", radicalizaram sua práticas a partir do governo de Prudente de Moraes, em quem localizavam a traição aos ideais republicanos e democráticos, promovendo "meetings", quebra-quebras, perseguições a portugueses aos gritos de Mata galegos! e polêmicas veementes através de seu órgão noticioso - O Jacobino. ⁹⁸

Na verdade o movimento jacobino, ou o jacobinismo florianista, organizou-se em torno de um semanário carioca, tablóide de quatro páginas, dirigido pelo Capitão Deocleciano Martyr, seu fundador, tendo seu primeiro número circulado em 13.09.1894.

Graficamente, o semanário destaca-se por apresentar nos dois lados do cabeçalho os lemas: "Tudo pela Pátria, Tudo pela República" e "Um por Todos, Todos por Um". A que se sucedem a partir do nº 42: "O Brasil para os Brasileiros - Floriano" e "A América para os Americanos - Monroe".

96. Há bem poucos trabalhos sobre essa força política que se organiza em fins do século XIX em torno de um jornal - O Jacobino - e quase todos atêm-se a breves menções sobre a radicalidade de suas concepções antilusistas. Um esforço de localização da problemática jacobina no Brasil, durante a República Velha encontra-se em HAHNER, June - "Jacobinos versus Galegos (Urban Radicals versus Portuguese Immigrants)" in Journal of Interamerican Studies and World Affairs, vol.18, nº 2, Sage Publications Inc., may 1976.

97. "A pedantocracia dos Bacharéis do Congresso não representa os interesses nacionais", O Jacobino - nº 14.

98. O material empírico sobre O Jacobino foi originalmente recolhido por Angela Loureiro, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, Maria Helena Castro, Maria Luiza Heilborn e por mim. Apenas Maria Laura produziu, posteriormente, um texto exploratório sobre o fenômeno jacobino no Rio de Janeiro como avaliação fi -

Sua paginação obedeceu a uma certa regularidade durante todo o período em que circulou (1894 - 1897), apresentando na primeira página um editorial bastante longo, de quatro a cinco colunas; páginas centrais ocupadas com denúncias, piadas, notas de parabenizações e pêsames, convites e incitamentos; e finalmente, na última página, anúncios diversos, em sua grande maioria de casas comerciais "legitimamente brasileiras".

A tiragem mínima era de 15.000 exemplares e a máxima chegou a atingir entre 25 e 30.000 exemplares durante os anos de 1894 e 1896, para uma população média em torno dos 650.000 habitantes.

Sua referência principal é a cidade - "encruzilhada de misturas perigosas", na feliz expressão de Foucault⁹⁹ - ponto de confluência de diferentes "interesses", tornando-a densa e explosiva. A cidade, neste sentido, não estaria cumprindo seu papel ressocializador - e uniformizador, segundo o jornal - sugerindo ao contrário, amplas possibilidades de reprodução do diverso, do contraditório, do anômalo - entendido aí como "estrangeiro" - o que lhe conferia um aspecto anárquico e perturbador.

O tema, portanto, da "regeneração" não é exclusivo dos setores dominantes e também está presente no semanário:

nal de uma das disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia no Museu Nacional, Rio de Janeiro. Deste texto, evidentemente pouco divulgado, extraio algumas indicações sugestivas, embora nossas preocupações e abordagens sejam diversas.

99. FOUCAULT, Michel - Vigiar e Punir, Petrópolis, Ed. Vozes, 1977, p. 132.

A expressão destina-se a caracterizar o porto militar de Rochefort, na França onde se observaria um "... circuito de mercadorias, de homens alistados por bem ou à força, de marinheiros embarcando e desembarcando, de doenças e epidemias, de deserções, de contrabando, de contágios...".

"A obra comum da restauração nacional pode e deve começar sem demora, pelo esforço de todos os patriotas, trabalhando ininterruptamente e superando obstáculos. Ao grupo jacobino cabe o dever de orientar a marcha dos trabalhadores e acolher o concurso dos cidadãos devotados à causa da regeneração da Pátria". (OJ - nº 20)

Mas, ao contrário de uma regeneração promovida pelos "conselheiros" do Império, ao contrário de uma "República Aristocrática" nos moldes que se vinham delineando, a regeneração proposta pelos jacobinos inclui "os trabalhadores" e "todos os patriotas". O jornal, neste sentido, pretenderia cumprir o papel de instrumento de organização dos indivíduos empenhados na restauração nacional, como se depreende do longo trecho sobre as atribuições da imprensa:

"A imprensa é em todos os povos civilizados, o poder para guiá-los ao progresso moral, científico e material, quando é dirigida por espíritos cultos. Se o jornalismo brasileiro se ocupasse com os interesses vitais da pátria e do povo, certamente nenhum país do mundo estaria em melhores condições que o nosso. O jornalismo tem se ocupado mais com os interesses individuais do que com os sociais. Raros são os jornais que em artigos editoriais tratam continuamente da agricultura, primeira fonte de riqueza e primeira necessidade para a subsistência das finanças, da economia política e doméstica, das artes, das indústrias e da educação do povo.

O estudo da política do país, dos seus melhoramentos, da investigação de nossa prodigiosa riqueza mineral, ouro, prata, carvão de pedra em abundância, de ferro que possuíamos, da surpreendente flora medicinal e ricas madeiras, deveriam merecer prefe -

rência a contos, palestras, política estrangeira , tratados em artigos editoriais. Mas desde que apareceram os anúncios de companhias, as publicações a pedido e mais o que deixe dinheiro, adeus patriotismo, adeus coisa pública, adeus povo, que só serve para ocasiões eleitorais..." (OJ - nº 2)

Sua concepção de imprensa - enquanto liderança na "elevação do elemento nacional" e na condução patriótica do povo à participar da coisa pública -, bem como o diagnóstico que realiza da cidade como sede dos interesses estrangeiros, o predispõe à tarefa de saneamento da sociedade e organização dos interesses nacionais, através da vigilância e combate às ameaças à civilização e ao progresso. 100

Para isso realiza dramáticos apelos à mobilização popular, a fim de que sejam garantidos os interesses nacionais e não o particularismo consolidado com a pedantocracia.

Sua penetração, fadada aos limites urbanos, procura satisfazer as expectativas - aí contidas - a respeito da ordem, lembrando que a República celebra uma ruptura com o passado, com a desordem e o atraso:

"A Festa da Penha é a manifestação tradicional dos mais atrasados costumes religiosos das aldeias de Portugal, que se impuseram no Império a esta cidade, esmagando e zombando dos hábitos e tendências

100. "Infelizmente a Humanidade é mais propensa ao mal do que ao bem, à anarquia do que à ordem, à ambição do que à modéstia, à exploração do que ao trabalho." (OJ - nº 10)

Torna-se importante observar, neste contexto, que a noção de conflito de interesses (estrangeiros, como sinônimo de mal, anarquia, ambição e exploração X nacionais, representados pelo bem, ordem, modestia e trabalho), transparece também aqui como termo redutivo a que se imputaria o avanço da Humanidade.

mais civilizadas (...) O pretexto dessa bacanal imunda são crendices absurdas, vindas tradicionalmente da Idade Média e que fizeram casa em Portugal - os milagres de Nossa Senhora da Penha". (OJ - nº 9).

"Uma nota predomina na festa portuguesa - a jactância característica daquele povo manifestando o seu poder e riqueza em confronto com o pobre povo brasileiro. Esta preocupação de superioridade é partilhada por toda a colônia. Oferece também ensejo ao desencadeamento de todos os vícios e paixões mais brutais e sanguinárias. A ordem pública é perturbada" (OJ - nº 9)

Incorpora o tema da vigência dos bons costumes,

"Influência deletéria do português no nosso meio social, como elemento dissolvente da família alimentando e desenvolvendo a prostituição. Possui - mos dados estatísticos para provar isso. São indivíduos sem lar, pois abandonam à penúria as respectivas famílias, esses embarcadinhos são atirados às nossas praias e aqui se estabelecem provisoriamente, evitando compromissos de ordem social que os possa prender a este país. Para satisfação das necessidades sensuais amáziam de modo asqueroso com uma mulher que também desempenha os encargos de criada (...). Os poderes públicos não deixam no olvido as medidas que este estado de coisas reclama, para o saneamento moral da cidade. Nós brasileiros, não queremos que a República se perca pela dissolução dos costumes, pela depravação que nos legou o Império". (OJ - nº 12)

com uma linguagem simples e

"... sem retórica porque achamos que esta é a linguagem que fala a verdade e cala fundo no coração dos patriotas (...). Não dispensamos a pilhéria ferina e quase sempre verídica que consideramos

como um elemento poderoso para a propaganda, chamando o ridículo contra o adversário, o público nos aprecia", (OJ - nº 10)

Mas a dimensão da sua crítica extrapola claramente os limites da cidade, tendo como alvo a própria institucionalidade política. Sua posição mais reafirmada ao longo do tempo será a de apoiar as tendências discricionárias de Floriano Peixoto, exaltando as virtudes do presidencialismo contra um Congresso elitista, corrupto e não representativo do POVO.

No discurso de posse de Prudente de Moraes, suas alusões "ao respeito a todas as liberdades constitucionais e a manutenção enérgica da obediência à lei e do presépio à autoridade" foram duramente criticadas pelo semanário e assim interpretadas:

"O povo brasileiro que morra de fome porque a liberdade do monopólio português está aí e cumpre mantê-la, como elemento de ordem e condição de progresso. Preocupação infantil do bacharelismo brasileiro...". (OJ - nº 19)

E quando, prosseguindo, o presidente recém-empossado afirma que "a investidura não é uma delegação, mas apenas um mandato que tem em vista unicamente a observância da lei escrita, a razão nacional...", os jacobinos, em resposta, indagam:

"Se a investidura não é delegação, se está sujeita à razão nacional, o que fica sendo esse poder? Onde está sua liberdade de ação? Qual o órgão de soberania de que se servirá a razão nacional, a "alma do povo", desse Povo que viveis a enganar? O Congresso? (...) Qual o outro processo? Os comícios populares em praças públicas? (...) A que ficaria reduzido esse poder Executivo, o mais ativo dos poderes, o mais vigilante, o mais responsável e o

mais exposto? Fica reduzido a coisa nenhuma ou a joguete dos parlamentares. Temos a repetição da teoria o "Rei reina mas não governa" - teoria que fez as delícias desse liberalismo basbaque durante uns 50 anos de Monarquia... (OJ - nº 19)

Os jacobinos, portanto, criticam a noção de liberdade contida na proposta política de Prudente de Moraes - o "fatídico bacharel", o "chicanista vil" - reafirmando a imperiosidade de um Executivo forte que retomasse o governo enérgico e patriótico, garantidor da felicidade, isto é, do atendimento e resolução das graves questões sociais que trazem o desespero e a rebeldia à população brasileira.

"Está se desfazendo o que Floriano fez..." (OJ-nº 22)

"O governo de Prudente, na sua primeira quinzena já apresenta sintomas de perturbações graves no organismo social. Não querem compreender, esses homens, que a revolução começada a 15 de novembro era mais social que política. (OJ - nº 23, grifo meu)

E em seu último número:

"A ditadura militar é a única capaz de continuar a obra de Floriano Peixoto. É o mais momentoso ideal capaz de nos engrandecer e felicitar... (OJ-nº 104).

Sua trajetória reflete o abandono de seus projetos iniciais - esboçados ainda no governo de Floriano - de uma República democrática com todas as instituições em vigor, sob o regime presidencialista, para empunhar a necessidade de uma ditadura militar, em que seja o Povo a fonte do poder. 101

101. "Há alguma coisa que está acima do Supremo Tribunal e do Congresso: é a indignação de um POVO ultrajado pelos donos da terra, pelos contra-almirantes de mão dadas com uma burguesia

Esta trajetória acaba por indissociar-se de uma prática política que tem na mobilização constante da população a principal garantia de sua eficácia. Em fins dos séculos XIX, trava-se uma verdadeira guerra santa contra os inimigos do Povo:

No artigo intitulado "Não Será Assim", publicado em memória de Floriano Peixoto, lê-se:

"Há apenas três meses decorridos e o que vimos no perpassar dos dias? Caírem as máscaras que ocultavam as faces lívidas de medo; ostentarem-se as carrancas rubras de arrogância e insolência e escorrer-se de lábios roxos de podridão a baba virulenta e fétida de caluniadores e de profanos impunes! (...) O sublime Mestre não imaginava que tão cedo iam começar as provas de seus discípulos... (OJ - nº 40).

E dois anos mais tarde, em 1897, o retrato dos inimigos a serem combatidos já se encontra mais completo: as garras, babas, lábios roxos e carrancas rubras articulam-se na figura do português-vampiro:

"Enxotemos esses vampiros sociais sugadores de nosso sangue e de nossa seiva, rebutalho atirado às nossas plagas pelo water-closet europeu" (OJ - nº93)

Ao Jacobino caberia articular a ação fragmentária e descontínua dos cidadãos em luta contra os "vampiros sociais", construindo um espetáculo atemorizante aos olhos do inimigo. O poder se distribui entre os que denunciam, organizam protestos públicos, perseguições a portugueses aos gritos de "Mata Galego!", pixações de casas de portugueses, empastelamento das publicações lusas, marchas

- . estrangeira arrogante e com essa doutorada da monarquia que ainda se ostenta como classe dirigente. Continuem assim e verão um dia o POVO indignado elevar uma ditadura sobre os destros destes poderes infiéis ou traidores da Pátria." (OJ - nº 4)

cívicas em bondes especiais, batismo com nomes brasileiros, espalham boatos para espantar os "inimigos", malham Judas portugueses' no dia de Aleluia.

Mas este poder não pode se ver limitado pela institucionalidade vigente, fonte de fraudes e acobertadora de trapanças:

"O Povo brasileiro apóia o nativismo: o que o Povo quer é seu bem-estar, sua natural comodidade e anseia mostrar ao estrangeiro explorador o quanto é seu inimigo. Nós os Jacobinos detestamos os Parla-mentos e por isso não queremos nem as Câmaras nem Senados. Somos pela Ditadura patriótica, enérgica e bem intencionada, e que esta perdure por prazo indeterminado, visto que só deste modo poderemos ter uma Guarda Nacional somente de brasileiros e não de nacionalizados, uma política composta de filhos do país, comércio e retalho para os brasileiros natos nativizar o solo, sanear a Pátria do elemento estrangeiro, criar leis salvadoras." (OJ - nº 66).

A história do jornal O Jacobino - empastelado pelas forças governistas em 1897, após o atentado a Prudente de Moraes - é a história do esvaziamento das ilusões urbanas de participar, efetivamente, das decisões políticas; é a história da subordinação gradual dos segmentos subalternos a uma ordenação "aristocrática" da República que só lhes reservava o formalismo da Lei e a repressão enérgica a qualquer de suas tentativas de intervenção .

Sua concepção de Nação também se afirma em oposição aos "estrangeiros". Mas aí, diferentemente dos "construtores do Império" que sustentam a singularidade físico-territorial e racial do Brasil, sua preocupação é com a localização e identificação do "perverso", do distinto, da diversidade social que imprime a turbulência e a desordem.

O estrangeiro, neste caso, é um atributo político, uma operação de que se reveste o discurso a fim de afirmar a necessidade de extirpação daqueles que não sofreram uma determinada ação socializadora - e uniformizadora - identificada com os interesses do POVO, do "nacional", no sentido de coletivo e uno.¹⁰²

Daí travarem, os jacobinos, um combate sem trêguas contra aqueles que representam "o que está fora" e, nesse sentido contra o passado colonial e, por extensão, a monarquia. Para os jacobinos, a Nação identificar-se-ia com a República e opor-se-ia à exploração e anarquia corporificadas no inimigo estrangeiro.

102. O jornal O Jacobino expõe, na verdade, um projeto de totalização ética. Com isso não se afirma que houvesse uma diversidade significativa entre os temas propostos pelo semanário e aqueles construídos pela dinâmica da vida estatal, pois como já deverá ter ficado demonstrado, as noções de modernidade, progresso, ordem resultam de um embate com as forças representativas do "velho", sendo, nesse sentido, noções vitoriosas e consensuais.

Sua atividade intelectual e sua ação política, no entanto, se inspiram numa tentativa de apagar todas as diferenças que, supostamente, separariam os indivíduos e instaurar o domínio da "luz", da claridade que revela e propicia o combate ao inimigo.

Daí extraírem a formulação do "um só corpo", são e ativo, para melhor enfrentar a luta contra o diverso. A cidade, não podendo cumprir sua função unificadora, a teria transferido ao jornal - instrumento de organização do corpo social.

Isto, aliás, foi muito bem apontado por Nina Rodrigues que escrevendo sobre o atentado a Prudente de Moraes afirma:

"...O jornal é o multiplicador prodigioso dos efeitos do livro. Acrescenta ao livro a periodicidade dos seus golpes cotidianos sobre o cérebro do leitor, sempre no mesmo lugar e ao mesmo tempo sobre todos. A própria fugacidade dos exemplares que se somem, faz com que a palavra do jornalista, assim fixada no mesmo instante, chegue sempre quente e vibrante a quem o lê. Os leitores de um mesmo jornal formam assim uma espécie de turba disseminada... em que os laços dos indivíduos não é a contiguidade física, um acotovelamento do corpo, mas a própria docilidade simultânea deles ao escritor que os hipnotiza cada um de seu lado e a consciência que têm todos esses homens que não se vêem, que se acham separados talvez por centenas de léguas, de que lêem as mesmas linhas inflamadas, partilham as mesmas emoções, são numerosos, muito numerosos os que são agitados no mesmo sentido." (RODRIGUES - "O Regicida Marcellino Bispo" in As Coletividades Anormais, RJ, 1920)

Aliás, a identificação do inimigo como obstáculo ao progresso e à consolidação da República permite uma naturalização da ordem almejada e fornece aos jacobinos as justificativas indispensáveis a suas ações violentas, já que o futuro seria desperto pela remoção daqueles obstáculos. Ou:

"A questão transcendente da atualidade é o aniquilamento da lei como obstáculo ao desenvolvimento nacional. Só pela violência dos meios e pela aplicação de medidas enérgicas é que a República brasileira poderá desbaratar o inimigo comum que avassala materialmente e salvar-se do torpor em que jaz a Pátria desde seu descobrimento casual pela gente lusa" (OJ - nº 4)

Rebeldia, ambição, vícios, vagabundagem, ignorância e desordem - tais são os efeitos da presença dos "estrangeiros", num momento em que a Nação não está totalmente "desperta". Daí extraem a idéia de uma ditadura que combate o caos e o obscurantismo propagado pelos inimigos, pelos "vampiros sociais", os anômalos, os diversos.

O tema da regeneração republicana também aparece entre eles, só que não mais restrito à idéia de uma ordem institucional que regule a relação entre indivíduos possessivos, não mais associada à idéia de um Estado "privatizador" da política.

Entre os jacobinos a idéia de regeneração republicana tem em mira a questão social e supõe a liberdade positiva, a mobilização constante dos indivíduos para a participação na coisa pública.

. Sobre a discussão relativa ao desejo de auto-governo coletivo que tangencia a perspectiva d'O Jacobino ver também a noção de "liberdade positiva" presente no livro de BERLIN, Isaiah - Quatro Ensaios sobre a Liberdade, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981.

A República, sinônimo de progresso, supõe a luz que identifica e reprime os vícios, desmascara a vagabundagem e a mendicância, sufoca a rebeldia:

"Nesse afã conseguiremos que as artes venham a flux
Como Goethe bradaremos: Venha luz, venha mais luz
No altar da Humanidade juremos paz e harmonia
Sufocar a Rebeldia. Defender a Liberdade".(OJ - nº 59)

Somente uma vigilância ativa, um olho que penetre em todos os locais e para o qual não haja escuro intransponível, poderia realizar a separação entre normal - brasileiro, republicano, jacobino - e anormal - portugueses, monarquista, traidor. Assim, o mecanismo da denúncia aparece como o principal instrumento da uniformização, da homogeneização dos indivíduos.

O reino do olhar e da denúncia, do esquadrinhamento e catalogação, da reforma arquitetônica para a eficácia do vigiar é perfeitamente compatível com as preocupações dos sanitaristas, juristas e cronistas do final do século e, neste sentido, antecipa as iniciativas remodeladoras da cidade que se afirmarão com Pereira Passos. 103

Mas o progresso perseguido pela República - a civilização, segundo Lima Barreto - não traria a felicidade. E a liberdade introduzida nas cidades sob o enérgico controle dos bacharéis contrariava as expectativas de harmonia social.

103. "A Perniciosa Influência do Portugues nas Construções Arquitetônicas da Capital -"

O Portugues tem espontânea aversão ao bom gosto. Sô recebem e aclimataram o estilo decadente de um barroco estropiado. Estabeleceram este estilo no Brasil, como instituïram a escravidão e outros crimes. A maioria dos construtores quase analfabetos são portugueses, porque portugueses são grande parte dos proprietários. Sofismam todas as leis do belo e da hygiene, com a ganância dos lucros pecuniários. O que temos de bom nesta capital não se deve a portugueses, que sô traçaram ruas estreitas, casarões horrorosos, e perturbam a salubridade do nosso clima com a mais absoluta falta de hygiene." (OJ - nº 12)

CAPÍTULO IV:

"...QUER VER COMO É SIMPLES TOCAR O CORAÇÃO DO OPERÁRIO?..."

Jorge Street

"Este livrinho é distribuído para dar a todos os que trabalham na Companhia América Fabril, informações sobre o sistema adotado com relação ao trabalho.

Se quizerdes ser um bom operário e cooperar com dedicação no engrandecimento da Companhia, não o julgueis inútil.

Este livrinho, lido com atenção, servir-vos-á de guia e, se cumprirdes com as suas instruções, evitareis desgostos e aborrecimentos."¹⁰⁴

Nos primeiros anos da década de 1920, a Companhia América Fabril já apresentava a todos os seus empregados uma espécie de síntese dos padrões comportamentais que se buscava impor ali, bem como dos correspondentes prêmios e benefícios que se seguiriam ao cumprimento rigoroso dos itens que a experiência empresarial catalogara e expunha no chamado "livrinho".

Obediência ativa, recato e asseio eram as características pessoais mais destacadas na qualificação de um bom operário. Às quais deveriam ser acrescentados outros requisitos - antigüidade, lealdade e competência demonstrada - para o deslocamento no quadro de promoções.

Visando encorajar o engajamento subjetivo do trabalhador nas operações desenvolvidas na fábrica, o "livrinho" promovia uma naturalização das relações do empregado com o complexo mecanismo do sistema fabril, ao apresentá-las como destituídas de qualquer novidade ou traumatismo. Tudo era descrito como se a obediência, o recato e o asseio fabris fossem atribu-

104 . CIA América Fabril- Dept. do Trabalho, RJ, Typ. Renascença, 1922.

tos inatos e, portanto, típicos do homem moderno. Ali expunham-se em sua exterioridade apenas a competência e a fidelidade à empresa. E, decorrente delas, a antigüidade.

Em duas dimensões, aliás, operava o discurso dos industriais: enquanto instrumento de integração e adequação do trabalhador ao espaço fabril, mediante a naturalização dos atributos constitutivos do "trabalhador moderno"; e enquanto produtor de uma ética assentada na competência e dirigida ao mercado de trabalho, constituindo-se, neste caso, numa ampla estratégia de incorporação dos setores subalternos à ordem burguesa.

A fábrica, portanto, aparecia como uma instituição central na vida dos que a ela se ligavam.

Em primeiro lugar porque ali podiam realizar plenamente sua decantada natureza moderna - e isto começava a ser valioso numa sociedade que acenava espalhafatosamente para o "maquinismo" e o progresso, mas que ainda não vivia inteiramente distante da obediência subserviente, dos modos rudes, da impulsividade dos mestiços ¹⁰⁵ e da ausência de hábitos higiênicos ¹⁰⁶. Desta forma, a

105. As discussões sobre os mestiços ganharam enorme importância na década de 1920 - quando o pensamento conservador debruçou-se sobre o tema da eugenia - perpassando diferentes esferas de produção intelectual, como por exemplo, a Liga Brasileira de Higiene Mental. Segundo as teses ali desenvolvidas, a doença mental seria um predicado dos indivíduos não brancos (compreendendo grande parte dos imigrantes: árabes, chineses e africanos) ou de brancos "menos respeitados pelos psiquiatras, como os portugueses." Na verdade a discussão sobre doença mental fazia parte da tentativa de construção de normas psico-somáticas na cultura brasileira, "correspondentes às exigências do novo ideal de personalidade étnica do brasileiro." Cf. COSTA, Jurandir Freire - História da Psiquiatria no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Documentário, 1976.

Neste caso, o operariado fabril - constituído predominantemente por "estrangeiros", em São Paulo, e negros, no Rio de Janeiro - seria alvo indireto das formulações sobre o "psiquismo" brasileiro. E as condenações sobre a impulsividade e a rebeldia da classe operária tinham como suporte a idéia da mestiçagem.

106. A preocupação higienizadora inaugurada com Pereira Passos es

fábrica passava a se constituir num espaço socializador alternativo à cidade, com características, que fazia crer, menos selvagens. Sua tarefa "educativa", no entanto, era camuflada sob a recorrente argumentação de que a vivência fabril apenas potencializava qualidades i natas.

"O documento passado pela polícia (entre os em pregados da Cia.) serve para que indivíduos de vi da duvidosa não venham meter-se no vosso meio para perverter-vos ou cometer ações indignas, que muitas vezes afetam o bom nome de que o operariado honrado goza." (Cia.A.F.-p . 10)

De acordo com a explicação formulada pela direção da Cia. América Fabril, buscava-se esvaziar a possibilidade de per - versão dos dignos trabalhadores pela ação de "indivíduos de vida duvidosa" - definidos segundo critérios externos e anteriores, portanto, à vivência na empresa - capazes de desviar o operariado dos rumos traçados por sua natureza honrada. Neste caso, o que se manifesta é, ainda, a suposta prevalência dos padrões éticos oriundos da dinâmica social tradicional, em relação aos quais afirmavam-se novos valores.

tendeu-se, de fato, por toda a República Velha, produzindo um volume considerável de tratados de higienistas e Congressos Sanitários.

Em 1917, quando da realização do III Congresso Brasileiro de Medicina, o trabalho apresentado pelos Drs. J. P. Fontenelle e João de Barros Barreto, intitulado Salubridade das Habitações Coletivas no Rio de Janeiro ainda reproduzia os termos e a idei a central contida no item relativo à higiene pública, do Relatório apresentado por Pereira Passos à Assembléia Legislativa, ao final de seu mandato.

Para além das facilmente constatáveis dificuldades de acomodação da população urbana - crescente ainda na década de 1920 - em condições minimamente salubres, é interessante observar que a excessiva e dramática reafirmação intelectual de temas como a loucura, a miséria e a sujeira coincide com a tentativa de ordenar a sociedade, implicando uma reflexão sobre a desordem enquanto um "foco invertido" do social, através do qual se vislumbrariam mais facilmente os pontos de tensão e de conflito. Cf. DOUGLAS, Mary - Pureza e Perigo São Paulo, Ed. Perspectiva, 1976.

A fábrica, por isso, tornava-se, mais ainda, o centro de suas vidas. Porque tudo ali sugeria igualdade e solidariedade espontâneas, na condução de uma sistemática de vida diferente, própria à comunidade trabalhadora: a vila operária - "citê-jardin", na expressão dos industriais - a escola noturna e a Associação consentida. Isto era novo e potencialmente massivo.

" A Cia. tem todo o empenho em que seus operários vivam unidos e satisfeitos, estando sempre pronta a auxiliar, na medida do possível, tôdas as iniciativas para clubs de diversões e esportivos, uma vez que neles sejam observados os mais rigorosos princípios de moralidade e cordialidade." (Cia.A.F. - p. 28)

A Cia., assim, se apresentava aos trabalhadores como um "território" onde seriam atenuadas as sensações de degradação de suas vidas mal acolhidas pela cidade. E onde a vivência do isolamento cultural seria gradualmente alterada pela mística construída em torno da noção de vida comunitária.¹⁰⁷

107. Pertence a Hobsbawm a afirmação de que uma das alternativas de integração do trabalhador pobre à ordem burguesa - excluídas a que se originou da pregação puritana de enriquecimento pela morigeração e a que se engendrou pelo desespero, como o alcoolismo - foi sua auto-organização em torno de uma comunidade "socialista", orientada mais pelo "movimento", isto é, pela valorização de um conjunto de hábitos construídos em comum do que pela doutrina. (Cf. HOBSBAWM, E - op. cit., p. 236)

Essa idéia de comunidade, no Brasil, tendeu a se forjar, para uma parcela significativa de trabalhadores, em torno mesmo da vida fabril.

Com isso não se subestima a importância das lutas operárias travadas nas primeiras décadas do século XX, para a construção da identidade operária. A este dado acrescenta-se, no entanto, a idéia de que o predomínio da orientação anarco-sindicalista reiterou - mesmo nos momentos em que sua prática cultural tendeu a tornar-se massiva - a tentativa de totalização ética assentada sobre a idealização da "consciência operária". Desconsiderava-se, desta forma, a questão política real, posta pela tentativa empresarial de incorporar os setores subalternos.

A partir de 1920, os mecanismos explicitamente repressivos já

Desta forma, o objetivo da Cia. América Fabril, por exemplo, ao difundir um tão bem elaborado guia, prendia-se à disseminação de valores capazes de "elevar" o contingente ali agregado, qualificando-o para o pertencimento à sociedade industrial, moderna, integradora.

Afinal, no Brasil, marcado pelo passado escravista e pelas formas extra-econômicas de controle e extração do excedente, seria preciso operar uma mudança radical na concepção de trabalho através da educação das grandes massas que afluíam às cidades. A - costumadas ao mando e ao favor personalizados, e capazes de se reproduzir nos espaços da desordem, elas seriam severamente vigiadas. Era da extensão da ordem industrial, numa atmosfera não de todo favorável, que se tratava.

Impunha-se a construção do "novo homem", isto é, aquele cuja integração ao universo social não se daria predominantemente pela mediação dos "proprietários", mas sim através da valorização de sua identidade social enquanto trabalhador digno e operoso. Não era suficiente, pois, que ele fosse apenas um trabalhador. A construção da sua identidade exigia algumas propriedades morais, justificando, desta forma, o tratamento individualizado que os industriais procurarão reproduzir nas relações mantidas com os trabalhadores. A referência ao "operariado", desde aí, tornava-se retórica, e a identidade do "novo homem" não se confundia com a identidade social do trabalho.

havam tornado a cidade um terreno minado e a fábrica, longe de representar uma "prisão étnico-cultural" onde ficariam isolados, constituiu-se numa forma de resistência e organização visando o mundo da cidadania e dos direitos políticos.

Sobre a cultura anarco-sindicalista e sua presença na República Velha, cf. HARDMAN, F. Foot - Nem Pátria, Nem Patrão, São Paulo. Ed. Brasiliense, 1983.

"Não deveis ir contrariados para o trabalho por que quem trabalha contrariado não pode produzir de acordo com a sua eficiência.

Procurai sempre afastar-vos dos maus companheiros porque são, na maioria, perigosos e capazes de arrastar-vos até a desgraça.

(...)

Quando virdes algum dos vossos companheiros procedendo de forma a prejudicar a Cia., aconselhai-o a não proceder assim, fazendo-lhe sentir que tal procedimento só é concebível nas pessoas que não se prezam.

Deveis procurar sempre não errar e se o fizerdes prestai atenção para que não mais aconteça.

Não deveis perder o vosso tempo fazendo coisas pela metade.

Aproveitai o vosso tempo inteligentemente, fazendo coisas úteis.

Tende sempre um ideal: esforçai-vos para subir. Uma pessoa que atravessa a vida sem um ideal é um barco que navega sem leme.

Evitai os botequims e os companheiros noturnos, sem ocupação durante o dia..

Aproveitai as vossas horas de folga, instruindo-vos.

Antes de tomardes uma resolução na vida, pensai durante alguns dias. Muitas vezes, um momento de irreflexão corresponde a uma desgraça para o resto da vida.

Sêde altivos mas respeitadores e cumpridores dos deveres." (Cia. A.F. - pp . 30/33)

Uma leitura rápida dos ítems acima, relativos a uma das seções do "livrinho" intitulada "Conselhos", sugere, de imediato, a tentativa de apresentar um determinado espaço social - a fábrica - disputado entre o "bom trabalhador" e os "maus companheiros",

aqueles que saem à noite por não possuírem ocupações diurnas ou que, exercendo uma ocupação, não se identificam com os interesses da Cia., não se entregam existencialmente ao trabalho.

Os itens arrolados destinam-se, na verdade, à fixação de um modelo de caráter, baseado na disposição bem-humorada para o cumprimento dos deveres, na auto-estima, no compromisso com a instrução e a elevação moral, na crença no progresso, na perseverança, e, sobretudo, na valorização da razão, pois "... um momento de inflexão corresponde(ria) a uma desgraça para o resto da vida..."

Esta normatização da conduta operária - aproximável dos mais rígidos manuais de doutrina protestante na Inglaterra vitoriana - tinha como pressuposto a existência de homens e mulheres sem história que, diante do trabalho fabril, experimentariam sua real natureza. A idéia de "altivez", de "pessoas que se prezam" e que projetam no futuro os "seus ideais", remete a uma fundamental diferença que se procurava operar entre o operariado urbano e os "homens pobres" de existência rural, estes últimos apontados como portadores de um comportamento pendular entre a submissão mais abjeta à vontade de seus patrões e a ociosidade e malandragem estabelecidas como contrapartidas compensatórias à violência do mando.

Para que se cumprisse esta separação no "universo dos pobres", a idéia de racionalidade, a ênfase na capacidade de reflexão, assumia um papel não pequeno, pois justificava a clivagem dos setores subalternos a partir de critérios referidos à sua própria existência, à sua economia moral e não aos termos impostos pelas classes dominantes.

Segundo Reinhard Bendix, no estudo que faz sobre a Inglaterra industrial, a ruptura com o tradicionalismo e com as for-

mas de coerção pessoal mantidas, ainda no início do século XIX, entre mestres e artesãos, seguiu um longo percurso, acompanhada de uma diversificada produção intelectual ¹⁰⁸. Da distinção entre o homem ocioso e o trabalhador condenado à pobreza pela Providência, primeiro, e mais tarde pelas leis da Natureza, até a afirmação do trabalhador-responsável-por-si-mesmo e por suas possibilidades integrativas e ascensionais na sociedade inglesa, foi preciso que a relação entre as classes se alterasse significativamente.

Sociedade basicamente rural, embora gradualmente empenhada em eximir-se das múltiplas obrigações relativas à manutenção de um número considerável de agregados vivendo no campo, a Inglaterra passava à ordem industrial e, com isso, a uma etapa em que o desenvolvimento da base técnica igualava as propostas empresariais de reforma social, permitindo a unificação dos proprietários fabris em torno de uma legislação para os pobres.

Não para os pobres urbanos, é claro, mas para os pobres rurais, vítimas da desintegração do sistema feudal sem esperança de novas ocupações. Para eles foram criados os "hospícios bem regulamentados", cuja prescrição destinava-se a corrigir defeitos "inatos" mediante a observância de uma estrita disciplina.

Para os pobres das cidades, aqueles ligados ao avanço das atividades industriais, previu-se uma outra estratégia: o exercício pleno da autoridade empresarial em locais de sua propriedade.

"Ainda que não houvesse sido criado com este propósito, os 'hospícios bem regulamentados' pareciam justificar o exercício, por parte dos manufatureiros de uma disciplina de ferro em suas empresas."¹⁰⁹

108. Cf. BENDIX, R - Trabajo y Autoridad en la Industria, B. Aires, Eudeba, 1966.

109. Id. - ibid, p . 104.

Tais procedimentos apontam para o movimento, necessário naquele contexto, de organização do mercado de trabalho sob a liderança da burguesia industrial. Mas, no mesmo passo em que se estendia o alcance social das propostas que tinham como fundamento a noção de mercado - deixando, inclusive, para trás o momento em que a defesa da "modernização pela fábrica" era atribuição exclusiva de uma parcela até bem pequena daquele segmento - outros agentes irrompiam, com força, no cenário da transição. As exigências das grandes massas trabalhadoras iam-se formulando mais claramente, unificando-se e conferindo-lhes a consciência de parte indissociável daquela trajetória específica, experimentada pela sociedade inglesa. Eram parte do mundo fabril e desta forma se enunciavam. Neste caso, seus objetivos tiveram que ser canalizados pelos empresários, empenhados em ampliar suas possibilidades de liderança social. E isto ficou manifesto no bojo da agitação política em prol da Lei da Reforma, de 1832.

Sobre os efeitos dessa agitação, Stuart Mill escreveu, alguns anos mais tarde:

"As classes trabalhadoras tomaram seus interesses em suas próprias mãos e demonstram continuamente que pensam que os interesses de seus patrões não são idênticos aos seus, senão opostos. Algumas pessoas das classes superiores se orgulham de que estas tendências possam ser contraditas por obra da educação moral e religiosa; porém elas deixaram transcorrer o tempo em que teriam podido oferecer uma educação que servisse aos seus interesses. Os princípios da Reforma (de 1832) desceram muito na escala social, tanto quanto a leitura e a escrita, e os pobres não aceitarão por muito tempo princípios morais e religiosos prescritos por outras pessoas." 110

110. MILL, J.S.- Principles of Political Economy, apud. BENDIX, R -op. cit. , p .105

Os industriais, em 1832, declarando-se 'representantes do interesse geral' apoiados, sobretudo, no discurso sobre suas origens, puderam promover a universalização de um projeto, com a consequente ampliação das bases de sua liderança. Mas em 1848 - ocasião em que Stuart Mill afirma a autonomia das massas na condução dos seus interesses - aquilo que mais forte falava ao movimento operário era, exatamente, fruto da produção intelectual dos empresários. A idéia de uma igualdade original entre os homens e a ascensão, de alguns, como resultado de sua própria luta recebeu, de 1832 a 1848, o sentido que lhe emprestaram os trabalhadores.

A liderança dos industriais e sua empresa intelectual, neste processo, reafirmaram a noção de que o triunfo dos "simples", dos humildes, não só era possível mas também conversível nos termos de uma luta pela extensão dos direitos políticos.

Ora, esta brevíssima análise sobre a configuração de uma direção moral e política dos industriais ingleses aponta para o fato de que, lá, mais do que a produção de opúsculos voltados para a uniformização de procedimentos no interior das fábricas - do que é exemplo, mal comparando, a Filosofia da Manufatura, de Ure - foi o contexto de crise geral da sociedade e a extensão da luta dos setores emergentes o que configurou possibilidades de incorporação das massas trabalhadoras à ordem burguesa. Em outras palavras, a configuração política na qual se impôs o discurso "da indústria" propiciou também a impressão das fortes marcas operárias na construção do mundo do trabalho, conduzindo-o na direção da extensão dos direitos políticos aos trabalhadores.

No Brasil, a tentativa de construção das iden

Bc/5049

tificações entre empregados fabris e donos de indústria não se configurou. O apelo à razão e a uma natureza humana proba serviu, antes, à imposição de diferenciações entre "os pobres", não se revestindo de qualquer conteúdo próximo à idéia de igualdade entre proprietários e não-proprietários.

Assim, a crise da vida estatal de fins do século XIX, ao se resolver pelo rearranjo do poder das oligarquias no plano institucional e pela configuração de um espaço de atuação para os demais setores responsáveis pela reprodução da economia a grário-exportadora - comerciantes, banqueiros, financistas e industriais - eximiu estes últimos de uma intervenção forte no plano político e de imprimir qualquer direção alternativa à transição em curso.

Resolvida "pelo alto", isto é, sem traumatismo para as classes dominantes tradicionais, a crise da sociedade brasileira reafirmou, em relação aos setores subalternos, uma prática explicitamente repressiva, policial, combinada a uma rala elaboração intelectual, e mesmo assim referida, apenas, à fragmentação do universo dos pobres, a fim de que a polícia pudesse operacionalizar - com critérios mais "científicos" - sua missão civilizadora de reprodução da ORDEM. ¹¹¹

Diferente, pois, da Inglaterra, não foi o movimento filantrópico ou a proposição dos termos da "cura" que, gradualmente, acabou por confinar mesmo os expropriados mais "rebel

111. Em sua obra - A Polícia Carioca e a Criminalidade Contemporânea, publicada em 1910 - Elysio de Carvalho, policial e professor da Escola de Polícia, reafirma a exigência de uma polícia técnica e cientificamente organizada para cumprir a contento sua propalada "missão civilizadora". Apud. NEDER, Gizlene; NARO, Nancy; e SILVA, José L.W. da - op. cit., p.250

des", à direção moral da burguesia; diferente da França, não se caracterizou, aqui, uma afirmação política do Estado burguês contra a "nação noturna", a turba, todo o povo . As especulações sobre o homem urbano construídas nas primeiras décadas do século e baseadas na idéia de "elevação moral" para a vivência da modernidade e do progresso, bem como as que - no âmbito da produção dos agraristas, em plena década de 1920 - reafirmaram a indigência moral, a mestiçagem e a preguiça constitutivas do homem brasileiro, reescrevem os termos em que se deu o debate sobre a integração dos setores "rebeldes" à ordem burguesa: prioritariamente pela polícia ou, alternativamente pelo TRABALHO.

É verdade que, na década de '20', quando da publicação do folheto da Cia. América Fabril, as constantes discussões sobre a política de valorização do café denotavam algumas figuras - de proporções não de todo avaliadas - no interior do bloco dominante, o que conferia maior autonomia ideológica aos industriais. Mas é verdade também que tal autonomia, acompanhada de uma certa afirmação da ordem industrial, se fez sem que os trabalhadores fabris emprestassem seu peso na construção daquele projeto, debilmente esboçado, de organização da sociedade.

A fábrica, portanto, erigia-se em "locus" da promoção do "homem" sem gerar fortes embates no interior das classes dominantes e sem aflorar o sentido político, no sentido imediato do termo, das reivindicações operárias. Em outras palavras, tornava-se possível a eleição do espaço fabril para a execução do adestramento daquele contingente sem que isso representasse, de imediato, a emergência de homens e mulheres expropriados na arena política.

Neste sentido, cidade e fábrica distanciavam-se, isto é, apresentavam-se enquanto "territórios" alternativos, suge-

rindo procedimentos diversos para a incorporação dos setores subalternos e para o funcionamento da ordem burguesa. Aqueles que enfatizavam a ordem urbana identificavam-se, mais explicitamente, com a política "oligárquica", privilegiando a ação ostensiva da polícia e a vigência de toda sorte de mecanismos repressivos, ali onde a autoridade e a hierarquia apresentavam-se mais ameaçadas. Suas referências são as noções de Estado e de anomia das massas. A centralidade da fábrica no discurso empresarial ocultava a política sob a alegada prevalência dos seus "interesses econômicos". Suas referências são o trabalho - como base da educação - e a capacidade de reflexão das massas instruídas.

Mas não foram exclusivas dos industriais as formulações sobre a "educação" dos homens para a vivência da modernidade capitalista. Poder-se-ia dizer que uma cidade "livre", ou melhor, liberta das violências mais visíveis, também chegou a ser esboçada, embora enquanto proposição não se alinhe entre as de mais força.

Na Exposição Nacional de 1908, o Dr. Ribas Cadaval apresentou algumas invenções - dentre elas um Chromo-dinamizador Solar - acompanhadas de um Tratado de Higiene Militar para Uso do Exército e de uma Cartilha baseada no denominado "Método Intuitivo Cadaval" para a alfabetização rápida de adultos e crianças, ambos de sua autoria.¹¹²

O Tratado de Higiene Militar foi apresentado em 12 volumes - totalizando 1.156 páginas - nos quais arrolavam-se diagramas, gravuras e estatísticas, conforme cabia a "um expositor didático". Definia-se, segundo o jornal O Paiz enquanto:

112. CADAVAL, Ribas- Notícias sobre Higiene Militar, Método Intuitivo, Dirigível Hermes e Dinamizador Solar, Rio de Janeiro, I. Nacional, 1908.

"... uma pequena carteira de moral, instrução e civismo que vem emocionar patrioticamente a alma do soldado patrício."¹¹³

Afinal, a reforma do Exército Brasileiro, base da reflexão de Cadaval, não poderia prescindir de alguns princípios - tais como o de higiene e, intimamente associado a este, o de moral - a fim de que se reproduzissem aqui os hábitos da "erudita França". Lá, segundo o autor, a disciplina "Higiene Militar" era ministrada por um conjunto de oficiais superiores responsável pelo treinamento de sargentos, estes sim, obrigados à tarefa de difundir hábitos de assepsia, cultura física, disciplina e, coroando tudo, hierarquização, entre os soldados.

A referência ao Dr. Ribas Cadaval como um promotor da modernização serve à hipótese de que os industriais não estiveram sozinhos na formulação de um conjunto verdadeiramente novo de temas, postos em debate durante a República Velha. Tal como eles, Cadaval intuía a questão da ORDEM sob uma nova perspectiva: a construção de uma ética capaz de administrar a integração de grandes contingentes à vida estatal sem arrombamentos, sem revolução. Sua originalidade, no entanto, residiu na eleição da esfera do "público" - diferente, assim, da fábrica - para o exercício das suas experiências cívicas, onde mais facilmente ricocheteariam na problemática da igualdade e, no limite, da cidadania extensiva a todos.¹¹⁴

113. Id. - ibid., p. 5.

114. Torna-se relevante mencionar que a reforma do Exército durante a Primeira República constituía-se num dos aspectos cruciais do temário referido às relações entre Estado e sociedade. Não apenas porque a reforma pensava a integração da corporação com as elites brasileiras - do que é exemplo a discussão sobre a Lei do Serviço Militar - mas, sobretudo, porque avançava a questão da integração do POVO ao sistema político, "resolvida" pela configuração de um Exército definido co -

A débil vigência de suas formulações, no entanto, indica a força de outras correntes na resolução da forma pela qual se incorporariam, predominantemente, os "de baixo".

E nos anos 20 a fábrica já havia ganho relevo no âmbito dessa ampla empresa intelectual dos setores dominantes.

* * * * *

A referência à fábrica na década de 1920, com tal grau de generalização, compromete o correto entendimento sobre o estágio de desenvolvimento da atividade industrial por aquela época. Pois nem todos os ramos industriais encontravam-se tão implantados quanto o têxtil, assim como, dentro deste, nem todas as fábricas apresentavam o mesmo grau de maturação técnica, a mesma dimensão e o mesmo desempenho.¹¹⁵ Aqui se trata, portanto, da apresentação de uma tendência, isto é, uma forma mais ou menos generalizada de enfrentamento da questão fabril por parte dos proprietários das grandes empresas, organizados em entidades de clas-

mo "essência da nacionalidade", instrumento, portanto, da vontade geral. A construção do "soldado-cidadão", tal como foi cunhado por Olavo Bilac na revista A Defesa Nacional, é ilustrativa dessa vertente intelectual. Ora, a partir daí, justificava-se a intervenção política dos militares e presumia-se o alcance social das "reformas morais" introduzidas na corporação, tal como as propostas de Cadaval parecem indicar.

Consulte-se sobre o tema dos militares na República Velha, CARVALHO, José Murilo de - "Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador" in FAUSTO, Boris (org.) op. cit., pp. 181 a 235.

115. Cf. RIBEIRO, Maria Alice R. - Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870/1930), Dis. de Mestrado, UNICAMP, 1980.

se. E de perceber qual a força destes industriais na reforma da vida estatal que se fazia necessária diante da crise da sociedade brasileira.

Afirmar, nesse passo, que a burguesia industrial foi gerada nos poros da burguesia agrário-exportadora e que contra ela não promoveu grandes investidas, seria redundante.¹¹⁶ Sobre o tema, portanto, não pretendo estender-me, mas apenas mencionar - no rastro das observações de João Manoel C. de Melo - que a generalização da atividade industrial na região centro-sul do país deu-se num momento em que se observava uma tendência mundial à concentração e centralização de capitais, cujos efeitos sobre os custos da produção brasileira de café fizeram-se sentir a partir do último quartel do século XIX. Este impacto sobre os custos da produção brasileira ampliou as possibilidades de diversificação das atividades do capital, explicando a importação de tecnologia e, com ela, a configuração de um sistema industrial assentado sobre a grande indústria mecanizada, sem a precedência do artesanato e da manufatura.¹¹⁷

Como parte integrante, portanto, do mercado mundial capitalista na sua fase monopolista, o Brasil imprimia à sua

116. Cf. SILVA, Sérgio- Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1976; e VERSIANI, Flávio e VERSIANI, M^o Tereza - "A Industrialização Brasileira antes de 1930: uma Contribuição" in Estudos Econômicos, Vol. V, n^o 1, 1975. Neste trabalho encontra-se uma boa sistematização das correntes interpretativas sobre a industrialização brasileira durante a República Velha.

Sobre o chamado "complexo cafeeiro", com a diversificação das atividades produtivas - inclusive a industrial - que ele supôs, consulte-se CANO, Wilson- Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1977.

117. MELO, João Manoel Cardoso de- O Capitalismo Tardio, Departamento de Economia, UNICAMP, 1975, mimeo.

expansão industrial uma feição coerente com as tendências do grande capital originário dos principais centros econômicos internacionais.

E é neste quadro, isto é, referidas a este momento particular do capitalismo - e que no Brasil se manifesta através do predomínio das funções mercantil e financeira do capital - que se abrem, aqui, as primeiras tentativas de ampliação sistemática do lucro mediante a generalização da atividade fabril . Com estas tentativas nascem também algumas concepções sobre a inauguração de uma nova época, mais dinâmica, "racional" e otimista , que expressam a tentativa de construção da identidade social dos industriais e, momento do mesmo processo, de organização "livre " do mercado de trabalho, bases da consolidação daquele setor da economia.

Tratava-se, neste sentido, de ampliar a vigência do mercado - atenuando aí as marcas mais evidentes do Estado-polícia - e, com isso, proceder a uma incorporação "harmoniosa" dos setores subalternos à ordem burguesa, qualificando-os através do trabalho. Esta a luta travada pelos industriais durante toda a fase de sua implantação, para o que concorreram as suas entidades de classe, responsáveis pela sistematização e massificação dos temas relativos ao projeto social dos empresários.

Dentre estas entidades torna-se importante a análise do Centro Industrial do Brasil, fundado em 1904, por ser a primeira a se apresentar como representativa dos interesses específicos dos industriais e defensora da indústria em todo o território nacional.¹¹⁸

118. Mariza Saens Leme apresenta um levantamento das entidades industriais a partir de 1919 e menciona o fato de que o CIB, na prática, congregava apenas indústrias cariocas e fluminenses, sem, com isso, limitar-se aos interesses regionais. Ao

A história do CIB é parte de um movimento amplo de especialização do capital, garantindo à entidade, desde a sua origem, uma função social bastante distanciada da exercida, por exemplo, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, entidade que a antecedeu na defesa dos interesses da "indústria".¹¹⁹

A SAIN foi fundada em 1827 e defendia os interesses "industriais" definidos como interesses de todos os ramos da atividade humana: agrícola, manufatureiro e comercial, segundo o texto de seu estatuto. Já no final do século XIX essa entidade dava mostras de sua incapacidade de congregar em torno de si a burguesia industrial nascente, pois a formulação mais precisa dos chamados "interesses industriais" se impunha como decorrência da construção da identidade daquele segmento. O CIB foi então criado em 1904, pela fusão da Sociedade Auxiliadora com o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, tendo por objetivo tornar-se um órgão poderoso de classe que respondesse às condições desfavoráveis, naquele momento, à produção fabril nacional.¹²⁰

. contrário, eram os grandes temas nacionais que davam vida às suas campanhas. Cf. LEME, Mariza Saens - A Ideologia dos Industriais Brasileiros (1919-1945), Petrópolis, Vozes, 1978.

119. Cf. WEID, Elizabeth von der et alli - Apontamentos para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro, RJ, Edição Co-memorativa do Sesquicentenário do CIRJ, 1977.

120. Ressalte-se que, na sua aparência, o discurso dos industriais investia contra a política de elevação da taxa de câmbio que permitia o ingresso de produtos importados a preço relativamente baixo, e exigia a reformulação das taxas alfandegárias. Dois termos de uma pauta protecionista.

A partir de 1905, então, quando a elevação do custo de vida passou a ser atribuída a algumas das medidas protecionistas e a população urbana começou a manifestar-se adversamente à indústria, o "Centro Industrial do Brasil dedicou-se a formulações sobre o livre-cambismo e o liberalismo, de modo a apontar, criticamente, as consequências nefastas deles advindas para a produção nacional." (Id., *ibidem*, p.24) Ora, considerando-se que nas primeiras décadas do século XX as oscilações da taxa de câmbio surti-
am efeitos alternados sobre a

Buscava intervir na política econômica do país, pressionando junto aos poderes públicos pela retificação ou ratificação de projetos de lei. E mais:

"Entre seus projetos figuravam também a criação de um periódico intitulado Boletim do Centro Industrial do Brasil, a organização de uma biblioteca especializada e de um museu de matérias primas, a promoção de exposição, cursos e conferências sobre temas industriais. Todas essas iniciativas visavam divulgar dados sobre as atividades fabris e propor meios para a incorporação de novos conhecimentos e técnicas indispensáveis ao prosseguimento do processo industrial do Brasil."¹²¹

Seus relatórios anuais eram, em geral, o balanço das vitórias alcançadas pela mobilização dos empresários. Seu tom ameno, destituído de qualquer traço de relatório funcional, e seu estilo quase literário são sintomas da tentativa de alcançar parcelas consideráveis da "opinião pública".

Os temas escolhidos para a reflexão dos industriais obedeciam a uma lógica de afirmação da sua atividade, definida como de interesse social geral. Visavam responder, nesse sentido, a uma população urbana, genericamente definida pelo universo do consumo e não da produção. O popular urbano apresentava, aí, contornos baseados em sua pauta de consumo. Assim, por exemplo, diri-

-
- . indústria - ora ampliando a sua produção, ora ampliando a sua capacidade produtiva (Cf. VERSIANI, F.; e VERSIANI, M.ª TEREZA - op. cit.) - e que, neste caso, não instauravam "crises" no universo industrial, mas antes constituíram-se na forma de ampliação deste setor da economia, é possível afirmar que não era estritamente dos seus "interesses econômicos" que os filiados ao CIB tratavam quando se opunham ao liberalismo. Mas, principalmente da sua identidade política, afastando-se da corrente vinculada à ortodoxia liberal.

121. WEID, Elizabeth von der et alii - op. cit., p.24

giam-se àqueles que sofriam com a elevação do custo de vida, opondo-os aos "maus" operários, tratados na terceira pessoa - eles: os que criam, com suas reivindicações, um círculo vicioso de insubordinação e miséria.

Desta forma, nos primeiros anos de sua existência, praticamente até o início da Primeira Guerra Mundial, o CIB mostrou-se preocupado em definir o papel que cabia aos industriais no conjunto da sociedade. Seu interlocutor: a população urbana. O tema: a necessidade de um protecionismo que garantisse a sobrevivência dessa "filha menor" do capitalismo - a indústria.

A idéia geral subjacente àqueles textos é passada através da noção de um "país jovem" que busca sua inspiração no futuro e que precisa amadurecer suas forças produtivas. A indústria seria, nesse caso, a antecipação do futuro esperado.

Hã, portanto, uma concepção de história presente no discurso do CIB. Uma concepção organicista que tem como base a idéia de Nação, proposta segundo um modelo de conformação biológica, no qual as idéias de organismo vivo, de funcionamento regular e de crescimento atualizavam aquilo que os industriais entendiam como história singular de uma população de indivíduos vivendo em harmonia e visando o progresso.

"A vida das Nações evolui e se desdobra da mesma forma que a vida humana. Na primeira infância, o indivíduo é incapaz do menor esforço ou gesto que lhe assegure a subsistência. Depende absolutamente da assistência e carinho dos pais ou de quem os substitui. O paulatino desenvolvimento das forças e da inteligência vai permitindo a criança os primeiros atos próprios que não dispensam ainda o auxílio e o ensino paternos. (...) Sucede o mesmo às Nações.

A sua infância é o período das explorações fá

ceis da caça, pesca, derrubada de matas, amanho de terras, da extração dos minerais e dos pasteiros dos rebanhos. Quando a exploração de tais riquezas se desenvolve e acumula recursos, logo surge, naturalmente, a segunda etapa na senda das ambições (...). É a indústria que desponta. (...) Ainda como a criança em seus primeiros ensaios, não dispensa, absolutamente, a proteção da coletividade." 122

E ainda:

"Enquanto o velho continente caminha para acumular os séculos que o vão envelhecendo, nós caminhamos para a idade viril, para a madureza da força, que dá a plenitude do desenvolvimento." 123

Observe-se, portanto, que, já aí, o conceito de Nação esboçado pelos industriais introduz algumas alterações em relação ao formulado pela burguesia agrário-exportadora, fundamentalmente baseado na ênfase à individualidade do Brasil no mercado internacional, isto é, numa recorrente afirmação da posição ocupada pelo Brasil - enquanto país agrário - na ordem mundial. Neste caso o que se privilegiava, segundo o discurso dos industriais, era a ordem internacional e não as possibilidades internas de desenvolvimento econômico e progresso. Desta forma os industriais buscaram recuperar a noção de singularidade brasileira, a fim de relativizar o cosmopolitismo presente entre as elites políticas, pois:

"Ninguém contesta que seja benéfico para o mundo o comércio que se realiza sem peias ou cons-

122. "O Futuro do Brasil - um Grande País Agrícola e Industrial : Eloquentes Palavras do Dr. Ildefonso Dutra (membros da Direção do CIB)" in A Razão, 7.10.1919.

123. Relatório do CIB, Rio de Janeiro, 1907/1912, p.13

transigimentos entre as duas nações; porém o resultado inevitável, em tal caso, é que a grande soma de benefícios reverte a favor da nação mais antiga, forte e adiantada, em prejuízo da mais nova e fraca, e certamente esta não se resignará, por amor do cosmopolitismo, a concorrer de bom grado para o progresso de outros povos, com sacrifício da riqueza própria e do desenvolvimento nacional."¹²⁴

A idéia de singularidade, nestes termos, atendia agora, à construção de um ideal de Nação expresso não mais num nacionalismo econômico - pois isso reporia as bases do pensamento agrarista - mas sim num nacionalismo social, definido em função da idéia de coletividade, de vontade geral. Da mesma forma, o contraponto à nação brasileira - entendido aí como sinônimo de ponto de tensão - não mais se encontraria "fora" do nosso território, mas sim "dentro", caso não se incorporassem as classes trabalhadoras à dinâmica industrial.

O conflito com os setores subalternos, nesse sentido deveria desaparecer, ou melhor, a noção de vontade geral - ou de "interesse nacional", como postulavam os industriais - não poderia esbarrar na noção conservadora de anarquia que sempre justificou uma dura repressão desencadeada pelo Estado contra a miséria das ruas e o que mais parecesse ameaçar a ORDEM.

A pobreza, agora, deveria ser circunscrita pelo "interesse nacional":

"O interesse nacional provém, afinal, da harmonização dos interesses das diversas classes, e os órgãos legítimos dessas classes são, portanto,

124. Boletim do CTB, Rio de Janeiro, vol. I, (1904/1905), pp. 325/328.

intérpretes naturais das necessidades do país."125

Ora, coerente com a concepção de Nação formulada pelos industriais, aos indivíduos caberia a função de "células" daquele corpo, merecendo uma atenção especial os movimentos que viessem a instaurar a doença - o conflito -, pondo em risco o desenrolar harmonioso da vida social.

Neste caso, os discursos do CIB conferiram às reivindicações dos trabalhadores fabris um lugar destacado da pobreza, afastado ao mesmo tempo dos "indivíduos de vida duvidosa" e dos "maus operários". A sanha repressiva do Estado poderia recair contra os que não se identificam com a indústria e não colaboram com os industriais. Para a manutenção da saúde do corpo era importante, no entanto, preservar os trabalhadores, defender os que colaboram e reconhecer os "órgãos legítimos" que lhes interpretassem as necessidades. Afinal, enquanto células de um único organismo, os trabalhadores imprimiriam aos seus interesses elementos comuns aos dos empresários. O que, alternativamente, apontava para a possibilidade dos industriais erigirem-se em porta-vozes dos seus empregados.

"Na classe proletária encontram os industriais uma falange de operários que são os seus modestos mas dedicados colaboradores e fora uma ingratidão não assumir o Centro Industrial(...) o patrocínio dos mais vitais interesses daqueles seus auxiliares, que não dispõem de bastante prestígio nem de tempo suficiente para impetrar aos poderes públicos, a decretação de providências das quais depende a manutenção da vida das clas

125. Relatório do CIB, Rio de Janeiro, 1916/1917, p.186.

ses menos favorecidas da fortuna." 126

Ao CIB caberia representar a totalidade dos interesses fabris, constituída pelos anseios dos empresários e dos bons e operosos trabalhadores, igualados nos relatórios da entidade pela assunção de alguns valores úteis à expansão do setor industrial. Dentre eles merece destaque o de "liberdade individual", entendido pelo empresariado como sinônimo de livre contratação e de livre concorrência. Esta última, supostamente interessante ao trabalhador porque:

"Individualmente considerada, a aplicação de uma tabela restritiva de trabalho, uniforme tanto aos indivíduos mais fortes, mais capazes, mais ambiciosos, como aos menos fortes, menos inteligentes, menos capazes é cercear de modo injusto e pernicioso a liberdade, impedindo, ou pelo menos dificultando grandemente, que mais rapidamente progridam e melhorem a sua posição na sociedade daqueles que o possam fazer." 127

É importante lembrar que grande parte das discussões travadas pelos industriais a favor deste individualismo econômico era fundamentada pela recorrência à Constituição de 1891, cujo espírito sublinhava o paradigma liberal e, segundo eles, a noção de um mercado de trabalho livre da ação reguladora do Estado e da presença dos sindicatos como contratantes coletivos. 128

126. Relatório do CIB, Rio de Janeiro, 1912/1915, p. 100.

127. Relatório do CIB, Rio de Janeiro, 1923, p.170.

128. Cf. VIANNA, Luiz Werneck - Liberalismo e Sindicato no Brasil ed. cit. Segundo o autor, a liberdade de organização e associação prevista a partir de 1907, mediante o decreto 1637, não garantia, na prática, a intervenção dos sindicatos como contratantes coletivos (p.50). Ver, ainda, GOMES, Angela M. de Castro- Burguesia e Legislação social no Brasil, IUPERJ, 1978

O II Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social suscitou o tema das associações operárias e da liberdade de organização da classe trabalhadora. Sobre ele manifestaram-se os industriais:

"Essa mentalidade (liberal), como vistes , considera a mutualidade e o cooperativismo úteis e dignos de aplausos; essa mentalidade tem de mesmo, freqüentemente, no sentido de auxiliar o surto de instituições dessa natureza, porém isso dentro da ordem social estabelecida , a qual busca sua razão de ser nos mais profundos e naturais instintos da natureza humana."¹²⁹

Ou, na versão que destaca a colaboração dos patrões:

"(...) a maneira eficaz pela qual grandes empresas nacionais ajudam os seus empregados e operários na vida associativa dos mesmos, já com auxílios de maior monta, já com facilidades outras, de sorte a se organizarem, entre nós, as associações de mutualidade."¹³⁰

Na perspectiva empresarial, as associações operárias deveriam ter um caráter puramente assistencial, preservando, assim, um tipo de organização social fundada em sintonia com os "instintos da natureza humana". E, somente neste caso, poderiam ser consideradas órgãos legítimos das "classes menos favorecidas pela fortuna."

Isto equivale a dizer que, sob a direção empresarial, o projeto de organização da sociedade com base na generalização da atividade industrial previa uma estratégia de equa

129. Relatório do CIB, Rio de Janeiro, 1921/1925, p.148.

130. Ibidem, p.146.

lização dos interesses dos seus principais protagonistas, justificando a exclusão do Estado ao mesmo tempo que neutralizando a ação política do operariado. A produção intelectual do CIB não apenas apontava para uma indistinção entre as associações patronais e as operárias, como também buscava ampliar as suas alianças apresentando o "tema da industrialização" como etapa necessária ao desenvolvimento do "corpo", do organismo nacional.

Neste sentido o CIB veio a formular um projeto político visando a reforma da vida estatal. A referência à natureza humana reveste-se de significado quando a entendemos como expressão de um combate - cultural e político - à noção predominante de que o trabalhador brasileiro era incompatibilizado com a modernidade capitalista. Segundo os industriais, a plena vigência da economia fabril e a livre assunção dos "instintos da natureza humana" conduziriam ao progresso econômico e à maturidade social, nela compreendidos os temas da "elevação" do homem e da democracia. Assim, a democracia tornava-se aspecto inerente ao desenvolvimento e afirmação do universo fabril, coroando a "idade adulta" da Nação brasileira.

Para isso era necessária a alteração da direção do Estado. Relevava-se o tema da industrialização, apresentando-a como um processo único, capaz de estender para além dos interesses particularistas confinados no Estado, a proposta da modernidade. Modernidade esboçada com a Constituição de 1891, porém ameaçada pela vigência de práticas casuísticas de intervenção do Estado, responsáveis pela inibição da reforma geral exigida pela sociedade brasileira, pela vontade geral.

Jorge Street, presidente do CIB no período de 1912 a 1927, afirmou, quando da discussão sobre o Código do Trabalho em 1917, o casuísmo estatal:

"Preliminarmente é necessário ficar bem esclarecido que os industriais estão de perfeito acordo com a conveniência, e mesmo a necessidade, de uma legislação que regule do melhor modo possível a situação recíproca do operariado e do patronato nas suas relações com o trabalho nacional (...). O que porém é absolutamente necessário é que não sejam votadas leis, da importância dessa, unicamente sob a influência dos acontecimentos recentes, filhos, em grande parte, do extraordinário momento histórico porque passa o mundo (...)." 131

Tal discurso reafirma a intenção de resolver os problemas relacionados com a regulamentação do mercado de trabalho sem a interferência do Estado. Acrescenta-se a esta intenção uma outra, referida à alteração da política econômica que, no momento, passava a não atender ao objetivo de crescimento das forças da Nação brasileira. Assim, pecava duplamente o Estado: por intervir na "questão social" e por não intervir na questão da política aduaneira.

Neste caso, o Estado configurava-se como um entrave à democracia, da forma como a entendiam os industriais, isto é, enquanto desdobramento "natural" da história das sociedades que lograram vencer os aspectos mais retrógrados de um Estado coercitivo e particularista e abrigaram - sob as asas do liberalismo - os interesses gerais.

131. Gazetilha do Jornal do Comércio, 10.09.1917.

Observe-se que 1917 assinala um momento forte na reflexão e prática dos industriais, marcado pela tentativa de greve geral deflagrada, primeiramente, pelo operariado paulista. (Cf. FAUSTO, Boris - "Conflito Social na República Oligárquica: a Greve de 1917" in Estudos CEBRAP, nº 10, São Paulo, pp. 81/109) e pelo movimento revolucionário russo noticiado pela imprensa brasileira como "anarquia russa" ou "desastre moscovita".

Assim conclui-se que se, por um lado, a empresa intelectual dos empresários industriais visava marcar a identidade daquele segmento no conjunto das classes dominantes, por outro, procurava imprimir sua direção na reorganização da vida es tatal sem o concurso dos trabalhadores fabris, o que faziam es vazando as alternativas culturais e as exigências de classe destes últimos, através da totalização dos "interesses da indústria" e da natu ralização da democracia. A democracia só se afirmaria com a indús- tria e essa, por sua vez, com a mudança da direção do Estado, pa ra o que deveriam trabalhar conjuntamente empregados e patrões. Aos primeiros caberia a direção desta "revolução" e aos últimos o papel de interlocutores mudos, reclamados pelo discurso porém alijados na prática.

Edgar De Decca, trabalhando com a documentação do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) afirma que a criação desta entidade em 1928, representou um ponto de infle- xão nas práticas da burguesia industrial, na medida em que, já aí, ela tinha clareza quanto ao fato de que

"(...) generalizar a paisagem industrial pa- ra o conjunto da sociedade exigia também dessa fração de classe uma ação política capaz de ul- trapassar os estreitos limites dos muros das fá- bricas."¹³²

E é ainda ele quem destaca uma parte do discurso de Jorge Street, publicado no Jornal do Comércio, em 29.03.1928:

" As indústrias paulistas que reúnem força , capital e inteligência, tinham as suas associa-

132. De DECCA, Edgar - op. cit., p.155.

ções isoladas, reunindo cada uma delas um ramo. Para que sua eficiência se fizesse sentir e os seus interesses pudessem ser examinados e defendidos com êxito tornava-se indispensável a sua congregação. Era preciso que se tornasse um bloco único. Duas classes valorosas, que tanto quanto as indústrias concorreram e concorrem para a grandeza e a prosperidade de São Paulo, possuíam os seus centros: o comércio e a lavoura. Esses centros sempre pugnavam em prol dos direitos das classes conservadoras, mas era forçoso reconhecer que as indústrias têm problemas outros a debater, interesses que não poucas vezes estão em choque com os interesses do comércio e da lavoura."¹³³

Ora, o que o autor observa é que a partir da década de 20 intensifica-se a tendência dos industriais em demarcar sua posição no interior do bloco dominante, impondo uma conformação única ao discurso industrial, com o gradual deslocamento da "voz" daquele setor para uma entidade paulista, sintoma, entre outros, do desenvolvimento das atividades fabris na capital daquele Estado. Além disso, a imbricação evidente daquele segmento na economia agrário-exportadora impôs-lhe uma prática política ainda mais afinada, num momento de crise do tecido social - quando, nas palavras do autor, a vida estatal era assediada pelo espectro da revolução - com soluções tradicionais aos grupos agrários.

Percebendo esse processo de inclusão do "tema da industrialização" no bojo das preocupações da classe dominante, Edgar De Decca sublinha uma alteração significativa da problemática intelectual dos empresários que abandonam, nesse momento, o projeto fordista e alcançam uma posição de partido através de sua

133. Apud Id. - ibid., p. 156

filiação ao PRP.¹³⁴

Mas é preciso acrescentar que, já aí, se buscava uma alternativa para a luta política que se generalizou e cujo eixo havia sido deslocado de uma problemática de contenção dos "de baixo" - num quadro mais ou menos consensual entre os "de cima" - para uma outra referida à falência deste quadro, isto é, à desagregação dos projetos relativos à direção do Estado. E, neste sentido, a parcela industrial da burguesia já havia sido derrotada na sua proposta de operar um mercado capitalista "livre", prevalecendo, ao contrário, as práticas coercitivas do Estado e sua intervenção direta no processo de incorporação dos expropriados à ordem burguesa. Em 1928, portanto, quando da criação do CIESP, a burguesia industrial avançou o tema "da indústria" sem mais possibilidade de submetê-lo à sua direção. Ilustra o sentido desta afirmação o fato de, ainda em 1934, Jorge Street permanecer convencido da necessidade de uma prática socializadora que livre o enorme contingente de trabalhadores da vivência da degradação.

" Não há trabalho realmente fecundo sem pelo menos alguma alegria de viver e sem a consciência de que essa vida se passa dentro de condições compatíveis com a dignidade humana que não degradem nem humilhem." ¹³⁵

E também:

" Sou, apesar dos anos muitos que sobre mim já pesam, dos que têm fé e auguram, para este extraordinário país que é o nosso Brasil, dentro

134.Cf. Id. - ibid., especialmente o capítulo "O Tema da Industrialização e a Burguesia Industrial".

135. STREET, Jorge - "Inquérito sobre as Relações Industriais no Brasil - de há 25 Anos Atrás" in Legislação do Trabalho, SP, 1937, pp.54/55.

do qual vive trabalhando, produzindo e progredindo sem parar, esta jóia sem par que é São Paulo, que seremos dos primeiros a mostrar ao mundo como saberemos solver os grandes problemas que aí estão e nos adaptarmos às novas condições que as idéias vencedoras de eqüidade e de justiça social criaram no mundo basta que, para tanto, demos livre curso à maleabilidade, à persistência e à coragem do nosso modo de ser, qualidades de que vimos dando provas inequívocas desde os primórdios da formação da nossa nacionalidade."¹³⁶

Mas como funcionário do Estado - dirigindo o Departamento Estadual do Trabalho, de São Paulo - suas observações soam mais como resíduos de um outro tempo do que como proposta.

O paternalismo como recurso, ou melhor, como forma de disciplinar os trabalhadores, contendo-os nos limites sugeridos por sua identidade como meros agentes econômicos, repõe a figura de Jorge Street. E é o tipo de relação que ele inaugura com as massas trabalhadoras, a expressão mais contundente de um estágio de desenvolvimento das contradições sociais em que a transição ao mundo urbano se completa sem que se reconheça ao mercado, por sua vez, o papel de centro em torno do que se organiza a totalidade da vida social.

"Para o Brasil eu desde logo discordei da tese (fordista) pois conhecendo como precisava conhecer a mentalidade e a cultura do nosso operariado, eu entendia que deveríamos, até melhores tempos, passar por um período intermediário em que nós, patrões, servíssemos ainda de conselheiros

136. Apud Jorge Street - Cronologia, Introdução, Notas Bibliográficas e Textos Seleccionados, por Evaristo de Moraes Filho Brasília, Senado Federal e Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 75.

ros e guias, sem que a meu ver isso constituísse uma tutoria pesada ou inconveniente aos nossos auxiliares de trabalho." 137

Paternalismo e liberalismo como aspectos indissociáveis da estratégia dos industriais durante a República Velha, dentro e fora da fábrica. A década de 20 assinalará o fracasso das iniciativas de incorporação das grandes massas à ordem burguesa pelo trabalho. A empresa teórica realizada pelos industriais havia sido derrotada.

Mas o fenômeno não era exclusivamente brasileiro. A década de 20 representou, do ponto de vista dos países que se industrializaram tardiamente, um momento de profundas e rápidas alterações na forma como se organizavam as relações entre trabalhadores e patrões sob a antiga ordem.

Bendix apresenta, com impressionante acuidade, as transformações por que passou a sociedade russa naquele período, orientadas para uma modernização acelerada e, face da mesma moeda, a incorporação dos inúmeros segmentos excluídos pela ordenação czarista da vida estatal. 138

Da mesma forma, Maurizio Vaudagna recupera as considerações de Gramsci, dispostas nos Cadernos do Cárcere, sobre o impacto do "americanismo" na sociedade italiana dos anos 20 e a importância da noção de racionalização do trabalho ali contida para o vislumbre de uma situação de transição ao socialismo. Quando malogra o projeto socialista e a sociedade italiana mergulha na experiência fascista, ainda são levados em conta

137. Ibidem, p. 75

Sobre a elaboração de estratégias de convivência no interior do espaço fabril e de racionalização do trabalho como "momentos" da luta de classes, cf. BURAWOY, M. "The Anthropology of Industrial Work" in Annual Review of Anthropology, 1979, 8:231-266.

138. Cf. BENDIX, R - op. cit.

os projetos de aplicação dos "métodos americanos", passando por cima da reação operária e da desconfiança patronal.¹³⁹

De todos os lados assistia-se a um movimento de renovação da vida estatal permeado pelo aprofundamento das tradições capitalistas em escala mundial e pela tentativa de ampliação do contingente populacional incorporado à ordem social.

Sobre o Brasil e sua vivência específica dessa problemática, Luiz Werneck Vianna produziu um texto pioneiro, no qual destaca a tentativa dos industriais de liderarem - moral e politicamente - a incorporação de parcelas consideráveis de homens e mulheres, destacados para o trabalho fabril, à ordem burguesa. O que passou pela formulação de um conjunto de valores, capazes de emprestar "sentido" - um determinado sentido - às relações mantidas entre os diferentes agentes sociais. Nas suas palavras:

"O domínio integral da burguesia (domínio + direção da vida social) requer um sistema de organização da vida das classes subalternas. Crenças, valores, formas de lazer e conduta instintiva são questões a serem resolvidas no sentido de adequá-las à ordem em curso." ¹⁴⁰

Essa perspectiva "transformadora" no Brasil apontava para a idéia de um saneamento moral do indivíduo. Era como se, a partir do trabalho, da instrução e da assimilação de uma nova disciplina, fossem minoradas as possibilidades de "doença" do corpo social e ampliadas as chances do desenvolvimento da indústria. Era como se o operário, naturalmente propenso à fra -

139. VAUDAGNA, Maurizio - "L'Americanisme et Management Scientifique dans l'Italie des Annees 1920" in Sociologie du Travail, Paris, 1979.

140. VIANNA, Luiz Werneck - op. cit., p. 79.

queza e, portanto, indisciplinado, tivesse que ser adestrado para a vivência de uma nova hierarquia dada a falência dos antigos mecanismos de enquadramento e controle experimentados por ele.

É assim que, até falando da carestia, o CIB sugere que se "(...) coíbam a embriaguês e o jogo, causa formidáveis da carestia intransitiva." 141

A embriaguês, afinal, não fazia apenas adoecer o indivíduo, mas corroía também o corpo social. E uma condução moral se faz necessária:

"Considerando que a utilização dos loisirs dos operários não pode ser encarada fora das medidas de higiene ou de bem-estar social, que as coletividades tem o cuidado de tomar para todas as classes de cidadãos (...) recomenda aos membros:

- a) desenvolver a higiene individual, principalmente criando ou promovendo a abertura de estabelecimentos balneários, piscinas populares etc;
- b) tomar medidas legislativas ou animar os esforços privados para combater o alcoolismo, a tuberculose, as doenças venéreas e a prática de jogos de azar;

Considerando que é útil, no interesse dos operários e da coletividade inteira favorecer tudo quanto seja de natureza a assegurar o desenvolvimento harmonioso da família operária;

Considerando que o melhor meio de proteger os trabalhadores contra os perigos acima referidos é por-lhes à disposição uma casa decente, a Conferência recomenda a multiplicação de habitações sãs e baratas, preenchendo as condições essenciais de salubridade e conforto, quer em casas ajardinadas, citê-jardins, quer em aglome

141. Relatório do CIB, 1921/1925.

rações urbanas (...).

Recomenda ainda:

- a) o melhoramento da vida doméstica e familiar dos trabalhadores (jardins operários, pequenos terrenos, pequenas criações etc) com o sentimento de uma vantagem financeira, mesmo pequena, capaz todavia de dar ao mesmo tempo à coletividade familiar, acréscimos de benefícios e distrações;
- b) o desenvolvimento da força e da saúde físicos dos trabalhadores pela prática de esportes;
- c) o desenvolvimento do ensino profissional e doméstico e do ensino geral (bibliotecas, salas de leituras, conferências)".¹⁴²

A vigilância assim exercida sobre o tempo do operário, tempo que era uma mercadoria passível de ser desperdiçada, impunha a intromissão do patrão nos mais profundos veios da vida do empregado. Penetrava, através do lazer, na casa, na disposição física, nas relações familiares, na freqüência aos bares e prostíbulos. Controlava a harmonia familiar, a embriaguez, a preguiça e as doenças venéreas.

Penetrava através do trabalho, no controle da natalidade e organização da família em cada lar operário,

"(...) a lei nesse caso deve ser de mero amparo à mulher grávida e não uma lei que torne a gravidez uma rendosa e cômoda profissão, fazendo o patrão, como o holandês, pagar o mal ou o bem que não fez! (...) é certamente o meio mais seguro de ensinar ao nosso operariado os processos de artificialmente diminuir a natalidade."¹⁴³

na educação dos filhos,

142. Relatório do CIB, Rio de Janeiro, 1921/1925, pp. 156-157.

143. Relatório do CIB, Rio de Janeiro, 1916/1917, pp.234/235.

"A ociosidade forçada não o levará, naturalmente, sendo rapaz aos desregramentos da vida de botequins, de jogo, de lupanar e, sendo mulher, às seduções da vida fácil?" 144

nos nervos e músculos dos operários,

"O artigo III (do projeto que serve de base à discussão da regulamentação do trabalho fabril) é o mais grave de todos quantos tenham esse projeto; ele proíbe todo trabalho que importar na repetição contínua dos mesmos movimentos; ora a condição essencial da diminuição da fadiga física e mental, bem como do aumento da produtividade, reside especialmente em transformar o trabalho em ações automáticas, o que só se consegue com a repetição contínua dos mesmos movimentos." 145

e na paciência e docilidade das mulheres :

" Relativamente ao trabalho das mulheres , cumpre fazer algumas ponderações. O artigo 18, proibindo o trabalho noturno para mulheres, acarretará sérios inconvenientes para as companhias telefônicas dos nossos maiores centros populosos. A substituição das mulheres por homens no serviço noturno afastará deste, ^{um} pessoal muito mais paciente e cordato para tratar com o público do que o pessoal masculino (...). Sem o concurso do pessoal feminino, este serviço achar-se-á bastante comprometido." 146

A vigilância estava presente, portanto, dentro e fora da fábrica, prevenindo contra o desvio moral e corrigindo a vida dos operários em nome do bem comum . Na prática tratava-se de

144. Relatório do CIB, Rio de Janeiro, 1921/1925, p. 102.

145. Relatório do CIB, *ibid.*, pp. 117/118.

146. Ibid., p. 113.

uma operação política de controle dos setores subalternos a partir de sua prática fabril e das condições impostas para a vivência naquele "território". Exemplo disso é a afirmação de que " (...) durante a gripe espanhola de 1917/1918, os empresários não pressionaram para o pagamento dos aluguéis nas vilas operárias.¹⁴⁷ O que indica que tanto essa prática não era incomum quanto, pelas condições de moradia existentes no Rio de Janeiro, por aquela época, deveria atender plenamente os objetivos patronais de controle e irrestrita subordinação. Sua propriedade, assim, tinha como efeito a pressão direta sobre o trabalhador e sua família, instaurando uma instância de intervenção apoiada no cotidiano do operário.

Essa presença e organização n(ô)a vida do trabalhador se fez acompanhar de uma gradativa racionalização do trabalho, com a intensificação da exploração do tempo dedicado a cada etapa da produção fabril. Neste sentido aperfeiçoava-se, junto com a vida do trabalhador, a sua ação na fábrica:

"(...)o Dr. Costa Pinto fez pequena digressão sobre o conceito de taylorismo (...) e sobre a sua aplicação prática e imediata às diversas formas de atividade humana, inclusive a organização da economia doméstica aparentemente simples, tudo mediante a racionalização científica dos processos e métodos do trabalho, dando em resultado melhor rendimento útil e econômico à produção sem prejuízo do bem-estar do operário. Mostrou que seria tempo, por certo, do Brasil que tem diante de si a premente solução do seu problema econômico pensar na aplicação do sistema de Taylor, (...) conhecida

147. Relatório do CIB, Rio de Janeiro, 1918/1920, p.161

como é a capacidade de apreensão dos nossos obreiros, dotados de real inteligência e de boa vontade, tudo dependendo de uma feliz e bem traçada orientação." 148

Diante da missão de socializar o contingente que afluía às cidades, elevando seus sentimentos e capacitando-o para a vivência do progresso que adviria, a burguesia industrial elaborou um discurso de afirmação da fábrica como o "território", por excelência, de educação e aprimoramento dos instintos naturais da massa trabalhadora. Adestrava-a, segundo suas palavras, para a vivência da civilização e, conseqüentemente, para a experiência da felicidade. Impunha-lhe, na ausência de outra, a racionalidade fabril, cuja eficácia poderia ser testada tanto no trabalho quanto na vida doméstica de cada uma das famílias operárias. Sua principal vitória consistiria em "tocar no coração do operário", sem o que, seu controle e sua subordinação às regras ditadas pela ordem burguesa estariam ameaçados.

148. Relatório do CIB, Rio de Janeiro, 1926/1928 (2º vol.), p.247.

BIBLIOGRAFIA

- ARAUJO, Ricardo Benzaquen de - Os Gênios da Pelota, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1977.
- ALMEIDA, Manuel Antonio de - Memórias de um Sargento de Milícias, São Paulo, Livraria Martins, 1941.
- ARENDT, Hannah - Sobre a Revolução, Lisboa, Moraes Editores , 1971.
- BEIGUELMAN, Paula - Formação Política do Brasil, Vol. I, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1967.
- BENDIX, Reinhard - Estado Nacional y Ciudadanía, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1964.
- Trabajo y Autoridad en la Industria, Buenos Aires, Eudeba Editorial, 1966.
- BENTHAM, Jeremy - Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação, Col. Os Pensadores, vol. XXXIV, SP, Abril, 1976.
- BERLIN, Isaiah - Quatro Ensaios Sobre a Liberdade, Brasília , Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- BOBBIO, Norberto - O Conceito de Sociedade Civil, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.
- BRANDÃO, Berenice; MATTOS, Ilmar Rohloff de e CARVALHO, Maria Alice Rezende de - A Polícia e a Força Policial no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Divisão de Intercâmbio e Edições da PUC/RJ, 1981.

- BRESCIANI, Maria Stella Martins - Londres e Paris no Século XIX: O Espetáculo da Pobreza, São Paulo, Ed.Brasiliense, Col. Tudo é História, 1982.
- "As Voltas de 1 Parajuso", in: Cadernos de Pesquisa, Tudo é História, São Paulo, Brasiliense, 1977.
- Liberalismo: Ideologia e Controle Social, São Paulo, FFLCH - USP, 1976 (mimeo)
- BRIGGS, Asa - Victorian Cities, Penguin Books, 1968.
- BUEY, F.Fernandez , (ed)-Actualidad del Pensamiento Político de Gramsci, Barcelona, Ediciones Grijalbo, 1977
- BURAWOY, Michel - "The Anthropology fo Industrial Work " in: Annual Review of Anthorpology, vol. VIII, Palo Alto (California), 1979.
- BURY, J. - La Ideal del Progreso, Madri, Alianza, 1971.
- CADAVAL Ribas - Notícias Sobre Higiene Militar, Método Intuitivo, Dirigível Hermes e Dinamizador Solar, RJ, Imprensa Nôcional, 1908.
- CAMPOS, Augusto de-Pagu, Vida-Obra, São Paulo, Ed.Brasiliense, 1982.
- CANDIDO, ANTONIO- "A Dialética da Malandragem" in Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 8, São Paulo Ed.Universidade de São Paulo, 1970, pp. 67 a 89.
- CANO, Wilson - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, Difel, 1977.

- CARDOSO, Fernando Henrique - Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil, São Paulo, DIFEL, 2ª ed. 1972
- CARONE, Edgard - O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945) São Paulo, 1977.
 - O Centro Industrial do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Editora Cátedra, 1978.
 - Movimento Operário no Brasil, São Paulo DIFEL, 1979.
- CARVALHO, José Murilo de - A Construção da Ordem, Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda., 1980.
 - "Forças Armadas na 1ª República: O Poder Destabilizador" in FAUSTO, Boris (org) H.G.C.B., Tomo III, Vol. II, São Paulo, DIFEL, 1976 pp. 181/235.
- CARVALHO Maria Alice Rezende de - Os "Limites da Mentalidade Liberal do Patronato Brasileiro" na República Velha, comunicação apresentada no IV Encontro Regional da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), Araraquara, 1978.
 - e BRANDÃO, Berenice - "Capitalismo, Região e Oligarquias (Parte II) "in Contacto-Humanidades, nº 33, Ed. Fundação CESGRANRIO, 1980.
- CHAUI, Marilena - Seminários, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- CORÇÃO, Gustavo - "Machado de Assis Cronista" in MACHADO DE ASSIS - Obra Completa, Vol. III, Rio de Janeiro, José Aguilar Ltda., 1962. pp. 326 a 331.

- COSTA, Jurandir Freire - História da Psiquiatria no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1976.
 - Ordem Médica e Norma Familiar, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.
- Da MATTA, Roberto - Carnavais, Malandros e Heróis, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.
 - "Edgar Allan Poe, o Bricoleur" in Arte e Linguagem, Petrópolis, Ed. Vozes, 1973.
- DEAN, Warren - A Industrialização de São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1976.
- De DECCA, Edgar - 1930: O Silêncio dos Vencidos, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981
 - O Nascimento das Fábricas, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- DICKENS, Charles - As Aventuras do Sr. Pickwick, São Paulo, Abril Cultural, 1979.
- FAUSTO, Boris - A Revolução de 1930, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1970.
 - "Expansão do Café e Política Cafeeira" in FAUSTO, Boris (org.) - H.G.C.B., Tomo III, Vol. I, São Paulo, DIFEL, 1975.
 - Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920), São Paulo, DIFEL, 1976.
- FERNANDES, Florestan - A Integração do Negro na Sociedade de Classes, São Paulo, Editora Dominus, 1965.

- A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar Editora - ra, 1976.
- FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor - História da Indústria e do Trabalho no Brasil, São Paulo, Global Editora, 1982.
- FOUCAULT, Michel - Vigiar e Punir, Petrópolis, Ed. Vozes, 1977.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo - Rodrigues Alves. Apogeu e Declínio do Presidencialismo, Vol. I, Rio de Janeiro, Livra - ria José Olympio Editora, 1973.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata, São Paulo, Editora Ática, 1974.
- "Trabalho Escravo, Trabalho Livre" in História do Século XX, São Paulo, Abril Cultural, 1974.
- FREYRE, Gilberto - "República" in MORAES, R.B. (org.) - Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, 1949.
- GERAS, Norman - "Marx e a Crítica da Economia Política" in BLACKBURN, Robin (org.) - Ideologia na Ciência Social, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.
- GLUCKSMANN, Christine - Gramsci y el Estado, México, Siglo XXI 1978.
- GOMES, Angela Maria de Castro - Burguesia e Legislação Social no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1978.
- GRAMSCI, Antonio - Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.

- Los Intellectuales y la Organización de la
Cultura in Cultura y Literatura, Barcelona, Ed. Península ,
1977.
- GUIMARÃES, Alberto Passos - As Classes Perigosas - Banditismo
Rural e Urbano, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981.
- HAHNER, June - "Jacobinos versus Galegos (Urban Radicals versus
Portuguese Immigrants)" in Journal of Interamerican Studies
and World Affairs, Vol XVIII, nº 2, Sage Publ.Inc., 1976.
- HARDMAN, Francisco Foot - Nem Pátria, Nem Patrão, São Paulo, Ed.
Brasiliense, 1983.
- HOBSBAWM, Eric - A Era das Revoluções, Rio de Janeiro, Ed. Paz
e Terra, 1977.
- Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialis-
mo, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.
- LAFER, Celso - Ensaio sobre a Liberdade, São Paulo, Ed. Pers -
pectiva, 1980.
- LEFEBVRE, Henry - O Pensamento Marxista e a Cidade, Póvoa de
Varzim, Ed. Ulisseia, 1972.
- LEME, Marisa S. - A Ideologia dos Industriais Brasileiros, Pe -
tropólis, Ed. Vozes, 1978.
- LENHARO, Alcir - As Tropas da Moderação, São Paulo, Edições Sím -
bolo, 1979.
- LENIN, V.I. - "El Programa Agrario de la Socialdemocracia en
la Primera Revolucion Rusa de 1905-1907" in Obras Comple -
tas.

- El Desarrollo del Capitalismo en Rusia, Barcelona, Editorial Ariel, 1974.
- LINS, A. - Rio Branco, São Paulo, Editora Nacional, 1962.
- LOBO, Mara (Patrícia Galvão) - Parque Industrial, São Paulo, Ed. Alternativa, s.d.
- LOPES, José Sergio Leite - O Vapor do Diabo. O Trabalho dos Operários do Açúcar, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LUIZ EDMUNDO - O Rio de Janeiro do Meu Tempo, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. I, 1938.
- LUZ, Nícia Vilela - A Luta pela Industrialização do Brasil, São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- MACHADO DE ASSIS - Obra Completa, Vol. III (Poesia, Crônica, Miscelânea e Epistolário), Rio de Janeiro, Editora José Agui -
lar, 1962.
- Esaú e Jacó, Rio de Janeiro, Livraria Gar -
nier, s.d.
- MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Angela; LUZ, Rogério e MURICY, Kátia -
- Danação da Norma, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.
- MACPHERSON, C. - Teoria Política del Individualismo Posessivo, Barcelona, Ed. Fontanella, 1970.
- MAIER, Charles S. - "Entre le Taylorisme et la Technocratie: Ideologies et Conceptions de la Productivite Industrielle dans L'Europe des Annees 1920" in Recherches, Paris, (32/33) 95-134, 1978.

- MARGLIN, Stephen - "Origem e Funções do Parcelamento das Tarefas (Para que Servem os Patrões?" in GORZ, André (org.)
- Crítica da Divisão do Trabalho, São Paulo, Martins Fontes, 1980.
- MARONI, Amneris - "A Proposta não é uma Vida Melhor, mas uma Vida Radicalmente Diferente" in Singular & Plural, nº 3, Ed. Japi, 1979.
- MARTINS, José de Souza - O Cativo da Terra, São Paulo, Ed. Ciências Sociais, 1979.
- MARTINS Filho, Amilcar Vianna - A Economia Política do Café com Leite (1900-1930), Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981.
- MARTINS PENA, L. Carlos - "O Juiz de Paz na Roça" (Comédia em ato) in Comédias, Rio de Janeiro, Ed. Tecnoprint Ltda. pp. 39 a 55.
- MARX, Karl - El Capital, Capitulo VI (Inedito), Buenos Aires, Siglo XXI, 1970.
- Prefácio à Contribuição para a Crítica da Economia Política, Lisboa, Ed. Estampa, 1973.
- "Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel" in Temas, nº 2, São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977.
- MATTOS, Ilmar Rohloff e MATTOS, Selma Rinaldi - "O Juiz de Paz na Roça ou Uma Aula sobre a Vida Social e Vida Política sob as Regências" in Contacto-Humanidades, nº 41, Rio de Janeiro, Ed. Fundação CESGRANRIO, 1982.
- MELLO, João Manoel C. de - O Capitalismo Tardio, UNICAMP, 1979 mimeo.

- MICELI, Sergio - Poder, Sexo e Letras na República Velha, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1977.
- MOACYR, Primitivo - A Instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil), São Paulo, CIA. Editora Nacional, 1936.
- MORAZÊ, Charles - Os Burgueses à Conquista do Mundo -1780/1865 Lisboa, Edições Cosmos, 1965.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.) - 1822: Dimensões, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1972.
- NABUCO, JOaquim - Um Estadista do Império, Rio de Janeiro, Ed. Nova Aguilar, 1975.
- NAGLE, Jorge - "A Educação na Primeira República" in FAUSTO , Boris (org.) - H.G.C.B., Tomo III, Vol. 2, São Paulo, DIFEL 1978, pp . 261 a 291
- NEDER, Gizlene; NARO, Nancy e SILVA, J.Luiz W.da - A Polícia na Corte e no Distrito Federal (1831/1930), Rio de Janeiro , Divisão de Intercâmbio e Edições da PUC/RJ, 1981.
- PAMPLONA, Marco Antonio - "Capitalismo, Região e Oligarquias (Parte III)" in Contacto-Humanidades, nº 34, Rio de Janeiro, Ed. Fundação CESGRANRIO, 1980.
- PICHIERRI, Angelo - "Diffusione e Crisi dell 'Organizzazione Tayloristica' del Lavoro nell 'Industria Europea" in Quaderni di Sociologia, Vol. XXV, nº 2-3, Torino, Taylor Edito - tore, 1976.

- PINHEIRO, Paulo Sergio - "Trabalho Industrial no Brasil: Uma Revisão" in Estudos CEBRAP, nº 14, São Paulo, 1976.
- POLANY, Karl - A Grande Transformação, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980.
- QUERZOLA, Jean - "Le Chef d'Orchestre a la Main de Fer - Lénisme et Taylorism" in Recherches, Paris, (32/33): 57-94, 1978.
- REIS, Maria Elisa Pereira - The Agrarian Roots of Authoritarian Modernization in Brazil, 1880-1930, Cambridge, MIT Tese de Doutorado, 1979.
 - "Elites Agrárias, State-Building e Autoritarismo" in Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. XXV, nº 3, 1982, pp .331 a 348.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa - Condições de Trabalho na Indústria Textil Paulista (1870-1930), UNICAMP, 1980.
- ROCHA, Justiniano José da - "Ação, Reação, Transação (Duas Palavras acerca da Atualidade Política do Brasil) in MAGALHÃES Jr., R - Três Panfletários do Segundo Reinado, São Paulo, 1966.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins; FALCON, Francisco J. Calazans e NEVES, Margarida de Souza - A Guarda Nacional no Rio de Janeiro 1831/1918, Rio de Janeiro, Divisão de Intercâmbio e Edições PUC/RJ, 1981.
- RODRIGUES, Clovis da Costa - A Inventiva Brasileira, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1973.

- VELHO, Otávio Guilherme - Capitalismo Autoritário e Campesinato
São Paulo, DIFEL, 1976.
- VERSIANI, Flavio R. e VERSIANI, M^a Teresa - "A Industrialização Brasileira antes de 1930: Uma Contribuição" in Estudos Econômicos, Vol. V, nº 1, São Paulo, 1975, pp . 37 a 63.
- VIANNA, Luiz Werneck - Liberalismo e Sindicato no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1976.
 - "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências" in Revista Dados , nº 17, Publicação do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1978.
 - "Fábrica e Sistema Político: Anotações Teóricas para uma Investigação Empírica" in Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. XXIV, nº 2, 1981.
 - O Problema da Cidadania na Hora da Transição Democrática, texto apresentado no IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Friburgo, 1982.
- WEID, Elizabeth von der; ELIA, Francisco C.; FERREIRA, Marieta de M.; LAMARÃO, Sérgio T. de N. e ZUÑIGA, Solange - Apontamentos para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro, Edição Comemorativa do Sesquicentenário do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 1977.
- WILLIAMS, Eric - Capitalismo e Escravidão, Rio de Janeiro, Editora Americana, 1975.

FONTES

- AZEVEDO LIMA - Parecer sobre Habitações Populares, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1905.
- CÓDIGO PENAL (1890).
- COMPANHIA AMÉRICA FABRIL - Departamento do Trabalho, Rio de Janeiro, Papelaria e Typ. Renascença, 1922, 2ª ed. 33 p. ilustr.
- CONSELHO SUPERIOR DE SAÚDE PÚBLICA - Pareceres sobre os Meios de Melhorar as Condições das Habitações Destinadas às Classes Pobres, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1886.
- CONSTITUIÇÃO IMPERIAL (25.03.1824).
CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA (1891)
- O JACOBINO (Col. completa, 1894-1897).
- COLEÇÃO DE LEIS, DECRETOS E REGULAMENTAÇÕES DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO - Lei Provincial nº XVI (estabelece os Regulamentos do Corpo da Guarda Policial).
- MANIFESTO DA FEDERAÇÃO OPERÁRIA E ARTÍSTICA DO BRASIL, Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, 1904.
- MENSAGEM DO PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL (Pereira Passos), Rio de Janeiro, Typ. da Gazeta de Notícias, 1906.
- RELATÓRIOS DO CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL (1904-1930).
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Tomo XXVI, relativo à 3ª sessão, 19.01.1839.